

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Marlete Golke

**O PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO DE EMÍLIO WILLEMS NA
HISTÓRIA INTELECTUAL DO BRASIL**

Santa Maria, RS
2016

Marlete Golke

**O PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO DE EMÍLIO WILLEMS NA HISTÓRIA
INTELECTUAL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Santa Maria, RS
2016

Marlete Golke

**O PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO DE EMÍLIO WILLEMS NA HISTÓRIA
INTELECTUAL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Aprovado em 13 de outubro de 2016.

Carlos Henrique Armani, Dr.
(Presidente/Orientador)

José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Mozart Linhares da Silva, Dr. (UNISC)

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre faz parte da vida nos mais variados momentos. O caminho percorrido no tempo de Mestrado foi um tanto tempestuoso. Tive a certeza de que nem tudo encontramos pronto em livros e manuais e que temos de nos re-inventar várias vezes. Mais que tudo, conheci o sentido da palavra *paciência* e *persistência*. As novas experiências que se somam na vida (re)querem uma adaptação ativa e constante. Apesar das vertigens, as alegrias, foram muitas vezes maiores. Oscilaram, é claro, em meio a algumas queixas, resmungos e choros, não só meus, como da Sara.

Registro aqui que dos vários anos de vida acadêmica, meu crescimento pessoal nunca havia sido tão grande. Reconciliada com a Academia, não só vim como fui protagonista de mudanças inéditas: tornei-me mãe! E uma pessoa com um brilho a mais... próprio e verdadeiro. Nessa caminhada, aprendi tanto e me sinto bem com e por isso. Nesse sentido, a dissertação é, antes de tudo, mais um nós do que um eu. Então preciso agradecer quem a compôs comigo.

À minha pequena Sara. Fez parte desse processo dentro e fora da barriga, companheira em todos momentos. Ela é especial nessa construção da escrita e como um novo sentido à vida. Nesse vínculo mais que cultural, fusional mãe-bebê, tenho certeza que ela soube me compreender. Deixo, nesse contexto, um registro das suas pequenas e ágeis mãozinhas que já sabem teclar “bdahfawfiuwdahcçkjjs”, bem como deletar frases, as quais não concordava (risos).

Institucionalmente, à Coordenação do PPGH; à Coordenadora, Maria Medianeira, responsável e atenta a pequenos detalhes que nos salvam dos deslizes do esquecimento de algum relatório, formulário, entre outros. Ao corpo docente do PPGH, pelos aprendizados fundamentais que me guiaram na constituição do meu perfil profissional.

Agradecimento mais que especial ao Prof. Orientador. Salve Armani! Pela forma compreensiva de orientar, sempre soube indicar, somar e jamais restringir ou subtrair. Pela paciência em me instruir nos caminhos às ideias, não as impondo, mas ouvindo e conversando junto. Suas críticas e correções sempre vinham acompanhadas de sugestões e confiança no trabalho, sobretudo na minha nova fase de adaptação de leituras e escritas acompanhadas da Sarinha. Com certeza, foram orientações bem diferentes na sua carreira docente, pois teve a mais nova aluna e orientanda (risos). Para o resto da vida, tenho um professor, amigo e orientador, o qual tem meu respeito e admiração.

à Família, Danke schön! Sou o que sou porquê de vocês fui e sou parte. Os levo comigo, e o “Schick Dich!”, also, deu certo.

Aos meus amigos, que não vou citar nominalmente pelo receio de esquecer e magoar alguém, tenho a dizer que agradeço pelos cafezinhos, risadas, aparições relâmpagos, ausências e prosas. Fica aqui o pedido de desculpas oficial e impresso por desaparecer nos últimos meses.

Ao Vini, companheiro leal nos bons e maus tempos. Muitas vezes, eu garanto, ficou sem entender os meus delírios, mas soube ser compreensivo. Nada como tê-lo sempre perto colorindo as páginas da vida. Com você e Sarinha, somos mais!

Por fim, à CAPES/DS, que concedeu a bolsa para a produção da Dissertação e que possibilitou, assim, ter acesso às boas condições de um trabalho intelectual e às oportunidades de participar em eventos em outras cidades e estados, bem como conhecer pessoas de outras instituições e trocar ideias.

Muito obrigada!

*A Cultura não é uma questão de ontologia,
de ser, mas de se tornar.*
(Stuart Hall)

RESUMO

O PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO DE EMÍLIO WILLEMS NA HISTÓRIA INTELLECTUAL DO BRASIL

AUTORA: Marlete Golke

ORIENTADOR: Carlos Henrique Armani

Em 1940, Emílio Willems publicou a obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. Nesse período, tentativas de legitimar um cenário nacional e sentidos de busca de uma brasilidade contornavam os rumos intelectuais do País. Nesse sentido, objetiva-se, com a referida obra, entender como se configurou o pensamento de Willems para compreender o imigrante – alemão e descendentes – na perspectiva dos processos de assimilação e marginalização. Para tanto, divide-se a Dissertação em três capítulos. No primeiro, trata-se de apresentar dois contextos que tornam inteligível a obra do autor: nos contextos de debate acerca das principais teorias culturalistas desenvolvidas em fins do século XIX e início do século XX; como, também, o contexto político-cultural brasileiro que lançou a questão da identidade nacional como um problema a ser definido. No segundo capítulo, optou-se por analisar os princípios internos da obra de Willems, especialmente sua perspectiva de intencionalidade autoral, explorando alguns aspectos que conduziram a obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, de modo que se possa chamar a atenção para os principais conceitos que Willems utilizou para construir sua teoria da assimilação. O último capítulo compõe-se de uma análise, a qual almeja as condições de inteligibilidade da obra a que se refere o pensamento de Willems na compreensão do *teuto-brasileiro*. Aponta-se para o entendimento da sua teoria para pensar a ideia do estrangeiro (imigrante - teuto-brasileiro) como aquele que parte de uma realidade e experiência conhecida para o confronto com outra esfera que lhe é estranha por diversos motivos (econômicos, políticos, sociais e, sobretudo, culturais). O processo de marginalização do imigrante é pensado nessa fronteira da identidade a qual se vincula o *teuto-brasileiro* no espaço e tempo. O conceito teuto-brasileiro é explorado em sua relação de hifenização configurando o lugar e não-lugar do “estrangeiro” na sociedade que vem a ocupar. Esta dissertação foi desenvolvida na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria com financiamento da CAPES/DS.

Palavras-chave: Emílio Willems. Sociedade. Assimilação. Política

ABSTRACT

THE ANTROPOLOGICAL THOUGHT OF EMÍLIO WILLEMS IN THE INTELLECTUAL HISTORY OF BRAZIL

AUTHOR: Marlete Golke

ADVISOR: Carlos Henrique Armani

In 1940, Emílio Willems published *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. In this period, tentatives to legitimate a national scenario and senses of seeking a brasility outlined the direction of intellectuality of the country. In this sense, we aim, with the referred work, to understand how it configured the thinking of Willems to comprehend the immigrant – German and descendents – in the perspective of the processes of assimilation and marginalization. For this, we divided the Dissertation in three chapters. In the first, we tried to present two contexts that become understandable the work of the author. In the contexts of debate about the main culturalists theories developed in the late of the centuries 19th and in the beginning of the century 20th, as well as the brasilian political-cultural context that launched the question of national identity as a problem to be defined. In the second chapter, we choose to analyzed the internal principles of the work of Willems, especially in the perspective of intentionality of the author exploiting some aspects that conducted the work *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. In a way that we can call the attention to the main concepts that willems used to construct his theory of assimilation. The last chapter is an analysis, in which aims at the conditions of intelligibility of the work to which refers the thought of Willems in the comprehension of the “Teuto-Brazilian”. We point to the understanding of his theory to think the idea of the foreign (immigrant – teuto-Brazilian) like the one that comes from a theory and experience known for the comfort as another sphere that is strange to it for many reasons (economical, political, social and, especially, cultural). The process of marginalization of the immigrant is thought in this border of identity in whichis linked the “Teuto-Brazilian” in space and time. The concept “Teuto-Brazilian” is explored in its relation of hyphenation configuring the place and non-place of the “foreign” in the society that is going to occupy. This dissertation was developed in the Research Line “Politics, Boarder and Society”, in the Program of Post Graduation in History from Universidade Federal de Santa Maria, with the financial support of CAPES/DS.

Keywords: Emílio Willems. Society. Assimilation, Politics.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	EMÍLIO WILLEMS E OS ANOS 1930-40: A TEORIA ANTROPOLÓGICA E O BRASIL DOS INTELLECTUAIS	29
1.1	CONTEXTO DAS TEORIAS CULTURAIS	29
1.2	O BRASIL DOS INTELLECTUAIS E A EMERGÊNCIA DO ESTADO NOVO	37
2	O MODO DE INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE EM ASSIMILAÇÃO E POPULAÇÕES MARGINAIS NO BRASIL (1940)	47
2.1	AS CRÍTICAS ÀS TEORIAS NATURALISTAS	47
2.2	CRÍTICAS ÀS TEORIAS NACIONALISTAS	55
2.3	CRÍTICAS AO POSITIVISMO	61
2.4	A ASSIMILAÇÃO	68
3	A ASSIMILAÇÃO E A QUESTÃO DO SUJEITO <i>TEUTO-BRASILEIRO</i>	77
3.1	A ASSIMILAÇÃO SOCIAL COMO PROCESSO BILATERAL DOS CONTATOS	78
3.2	A TEORIA E APLICAÇÃO DO MÉTODO NA INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE A ASSIMILAÇÃO, A CULTURA, A IMIGRAÇÃO E O "HOMEM MARGINAL"	99
	CONCLUSÃO	113
	REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz parte do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, mais especificamente da linha “Fronteira, Política e Sociedade”, com bolsa Demanda Social da CAPES. As aspirações iniciais dessa pesquisa remetem à atuação da pesquisadora enquanto pós-graduanda do Curso de Especialização em História do Brasil da UFSM em 2011, que possibilitou ter contato, ainda que ao final do curso, com a História Intelectual, a partir da vinda do Prof. Dr. Carlos Henrique Armani ao Departamento de História desta Instituição. Num momento posterior, no ingresso ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, teve-se a oportunidade de aprofundar o interesse na área através do projeto de pesquisa “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural” e do grupo de pesquisa “História Intelectual nos Séculos 19 e 20: Filosofia, Cultura, Política”, coordenados pelo mesmo professor.

A temática da pesquisa refere-se à interpretação do pensamento antropológico de Emílio Willems na história intelectual, através de sua obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, publicada no ano de 1940 no Brasil. A mesma constituiu-se enquanto fonte para esta dissertação. Delimitou-se o estudo do pensamento antropológico do autor na referida obra por meio da interpretação do contexto de linguagem e teorias que circulavam nos anos 1940, bem como a investida metodológica em explorar alguns aspectos internos da obra a fim de entender melhor a construção do conhecimento da teoria de Willems. Dessa maneira, objetivou-se compreender de que modo se configura tal pensamento, sobretudo a sociologia e antropologia que o autor se utiliza no período.

Investigar o contexto da linguagem e dos conceitos presentes no pensamento de Willems, assim como o contexto das ideias que ele apresentou, permite conhecer o contexto intelectual em que ele desenvolveu sua teoria por meio dos conceitos de assimilação e marginalização presentes na obra e que compunham o problema da pesquisa. Nesse sentido, lançou-se mão sobre seu entendimento do Brasil de modo a compreender o lugar em que o autor escreveu sua teoria culturalista no País, num contexto de linguagem e teorias culturais que circulavam nos anos 1930 e 40 e que remetem a pensar o “lugar” donde os intelectuais pensam e desenvolvem suas ideias.

Os historiadores que escrevem a história, cada qual a seu modo, dão sentido às ideias que, de alguma forma, representam significação a seu ofício na sociedade humana. As sucessivas gerações de historiadores e demais intelectuais norteiam um certo sentido à elaboração das representações das sociedades humanas na construção do tempo histórico.

Nessa construção, está intrínseca a inter-relação História e Geschichte¹, na qual a ação humana se mostra nos diversos desdobramentos intelectuais em que a produção do conhecimento é constitutivo relativo às "figurações do tempo, do passado, do presente e do futuro, da condição humana e de suas ações, de uma imagem de si e do outro, de identidades e alteridades, de indivíduos, sociedades e culturas" (NEVES, 2011, p. 8).

Como norteador metodológico, vem ao encontro a ideia da História formalizada por Michel de Certeau (2007). Este a concebe enquanto operação e resultante da combinação de um *lugar social* – um meio, uma profissão, etc. –, uma *prática* – procedimentos de análise e regras que lhe conferem um caráter disciplinar – e uma *escrita* – o texto historiográfico –. Com esse pressuposto, Certeau ressalta o caráter institucional da história, o jogo de forças e as regras de composição ocultas na escrita, tornando possível compreender a História como parte integrante da realidade social, como atividade humana, enquanto prática (CERTEAU, 2007, p. 66).

Trabalhar os conceitos num determinado período da História requer um apoio teórico para se pensar a proposta da temática dentro da área escolhida. Assim, entende-se a Fronteira como questão abordada a partir da própria linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM). Não se refere à fronteira somente como um marco físico e geográfico que vincula o indivíduo ao seu meio como engloba-se, também, um mundo simbólico permeado de representações e ações humanas, um mundo dotado de significados, no qual se cruzam os comportamentos e atitudes como lugares de experiência e zonas de conflito. E, ainda, por que não, daquilo que o próprio Willems (1940) chamou de “horizonte cultural”, para o qual convergem tais experiências. Pensa-se a noção da Fronteira trabalhada por Willems com proximidade daquilo que Reinhart Koselleck (2006) indicou a respeito da história dos conceitos. Necessita-se compreender os conflitos sociais e políticos do passado através das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então, pois o sentido das palavras relacionadas aos conteúdos ultrapassa a dimensão linguística. Embora concorde-se com o autor, não se tem aqui o propósito de fazer uma história social a partir das ideias contidas no texto da obra de Willems, mas compreender o lugar das ideias e como se relacionam na obra *Assimilação e*

¹ Importante atentar para a dupla significação da palavra história, a qual seja: a totalidade das ações humanas passadas e a narrativa ou relato que delas se constrói atualmente. Na língua alemã, a designação desse duplo sentido é mais clara. Utiliza-se *Geschichte* para indicar o complexo de fatos e acontecimentos e *Historie* para indicar o pensamento histórico e a elaboração historiográfica desses acontecimentos. Para saber mais a esse respeito consultar Koselleck (2006, p. 41-60 e p. 133-145).

Populações Marginais no Brasil (1940) alguns dos conceitos que Willems utiliza para pensar os imigrantes alemães e descendentes no Brasil.

Interpretar acerca do mundo em que viveu determinado autor e a época em que se deu a construção de uma produção intelectual constituem aspectos a serem explorados pelos historiadores e, portanto, fazem parte do pensamento dos homens e da História. Koselleck (2006) oferece uma possibilidade para tentar entender a história a partir de duas categorias: espaço de experiência e horizonte de expectativa. Respeitando essas categorias históricas, elas são entendidas como espaço e tempo. Para Koselleck, a primeira categoria abrange o passado atual no qual os acontecimentos são somados ou mesmo lembrados. À segunda, incorporam-se as elaborações racionais e formas inconscientes de comportamento. O interessante ao pensar a experiência (dos sujeitos no passado, quer sejam atores quer sejam os sujeitos que os retratam) e a expectativa é que estes são pressupostos que se aproximam do que o autor Emílio Willems aborda em seu pensamento. Acontece que as experiências são carregadas de expressões e comportamentos tecidos num emaranhado de ações humanas e, como tal, a própria história pode ser entendida como uma construção social característica de um tempo.

Koselleck (2006) chama atenção para o fato dessas categorias conceituais se complementarem, embora apresentem formas diferentes. Obviamente que o tempo passado (experiência) e futuro (expectativa) não coincidem como tal. No entanto, este autor salienta que a experiência realizada se torna completa na medida em que as causas são passadas/transmitidas, ao passo que a experiência futura, antecipada na forma de expectativa, se desmembra em uma infinidade de momentos temporais. Assim, evidencia as diferenças para como o passado e o futuro são sentidos ou mesmo percebidos. A partir disso, para ele, a presença do passado é espacial e não cronologicamente mensurável, pois ela não cria uma continuidade ativa no mesmo. No que diz respeito ao horizonte de expectativa, entende o lugar como espaço de experiência que, no momento presente, ainda não pode ser contemplado como tal. Desse modo, as expectativas podem ser revistas e as experiências realizadas podem ser recolhidas, reafirmadas e mesmo confirmadas nesse futuro. Se algo as diferencia é o fato de que a experiência pode ter gerado acontecimentos passados que podem estar fazendo parte, de alguma forma, no tempo presente. Afirmou que, mais do que se contrapor, tais categorias se entrelaçam no tempo histórico e que este, embora esteja vinculado ao tempo natural, não coincide com o mesmo, pois está mais atrelado ao âmbito político e social. Esse tempo imanente surge como fruto de experiências e expectativas humanas dinâmicas no tempo e indicam a condição humana universal nessas categorias, fornecendo elementos necessários para operacionalizar o tempo histórico. O resultado da mescla das experiências e expectativas

pode ser engendrado num sucessivo tempo e ritmo que funcionalmente se liga a etapas temporais, não sendo possível abarcar o tempo em sua totalidade universal como cronologia linear e livre das ações humanas. Nessa zona de tensão entre experiência e expectativa, pode-se pensar a noção de que Willems trabalha com o conceito de assimilação dos imigrantes alemães e descendentes sob a perspectiva cultural que referencia as relações de integração e, ao mesmo tempo, define questões de fronteiras e alteridades – a exemplo do “homem marginal” – entre as identidades culturais do Brasil na primeira metade do século XX.

Assim, a fronteira não surge apenas na sua conotação em relação aos marcos físicos e geográficos, mas mescla-se com um sentido metafórico e cultural que é sentido pelo indivíduo ou mesmo construído de maneira que corresponda a um marco de referência imaginária que se define pela diferença e alteridade em relação a outros, formando as identidades culturais. São estas identidades culturais que Hall (2001) caracterizou como “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2001, p. 8).

Assim, pode-se dizer que a fronteira também perpassa pela experiência humana. Desta forma, conhecer um pouco da biografia de Emílio Willems constitui um elemento somador na compreensão de seu pensamento.

Emílio Willems nasceu na cidade de Colônia, Alemanha, em dezoito de agosto no ano de 1905. Faleceu no ano de 1997, nos Estados Unidos.

Iniciou seus estudos em Ciências Econômicas, em 1924, na Universidade de Colônia. Deu prosseguimento a seus estudos na Universidade de Berlim, na qual teve contato com a sociologia alemã. No período, esta contava com a influência de ideias e nomes como Max Weber, Wilhelm Dilthey, Ernst Troeltsch, Werner Sombart e Georg Simmel, entre outros.

Em 1931, na véspera da ascensão dos nazistas ao poder, emigrou para o Brasil para lecionar grego, latim e francês em um seminário católico, localizado na cidade de Brusque, em Santa Catarina. Tinha 26 anos de idade e acabara de obter o título de doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim, onde estudou com o sociólogo Alfred Vierkandt.

A partir de 1941, tornou-se professor catedrático de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na Faculdade de Filosofia, também ministrou aulas de Sociologia, disciplina em que obtivera seu título de livre-docência em 1937. Realizou várias e relevantes pesquisas de campo, mas as duas principais são a conduzida em Cunha (SP), que resultou na monografia *Uma vila brasileira — tradição e mudança* (São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961) e na Ilha de Búzios, no arquipélago

de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo. Esta pesquisa resultou no livro *Buzios Island: a Caiçara Community in Southern Brazil*, publicada em Washington, em 1952, em colaboração com Gioconda Mussolini.

Entre outras obras, publicou: *Aculturação dos alemães no Brasil* (São Paulo, Editora Nacional, 1946); *Assimilação e populações marginais no Brasil* (São Paulo, Nacional, 1940); *Dicionário de etnologia e sociologia* (São Paulo, Editora Nacional, 1939) em parceria com Herbert Baldus e *Dicionário de sociologia* (Porto Alegre, Globo, 1950); *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo, Cunha – Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (São Paulo, Secretaria da agricultura, 1947).

Assim, a experiência humana de Willems se insere numa instituição (USP) considerada o centro do saber no Brasil. Este experimentava seu período de modernidade e as regiões, nesse contexto nacional, eram ricas diversidades para o estudo da sociedade brasileira. Nos anos 1930/40, as Ciências Sociais começavam a despontar na universidade brasileira. As dificuldades em adquirir livros especializados em língua portuguesa ainda eram grandes. Desta forma, Willems se constituiu em uma figura imprescindível na organização do campo teórico e conceitual da Sociologia e Antropologia. Foi tradutor de conceitos que integraram os verbetes do Dicionário de Sociologia e Etnologia, organizado em parceria com Herbert Baldus, do Dicionário de Sociologia, atualizado e publicado por Armand Cuvillier, em Paris. Com Romano Barreto, organizou o livro *Leituras Sociológicas* e criou, ainda, a *Revista Sociologia*. Esta se consistiu no primeiro periódico voltado exclusivamente para a divulgação de correntes sociológicas e da pesquisa dos especialistas brasileiros. A tradução de *Ideologia e Utopia*, de Karl Mannheim, feita por ele, teve tamanha repercussão na definição do papel intelectual e político dos cientistas sociais brasileiros que Willems certamente não podia supor nem prever (BÔAS, 2000).

Sua condição de estrangeiro e ádvena, para usar sua expressão, também, é típica daquele que se desloca de uma cultura para outra – sobretudo a marginalidade que se expressou na ambiguidade dos que não estavam lá e nem aqui – é de certa forma, a experiência humana que orientou o seu trabalho de pesquisa. Essa orientação se evidencia nos estudos sobre a vida dos imigrantes, evolui nas suas pesquisas sobre cultura, mesclando o rural, o urbano e a religião para uma observação incansável dos ajustamentos que a transição de formas de sociabilidade, num processo contínuo do devir cultural da experiência humana

frente às mudanças sociais e culturais. O resultado das adaptações, ajustamentos e acomodações estariam na assimilação.

Assim, de forma intrincada, a seleção de pensadores e obras que formaram o arcabouço de conhecimentos sobre uma realidade pretérita elegeu os eixos principais do pensamento para determinado espaço geográfico ou histórico. Em tal processo, não é raro, há uma tendência ao “esquecimento” de autores e ideias que acabaram associados a assuntos de grupos sociais étnicos. A comparação de expressões saturadas de culturas e realidades sociais diferentes com aquelas que foram eleitas “mais representativas” para o quadro nacional que se apresentava se faz necessária para a compreensão da heterogeneidade cultural do Brasil e o contexto de representações identitárias que pretendiam enquadrar um tipo brasileiro no *ethos* daquele momento.

Em algumas obras recentes² que possibilitam a compreensão da temática da identidade no Brasil – principalmente nos anos 1930 em diante, quando se teve uma valorização dos estudos científicos e expansão do pensamento acadêmico – identifica-se que os estudos de Emílio Willems são pouco explorados e praticamente ausentes na historiografia dos intelectuais. Contudo, se Willems pouco aparece entre os intelectuais da “nação brasileira”, tem-se tantos nomes renomados e estudiosos do Brasil que foram consagrados, a exemplo de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Torres, Darcy Ribeiro e Antônio Cândido, entre outros. Dessa maneira, não se pode considerar alguns destes como *canônicos* para reinterpretar a identidade “nacional” brasileira.

Sobre a trajetória e produções do intelectual Willems radicado aqui no Brasil a socióloga Gláucia Villas Bôas (2000), em artigo publicado, examina a repercussão da vivência desse autor e como essa situação esteve atrelada a sua perspectiva metodológica e conceitual. A autora considera que a marginalidade e transição do intelectual por diversas culturas e valores tornou-se assunto privilegiado para ele. Através da improvisação da saída de Willems de Berlim, da passagem pelo Brasil e da sua ida para os Estados Unidos para lecionar no Departamento de Antropologia na Universidade de Vanderbilt, Bôas destaca fatos marcantes da vida de Willems e os associa às respectivas produções. Dessa maneira, a obra que se toma enquanto fonte de pesquisa *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940) é por ela mencionada pela estadia do autor em Brusque, Santa Catarina, quando conheceu de perto seus compatriotas que mantinham uma cultura que não era mais própria da

² Como AXT, Günter; SHULER, Fernando Luiz. *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004; REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil I: De Varnhagen a FHC*. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; BASTOS, Elide Rugai. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. Lourenço Dantas Mota (organizador). 4 ed. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2004, entre outras.

Alemanha e nem do Brasil. Enfatiza também que Willems não apenas se dedicou aos estudos de assimilação e aculturação como também, aos estudos de comunidades, permanecendo livre de visões normativas, bem como de considerar a história como um processo que o aproximou da via compreensiva dos valores que dão sentido e significados às ações humanas. Essa via compreensiva foi alvo de duras críticas que intelectuais brasileiros imprimiram a Willems, considerando-o “representante de uma via culturalista, empiricista e conservadora dos fatos sociais, ainda que para outros a discordância teórica e conceitual não impedisse de nele ver a figura de um cientista social afeito às regras do rigor metodológico e científico” (BÔAS, 2000. p. 182).

Truzzi (2012), em artigo sobre o tema assimilação, apresenta uma discussão acerca do tema que tem sido revisitado pela sociologia americana e argentina nas últimas décadas. Dessa maneira, ele coloca que, até a década de 1960, o paradigma da assimilação reinava absoluto com importantes nomes da Escola de Chicago, desde Robert Ezra Park (1921) – aliás, sua referência é frequente na obra de Emílio Willems (1940) –, argumentando que muitos dos imigrantes haviam perdido sua “identidade étnica” para se integrar ao padrão americano. Nos anos 1970, esse modelo é contestado na literatura americana em que os mais radicais chegaram a considerar a “morte” do próprio conceito de assimilação, prosseguindo em simplificações sobre o assunto e uma dicotomização entre “assimilacionistas” versus “pluralistas”. O autor propõe, ainda, uma interpretação sobre o termo e como este foi utilizado no Brasil em períodos distintos. Nos anos 1920, após a popularização nos Estados Unidos da América do Norte, o tema ecoou no Brasil em três fases e de três formas distintas: em primeiro, está o uso dos intelectuais preocupados em discutir, promover e, alguns deles, em preservar a formação nacional do povo brasileiro, que acabaram por influenciar tanto os rumos da política migratória praticada durante a I República quanto à política de nacionalização; em segundo lugar, houve o uso acadêmico estritamente associado a uma interpretação cultural do termo a partir dos anos 1940, inaugurado com a obra de Emílio Willems e que se prolongou até os anos 1970; a terceira e última fase aconteceu quando a utilização do termo caiu em descrédito nos meios acadêmicos ao passo em que houve a valorização das identidades étnicas de grupos imigrantes do passado e presente associado a uma perspectiva multiculturalista.

No meio intelectual, para Truzzi (2012), Oliveira Vianna possa ser talvez apontado como um dos últimos propagadores do racismo científico como princípio de explicação do Brasil e da necessidade de assimilação racial. Embora, nos anos subsequentes, grande parcela da intelectualidade tenha sido desacreditada sobre as teses deterministas biológicas, a

exemplo de Gilberto Freyre e Roquete Pinto, ambos os nomes maiores do ideário assimilacionista, este ainda repercutiu diretamente na agenda política do novo regime instaurado nos anos trinta. A partir de então, não se tratava de amaldiçoar a herança negra, mas proteger o país de ameaças alienígenas, cujas características físicas e culturais poderiam colocar em risco o processo de homogeneização racial e cultural do país. O que se desejava não era uma intervenção cultural do estrangeiro, pois disso decorrem alguns grupos serem mais desejáveis e assimiláveis que outros (TRUZZI, 2012, p. 521-522). Para o autor, somente com o fim da ditadura Vargas e a consequente redemocratização o termo assimilação, no Brasil, foi objeto de uma utilização mais acadêmica e menos influenciada pelos preceitos de uma política de governo preocupada com a questão da definição de um povo para uma nação em formação. Salienta, ainda, que os horrores do nazismo contribuíram para colocar o tema da assimilação sob a perspectiva racial em suspenso e situa a segunda fase, a partir do pós-guerra, a partir da interpretação do conceito assimilação sob o viés acadêmico, deixando a perspectiva ideológica-racial para valer-se do termo. Assim, ele situa Emílio Willems como intelectual inaugurador que tratou o conceito assimilação com maior rigor teórico-metodológico em seus dois livros *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940) e *A Aculturação dos Alemães no Brasil* (1946).

Assim, postas tais abordagens da literatura no que se refere ao nome do intelectual Emílio Willems e sua obra, coloca-se que a presente dissertação apresenta uma temática em que não foi explorada no sentido que se deseja abarcar. Ou seja, como se configura paradigmaticamente sua obra e a compreensão da cultura marginalizada em relação ao grupo de imigrantes e descendentes no Brasil. Os aspectos que se constituem problematização e definição do pensamento do intelectual para a sociedade brasileira integram a dissertação a partir das contribuições deste na enigmática assimilação e representação do período delimitado.

Considerações acerca da história intelectual

As condições discursivas de produção, circulação e transmissão de ideias são os objetos privilegiados da História Intelectual. Nesse sentido, a História Intelectual apresenta-se como um campo fundamentalmente interdisciplinar que promove um diálogo entre a história das ideias, da filosofia, das ciências e da cultura. Seus pesquisadores constroem objetos e problemas tomando como fontes preferenciais textos, conceitos e teorias. Na História Intelectual, a própria noção de contexto se modifica e deixa de ser um apanhado de episódios alheios aos textos – eventos políticos, econômicos ou mesmo da biografia civil ou institucional dos autores, etc. –, transformando-se nas próprias condições históricas da cultura intelectual que permitiram o surgimento das ideias.

As descontinuidades do discurso ocupam o centro das atenções do historiador e se manifestam a ele como histórias da linguagem, ocorrendo em contextos que a história da experiência proporciona. Há uma constante e justificada afirmação de que as duas histórias estariam conectadas: de que a linguagem usada pelos atores de uma sociedade seria feita para gerar informações concernentes ao que essa sociedade estava vivenciando, e – já que deve-se adaptar a algo próximo a uma absoluta prioridade da experiência social – que a linguagem seria apresentada, tanto quanto possível, como o efeito de tal experiência. Por ver as linguagens como algo que vai se formando ao longo do tempo, em resposta a muitas pressões externas e internas, o historiador não supõe que a linguagem do momento simplesmente denota, reflete ou é um efeito da experiência desse momento.

Sendo o mundo do historiador habitado por agentes responsáveis, este toma distância deles como seus iguais, distinguindo a narração sobre as ações deles da performance dele próprio. Escrever história dessa maneira é ideologicamente liberal e o historiador também pode admitir isso. Ele está pressupondo uma sociedade em que um indivíduo pode fazer uma enunciação e outro pode enunciar uma réplica, efetuada de um ponto de vista que não é o mesmo do primeiro ator. Houve, e há, sociedades em que essa condição foi satisfeita em vários graus e essas são as sociedades nas quais o discurso tem uma história (POCOCK, 2003, p.62). Dessa forma, cabe entender que um texto também consiste no discurso de alguém em um determinado tempo e lugar, ou seja, é um meio de tornar um pensamento efetivo que se materializa na história.

Nessa construção de discursos sobre mundos representativos, encontram-se concepções de Dominick LaCapra (2012) que fornecem subsídios interpretativos à vinculação

desta dissertação para com a História Intelectual. Para LaCapra (2012), é fundamental entender a história intelectual e suas particularidades. O desejo de adaptar-se a modos de indagação imediatamente inteligíveis caracterizou perspectivas que se veem frequentemente como antagônicas e opostas: a história interna ou extrínseca das ideias; a concepção extrínseca ou “contextual” da história intelectual e; o intento de síntese das perspectivas interna e externa que, na maior parte das vezes, assumiu a forma de uma narrativa de “homens e ideias”. Isso quer dizer que essa maneira de escrever e interpretar as ideias não caracteriza a história intelectual e faz com que ela se submeta com frequência a interpretações excessivamente reducionistas, conforme o interesse do historiador. Tal forma reducionista provém do predomínio de uma concepção documentária da compreensão histórica e continua, sendo a concepção que prevalece na profissão historiadora.

LaCapra (2012) escreve que o *texto* é o que se pode chamar de uso da linguagem marcado por uma interação entre tendências reciprocamente imbricadas ou contestatórias. Desse ponto de vista, a oposição mesma entre o que está fora e o que está dentro dos textos volta-se problemática e nada se vê como interior ou exterior a eles. Então, o problema passa a ser o repensar os conceitos de dentro e fora em relação com os processos de interação entre linguagem e o mundo. Nesse aspecto, os recentes estudos são estimulantes pelo caráter da textualidade que tem sido a investigação acerca dos motivos pelos quais os processos textuais não podem confinar-se dentro dos marcos do livro. O mesmo contexto ou mundo real é textualizado de diversas maneiras e a vida social e individual podem ver-se segundo a analogia do texto, implicadas em processos textuais que frequentemente são mais complicados do que a imaginação histórica está disposta a admitir. Em termos mais gerais, a textualidade serve para fazer menos dogmático o conceito de realidade e aponta para o que está em volta de problemas do uso da linguagem ao pensar o significado. Para o historiador, a reconstrução mesma de um contexto ou uma realidade se produz sobre a base de restos textualizados do passado.

A obra se situa na história, segundo LaCapra (2012), de um modo que lhe oferece dimensões documentárias, do mesmo modo como o documento é um *ser-obra*. O *contexto* como nível contextual para a análise de uma obra, aborda e distingue-se, também, entre os aspectos documentários e de *ser-obra*. Em outras palavras, tanto o documento como a obra são textos que implicam uma interação entre os componentes documentários e de *ser-obra* que devem ser examinados nesse diálogo com o passado, pois um documento é situado no texto que o historiador produz com referência à realidade empírica, transmitindo uma informação sobre ela e *ser-obra* complementa a realidade empírica com agregações e

subtrações. Isso implica, portanto, dimensões do texto não redutíveis ao documento e incluem maneiras preponderantes dos papéis do compromisso: a interpretação e a imaginação. As perguntas que se fazem ao passado objetivando respostas, por sua vez, implicam em perguntas corretas, pois a si mesmas estas se situam em um contexto ou mundo vivido que não pode ser completamente objetivado ou plenamente conhecido. Para tanto, há de se pensar o que não está explícito nos textos, aquilo que muitas vezes é impensado pelos leitores e passa despercebido. De outro modo, pode-se dizer que, em rigor de verdade, na medida em que em si mesmo o documento é *ser-obra*, um diálogo implica no intento do intérprete de pensar mais em profundidade o que está em discussão em um texto ou uma “realidade” passada e durante o processo o mesmo questionador é questionado pelo “outro”.

Isso torna o processo da *prática* do ofício um tanto dialético no tempo. E, como tal, as perguntas e respostas não se esgotam; pelo contrário, criam possibilidades de novas perguntas e interpretações a partir das possibilidades criativas da imaginação histórica.

Portanto, a história intelectual busca mais as interpretações que surgem sobre os textos e como as ideias se articulam no passado e estão contidas nos textos (contextos). Não se resumem ao fato de serem necessariamente impactantes na vida do autor, da sociedade, da política, da instituição e da cultura, pois elas estão sempre circulando no tempo entre diferentes atores sociais que mencionam e relacionam os textos e seus diversos contextos pertinentes. Isso faz da história intelectual uma história de textos sem apelar necessariamente para um contexto com aspectos econômicos, sociais, políticos, etc. Tal particularidade não quer dizer que ela desconsidera esses aspectos. Por vez eles interferem e por outras não, dependendo da abordagem que se quer e de como as perguntas se colocam diante do texto, este pode se inclinar para um pensamento epistêmico próprio de uma ideia, conceito ou mesmo relacioná-lo com a natureza humana e seus atos decorrentes da interação e da percepção do ser-no-mundo, mesclando com a filosofia da história numa espécie de especulação filosófica.

Procedendo à análise de textos, LaCapra (1983, p. 36-39) aponta seis tipos de contextos históricos possíveis: 1) a relação entre as intenções do autor e texto; 2) a relação entre vida do autor e texto; 3) relação da sociedade com o texto; 4) relação da cultura e o texto; 5) a relação de um texto e o corpus de um escritor; e, por fim, 6) a relação entre modos de discurso e o texto. Prosseguindo sobre os níveis interpretativos inteligíveis elencados por LaCapra, entra-se no campo do contexto do autor e na intenção do texto ao ser produzido. O autor ressalta que não é necessária a presença de todos os níveis contextuais na investigação de um determinado texto. Além disso, algumas vezes, tais contextos se justapõem. E, ainda,

deter-se a esses pares dualistas quanto aos atos da fala e enunciação do texto não precisamente deduzem seu significado em torno das intenções do autor ao escrevê-lo. Se essa proposição assim fosse, suporia uma propriedade entre autor e texto e a intenção(ões) do autor podem ser incertas ou mesmo ambivalentes.

Por esta e outras razões, não se pode eleger as intenções do autor como algo cristalizado no pensamento e alheio a processos e movimentos da realidade que interferem na sua análise, não podendo haver somente sua intencionalidade em primazia. O historiador enganar-se-ia naquilo que não está na relação com importantes dimensões do uso da linguagem e a resposta do leitor. De certa maneira, esses são critérios para uma interpretação e não implica dizer sobre a questão da obra ser entendida. Assim, o historiador pode ir mais além e abordar a relação entre a vida do autor e o texto e as novas interpretações se somam ao processo (LACAPRA, 2012, p. 253-254).

Escreve, ainda, este autor, que a circulação ou não desses textos na sociedade, bem como os níveis culturais que se estabelecem com os textos, podem impor ao leitor exigências que, com frequência, poucos leitores estão dispostos a estudar em sua interpretação de modo mais aprofundado. De um historiador espera-se, então, o alerta de que um texto não é somente um texto nem somente um documento. É um *ser-obra* que também abarca inúmeros contextos, implicando a produção própria deste por outrem sob uma infinidade de contextos inerentes ao sujeito e à própria linguagem no tempo em que foi produzido.

Dessa maneira, a partir da análise teórico-metodológica de LaCapra (1983), compreende-se as ideias de um determinado tempo e sua historicidade no contexto, sujeitos à investigação, que constituem a história num importante elemento para o processo de interpretação humana. Na tentativa de compreender as ideias em seus diferentes contextos na análise das fontes, não busca-se somente analisar os textos, mas sim englobar todo processo interpretativo que emerge da comunicação e seu significado. Destarte, a questão texto e contexto se completa nas inter-relações que podem ser exploradas ampliando os pares duais como texto e autor para além de redes que se inter-relacionam, ou seja, a relação dos textos com seus diversos contextos pertinentes, pois a apelação ao contexto não corresponde ao ato de todas as questões da leitura e a interpretação, formando apenas um contexto.

Feitas essas considerações iniciais sobre a Dissertação referentes ao aporte teórico-metodológico, vinculação com a linha de pesquisa e história intelectual, bem como aspectos

biográficos sobre Emílio Willems, autor da obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940) < apresentamos os capítulos que se seguem.

No primeiro capítulo, apresentam-se dois contextos que tornam inteligível a obra e o texto, na sua condição *ser-obra*. Apresentam-se os contextos de debate acerca das principais teorias culturalistas desenvolvidas em fins do século XIX e início do século XX, como também o contexto político-cultural brasileiro que lançou a questão da identidade nacional como um problema a ser definido. Num primeiro momento, cabe destacar o contexto de debates das teorias sociológica e antropológica nos principais centros de reflexão – EUA e Europa – e nessa relação situar o pensamento da sociologia que estava despontando no Brasil. Posteriormente, será contextualizado o Brasil e os intelectuais diante da emergência do Estado Novo e da pretendida renovação cultural do período, a qual, de certo modo, teve uma implicação política na escrita da obra de Willems.

No segundo capítulo, opta-se por analisar os princípios internos da obra de Willems, especialmente sua perspectiva de intencionalidade autoral, explorando alguns aspectos que conduziram a obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, de modo que se possa chamar a atenção para os principais conceitos que Willems utilizou para construir sua teoria da assimilação. Assim, nesse contexto, abordam-se algumas teorias vigentes no Brasil nos anos 1930-40. Parte-se da inserção de sua obra em um contexto mais amplo de discussão sobre a teoria antropológica vigente no Brasil dos anos 30-40, especialmente as fronteiras ainda não muito bem demarcadas entre o racial, o étnico, o cultural e o social no pensamento brasileiro e a crítica de Willems às teorias naturalistas. Segue-se na abordagem da sua preocupação em relação às teorias nacionalistas vigentes no período para, em seguida, fazer apontamentos de sua posição divergente em relação ao positivismo. E, por fim, delineiam-se as principais ferramentas conceituais usadas pelo autor para legitimar suas ideias, especialmente o conceito de assimilação.

O terceiro capítulo compõe-se de uma análise, a qual almeja as condições de inteligibilidade da obra a que se refere o pensamento de Willems na compreensão do *teuto-brasileiro*. Aponta-se para o entendimento da sua teoria para pensar a ideia do estrangeiro (imigrante - teuto-brasileiro) como aquele que parte de uma realidade e experiência conhecida para o confronto com uma outra esfera que lhe é estranha por diversos motivos (econômicos, políticos, sociais e, sobretudo, culturais). O processo de marginalização do imigrante é pensado nessa fronteira de identidade a qual se prende o teuto-brasileiro no espaço e tempo. O conceito teuto-brasileiro é explorado em sua relação com a noção de tempo e espaço como

delimitador da primeira que configura o lugar e não-lugar do “estrangeiro” que cria uma hifenização no lugar que vem a ocupar.

1 EMÍLIO WILLEMS E OS ANOS 1930-40: A TEORIA ANTROPOLÓGICA E O BRASIL DOS INTELECTUAIS

Neste capítulo, pretende-se apresentar os contextos de debates acerca das principais teorias culturalistas desenvolvidas em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, como também o contexto político-cultural brasileiro que lançou a questão da identidade nacional como um problema a ser definido. Como se pode notar, trata-se de apresentar dois contextos que julgam-se ser pertinentes para compreender a obra de Willems.

Primeiramente, cabe destacar o contexto de debates das teorias sociológica e antropológica nos principais centros de reflexão – EUA e Europa – e, nessa relação, situar o pensamento da sociologia que estava despontando no Brasil. Posteriormente, será contextualizado o Brasil e os intelectuais diante da emergência do Estado Novo e da pretendida renovação cultural do período, a qual, de certo modo, teve uma implicação política na escrita da obra de Willems.

1.1 CONTEXTO DAS TEORIAS CULTURAIS

As principais teorias culturalistas que Willems utilizou em sua obra podem ser localizadas em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O autor lançou mão de autores como Simmel e Weber, centrais na definição de um paradigma mais compreensivo das ciências humanas, bem como dos diversos debates realizados nos Estados Unidos, que implicaram uma renovação, por meio da Antropologia e da Sociologia, dos estudos sobre a cultura.

As mudanças que aconteciam na sociedade e seus processos sociais e culturais tiveram um considerável impacto na Sociologia e Antropologia nos anos 1930. A multiplicação das correntes culturalistas e sua concepção a heterogeneidade permitiu uma versatilidade nas formas de abordar o homem e sua relação com o meio por uma ótica mais conciliadora entre Natureza e Cultura, fugindo dos velhos modelos intelectuais que viam nessa relação um determinismo racial biológico.

Faz-se necessário salientar que Willems não apresentou um modelo “ideológico” ou caminho a ser seguido e tampouco traçou estratégias de abasileiramento. O autor analisou e abordou o quadro social dessas populações na forma como se encontravam. O quadro teórico por ele adotado aponta para um conceito amplo de assimilação, no qual imigrantes e descendentes vivenciaram situações em que, de um lado, a sociedade receptora seria o eixo

principal – luso-brasileira – e, do outro, os que vieram de fora com intenção de colonizar e ficar – imigrantes – também teriam a oportunidade de passar a integrar a vida nacional. Nesse sentido, não estariam alocados pelo autor como meros coadjuvantes no processo econômico.

Sua análise sobre a assimilação e delimitação da região sul do Brasil implicou a mudança social e cultural das diversas etnias existentes e salientou o fator diversidade ao invés de unidade e homogeneidade. Na abordagem teórica, respeitou as particularidades dos grupos sociais nessa região e notadamente o elemento explicativo se remete à heterogeneidade. Sobre as diversidades, Albuquerque considerou as regiões brasileiras como retalhos culturais existentes que, por sua vez, compõem e cultivam a grande teia cultural nacional. Uma espécie de microterritórios inseridos no macro territorial que contém no seu cerne as inúmeras heterogeneidades que se manifestam na organização social, cultural e econômica. Desse modo, a origem da nacionalidade é buscada na história de cada região (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 101).

A ideia em torno do conceito de cultura teve repercussão ampla e variada no início do século XX. O significado mais simples desse termo abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, a cultura é constituída de tudo aquilo produzido pela humanidade seja no plano concreto das instituições ou no plano imaterial das ideias e crenças. E, além disso, engloba também todo comportamento aprendido no meio, de modo independente da questão biológica. Em outras palavras, a cultura seria todo conjunto complexo de conhecimentos e habilidades humanas empregadas socialmente. A ênfase no social permitiu à Antropologia e à Sociologia, bem como as Ciências Humanas em geral, mais do que explicar, compreender o comportamento do próprio homem na sua ação e reação frente à dinâmica contextual em que o mundo se apresentava. No campo da sociologia, importantes debates foram elaborados, sobretudo, para entender as sociedades e suas relações e inter-relações.

Em tais debates, torna-se pertinente contextualizar as ideias e, sobretudo, as pesquisas científicas que reservam uma certa dependência do contexto no qual são produzidas.

Mencionar o contexto intelectual em que se desenvolviam as ideias no campo das Ciências Sociais ou Humanas requer situar as concepções filosóficas que caracterizaram o pensamento europeu, sobretudo o alemão e o francês. No século XIX, a noção de cultura na Alemanha tende para a delimitação e consolidação das diferenças nacionais. Nessa perspectiva, o termo conotou uma visão particularista da cultura, ao contrário da noção universalista da tradição francesa, mais próxima de uma noção de unidade nacional constituída há tempo. No entanto, o termo, no contexto alemão, se aproximou pouco da

noção de nacionalismo e mais à nação, evoluindo pouco sob o aspecto nacional durante o século XIX. Contudo, ao longo do século, os autores românticos alemães opuseram o conceito de cultura à civilização pelo progresso material proveniente do desenvolvimento econômico industrial. A visão essencialista e particularista estava mais ajustada à noção étnico-racial de nação (CUCHE, 1999)

Baumer (1977) entende esse *final de século XIX* como a decadência de teorias filosóficas tidas como modelos e que, ao mesmo tempo, prenunciavam um novo mundo de pensamento que viria a tomar forma. Não tanto como um fim, o fim de século era um princípio, pois “continha em si a semente de uma nova espécie de modernidade que era muito diferente da modernidade científico-racionalista que viria a amadurecer durante o desenrolar do século XX” (BAUMER, 1977, p. 132). Era um tempo de mudanças e reações não só ao positivismo como aos valores vigentes e convenções burguesas. O racionalismo era posto a indagações e a ciência passava a dar espaço às incertezas, as quais, Baumer descreveu como uma “sensação de não saber exatamente onde estava a certeza ou mesmo se haveria uma certeza, para além da própria mudança e de não saber o que o futuro podia trazer” (BAUMER, 1977, p. 132). O próprio clima de desorientação abria espaço para novas experiências e debates que traziam as Humanidades a um campo menos racional e previsível para uma esfera mais compreensível para com a natureza e o indivíduo.

O fim de século e início do século XX não se caracterizaram, para Baumer (1977), como uma revolta contra a ciência e sim contra o cientificismo que chamava a si todo conhecimento na ideia do determinismo. A própria ideia do mundo darwiniano reclamava a cultura como elemento da biologia, gerando atritos nesse contexto determinista da cultura. Foi o momento em que se apresentam as tentativas de autonomia à cultura, segundo a lógica própria das ciências humanas e não da natureza. Nesse sentido, os debates floresceram com os intelectuais, a exemplo de Dilthey e Max Weber, no significado de “entrar em simpatia com a experiência de outros homens, seres humanos como nós” (BAUMER, 1977, p. 135) para compreender os fatos sociais e culturais num contexto menos determinista e objetivo, a fim de integrar a subjetividade que permeava a ação humana. Em tal clima efervescente de ideias “Bergson rejeitava a teoria mecanicista a favor de uma natureza “criativa”, caracterizada mais pelo tempo do que pelo espaço. O tempo era a nova dimensão principal” (BAUMER, 1977, p. 138).

Pode-se dizer que a noção de tempo trouxe uma perspectiva mais dinâmica às relações sociais, pois para Bergson ele era sinônimo de “inovação”, refutando qualquer vinculação com uma essência eterna e inerte quanto uniforme como o espaço (BAUMER, 1977, p. 138).

Assim, a noção de tempo trouxe o universo do contexto histórico. Não soa estranho que os intelectuais começaram a pensar a cultura dentro de um contexto relacional próprio e com relativa liberdade, ou seja, que cada cultura se desenvolvia segundo acontecimentos sociais que eram únicos dentro de cada cultura e sociedade. Isso vem ao encontro do debate de Nietzsche (1878)³ sobre a falta de um sentido histórico que orientasse o pensamento dos filósofos. Portanto, no início do século XX a perspectiva sobre o tempo e sua inovação trouxe à luz os comportamentos obscuros da psique para investigar as diferenças sociais, que eram cada vez mais entendidos como resultados de ordem cultural, bem como as múltiplas possibilidades de mudança aferidas à personalidade humana.

Na transição do século, os intelectuais encontraram veias culturalistas para explicar os comportamentos e as condutas irracionais – os aspectos racionais também. A Psicologia Social veio a desempenhar papel importante sobre a compreensão dos comportamentos sobre os indivíduos e destacou para esse contexto o “espírito de grupo”. No intuito de fugir ou dar um esclarecimento sobre a oposição em que se encontrava a natureza humana diante das oscilações sobre verdade, razão e racionalismo, de um lado, e de outro, o irracionalismo e as incertezas, buscava-se equilibrar a objetividade e a subjetividade. A resposta veio com as implicações relativistas. E, apesar de surgir em fim de século, ganhou crescente campo no século XX. Baumer elucida muito bem essa recepção no novo século a partir de uma citação de Durkheim (1915) em crítica à decadência dos valores que consistia na falta de espiritualidade mais existencial e humana. ““O que existe, na realidade”, escreveu ele, em oposição a lei do progresso de Comte, “são sociedades particulares” (BAUMER, 1977, p. 164).

Com o relativismo cultural, e também histórico, o início do século XX trazia problemáticas variadas que implicavam respostas na interdisciplinaridade das áreas humanas – História, Sociologia, Antropologia e Psicologia Social. Esse campo interdisciplinar ampliou a noção de compreensão do indivíduo nos seus processos sociais e permitiu estudar a diversidade cultural.

Na Alemanha, antes mesmo da Sociologia de Weber, Georg Simmel também cunhou sua Sociologia num desenvolvimento consistente na área e sua contribuição foi decisiva para a consolidação e debate das Ciências Humanas. De sua sociologia, podemos destacar o aprofundamento que o autor deu para a análise das formas de sociação. O conflito foi concebido sociologicamente como parte integradora da sociedade humana. Com uma

³ Para saber mais sobre, consultar BAUMER (1977).

sociologia formal, permitiu a possibilidade de compreender que os indivíduos não eram invariantes em si, e sim as formas grupais em que estes se inseriam ou mesmo formavam. Seu princípio consistia em que toda interação entre os homens era uma forma de sociação, bem como o conflito. Este último não era representativo apenas de condições maléficas numa sociedade, mas considerado em seu aspecto social e mental como positivo para o desenvolvimento das sociedades (MORAES FILHO, 1983). Nesse entendimento, o conflito na abordagem sociológica de Simmel seria um eixo gerador para amenizar as tensões dualistas e orientar uma unidade que eliminasse e selecionasse determinados aspectos das partes envolvidas numa determinada sociedade.

Ao reservar relevância sociológica ao conflito, Simmel deu abertura à perspectiva subjetiva da ciência que permitiu abordar categorias pertencentes à psicologia, a exemplo do ódio, inveja, desejo, etc., e que estas agiriam nas interações sociais. Tão logo, a sociedade ou mesmo a cultura não estava para ele numa relação de harmonia que excluía qualquer possibilidades de conflitos. Nesse sentido, a sociologia do início do século XX renunciava que as culturas apresentavam rupturas que permitiam mudanças em determinados contextos históricos. Este último pareceu ser condição imprescindível para o entendimento das sociedades sob uma lógica própria, ou seja, que reservava as particularidades e especificidades aos grupos e seus comportamentos, como atesta em sua sociologia do conflito, que, mesmo num grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, não haveria uma união pura. Isso seria empiricamente irreal como também não poderia mostrar um processo de vida real (MORAES FILHO, 1983).

Nesse contexto de teorias que buscavam pensar mais as particularidades dentro da unidade, o conceito de cultura teve sua acolhida com sucesso nos Estados Unidos, ocorrendo uma fusão entre Cultura e Antropologia. Em seguida, o conceito migrou para a Sociologia e a Psicologia.

Os teóricos culturalistas do século XX situaram a reflexão sobre o homem e a sociedade a partir das especificidades humanas na diversidade e esta na unidade. Esse se constituiu em um desafio teórico metodológico. Da concepção particularista da cultura, muitos intelectuais se desvincularam de noções deterministas da ciência no sentido biológico. Para Cucho (1999), a noção *ciência* se vertia em dois horizontes: um que prezava pela unidade, ainda segundo um esquema evolucionista⁴; e outro no sentido da diversidade sem se opor à unidade. Assim como no século XIX, a cultura e suas concepções num contexto

⁴ Apesar da multiplicação de vertentes culturalistas, o evolucionismo numa perspectiva darwinina e lamarckiana e o positivismo ainda encontravam terreno fértil.

alemão (particularista) e francês (universalista), no século XX, as duas correntes de pensamento continuavam a ter força e constituíam modelos explicativos variados em metodologia e teoria. Ampliar esse modelo de cultura alemã-francesa foi nos Estados Unidos, sem dúvida, um campo que abriu caminho para inúmeras pesquisas acadêmicas sobre a natureza e o indivíduo. A concepção particularista de Franz Boas, que estudara na Alemanha, concebeu que a organização social era determinada mais pela cultura do que pelo ambiente físico. Nota-se a independência que essa vertente tomou em relação ao quesito biológico-racial. As culturas particulares entravam no rol das investigações dos pesquisadores. Cada cultura representou, nesse contexto relativista e particularista, uma totalidade singular e um esforço em pesquisar o que fazia a sua unidade (CUCHE, 1999, p. 45). E, nesse conjunto, a “compreensão” tornou-se a máxima para tratar dos costumes particulares, bem como os fatos culturais podiam ser interpretados se relacionados ao seu contexto histórico cultural. Pensar a diferença foi crucial para a Antropologia americana. E como os lugares de produção não se desvinculam de seu contexto histórico, os Estados Unidos deram importância à diferença por se constituir em um país de imigração de diferentes origens culturais. Para Cuhe (1999, p. 66), a imigração precede e funda a nação, de modo que o americano era um imigrante ou descendente de imigrante e a base do modelo de integração nacional admitia a formação de comunidades étnicas particulares. Em outras palavras, a vinculação dos indivíduos à cultura americana se dava pela participação reconhecida em comunidades étnicas particulares.

Sob uma perspectiva compreensiva particularista, a elucidação do vínculo que ligava o indivíduo a sua cultura permitia uma visão sobre os variados comportamentos de grupo e estes sobre o individual, concretizando a ampliação do conceito social de cultura. Como na Antropologia francesa de Durkheim, compreender o social em amplas dimensões tornou-se uma ambição (CUCHE, p. 51). Nos Estados Unidos dos anos 1930, à Escola Cultura e Personalidade se ligavam antropólogos que definiam a cultura através dos homens que a viviam. Assim, a diferença não era vista como um problema, mas sim integrante de um esquema funcional social e cultural que permitia, na fronteira das diferenças, encontrar os comportamentos coletivos e individuais mediante continuidades e descontinuidades. Foi possível compreender a diversidade de status no interior dos grupos de uma mesma sociedade e que o indivíduo conhece de sua cultura o que lhe é necessário para a interação em seus diversos status (de sexo, de idade, de condição social, etc.) a desempenhar seus papéis nessa sociedade.

Em suma, o indivíduo não era depositário de toda a cultura de origem⁵. Ele seria antes um sujeito que seleciona na cultura aquilo que necessita para sua comunicação no meio, conferindo uma dinâmica a esse processo. A atenção dos antropólogos americanos estava voltada aos processos de rupturas e descontinuidades, pois a cultura não era mais concebida como uma transmissão de dados imutáveis e sim coo capacidade de transformação da natureza pela cultura, pois esta possibilitava ao indivíduo inovar e isso implicava, por sua vez, conceber as mudanças culturais no tempo em diferentes contextos históricos.

Compreender como os indivíduos recebiam e sentiam a cultura constituiu o desafio dessa geração de antropólogos frente às sociedades complexas que se formavam na modernidade com o crescente fluxo migratório e transformações sociais, políticas e econômicas. Essa percepção abriu caminhos para o estudo da interação entre cultura e indivíduo. A Escola de Chicago teve essa preocupação com os estrangeiros nos contatos com a cultura que os acolhia. Foi sensível o olhar dado à dimensão cultural das relações sociais e à forma como os indivíduos interiorizavam e viviam a sua cultura. Sobretudo, se interessavam pela influência da cultura de origem dos imigrantes e a inserção destes na sociedade que os acolhia, como atestam os estudos de William Thomas e Robert Park. A reflexão teórica do título de Willems, *Assimilação e Populações Marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos no Brasil* (1940), expressou o pensamento de Robert Park, que fez uso do conceito de aculturação para tratar de culturas diferentes que passaram a viver em espaço comum (PARK, 1948, p. 28-31). Da confrontação dos dois sistemas culturais nascia o “homem marginal”, que não se reconhecia nem dentro de uma nem de outra sociedade. A interação da sociedade, ou melhor, de grupos sociais num espaço territorial nacional foi analisada por Willems na fronteira da assimilação, pois no caso do Brasil, a região Sul foi receptora da grande imigração; disso decorreu a inquietação do autor em compreender o processo de assimilação dessas populações e seus descendentes.

Para Herpin (1973), nesse período, a Sociologia se apropriava dos métodos da Antropologia e se difundiam os estudos de comunidades, ainda que sob uma perspectiva urbana, na qual a hipótese considerada era que a comunidade formava um microcosmo representativo da sociedade a qual pertencia, possibilitando apreender a totalidade da cultura desta sociedade (HERPIN, 1973 apud CUCHE, 1999, p. 100).

A continuidade da cultura também foi investigada através das gerações sob o conceito de “socialização”, entendido como a interiorização das formas de pensar, agir e sentir de um

⁵Linton e Kardiner são os teóricos que defendiam essa linha de pensamento.

determinado grupo e geralmente pela perspectiva comparativa (das nações, do sexo, das classes sociais...). Para tanto, o pesquisador leva em conta as diferenças em que o indivíduo é sociabilizado bem como os efeitos no comportamento. Nesse processo de socialização, para o sociólogo americano Talcott Parsons, a família exercia um papel fundamental, seguida do processo escolar. As críticas feitas nesse sentido eram de que o indivíduo ficaria submetido e condicionado à primazia da sociedade e não o contrário (CUCHE, 1999, p. 102-103). As análises que não aceitavam essa hipótese se colocavam na retaguarda de que o indivíduo não seria determinado pela socialização. Ele teria um conjunto de escolhas a serem feitas com autonomia, de modo que poderia modificar suas atitudes perante a possibilidade de modelos culturais que se apresentavam em constante mudança; portanto, não prevaleceriam os modelos culturais sociabilizados na infância (CUCHE, 1999, p. 104).

Contudo, a abordagem interacionista da cultura foi enfatizada por Sapir ao considerar que esta era um sistema de comunicação interindividual. Assim, a cultura, para ele, estaria no conjunto de significações comunicadas pelos indivíduos de um determinado grupo em suas interações.

Dessa maneira, pode-se apreender que as diferentes formas que a relação entre cultura, indivíduos e sociedade foi abordada caminhou no sentido da importância do “contexto” em que essas relações se davam a consequente ação de valorização dos grupos particulares, com suas culturas e especificidades próprias, que passaram a ser estudadas em seu contexto complexo pelas Ciências Humanas que se remodelaram, sobretudo no início do século XX. Com métodos próprios da área das humanas, estes se afastavam cada vez mais das concepções universais e darwinistas de evolução da cultura, pois os intelectuais agiam no sentido, cada vez mais, de compreender os processos sociais que englobavam o homem num sentido amplo: o social. O legado biológico-racial, ainda que encontrasse espaço em teorias racistas e nacionalistas, constituía um pensamento paralelo a todo esse florescimento da dimensão humana e social.

Em meio a esse caldeirão de teorias, Willems desenvolveu seu pensamento, fundamentalmente marcado pelas diversas teorias culturalistas que se difundiram, tanto na Alemanha e França quanto nos Estados Unidos. Para o caso deste último país, o autor não somente se fundamentou em teorias que estavam em voga naquele país, como também analisou a sociedade norte-americana e teceu algumas comparações com o Brasil, pois ambas eram resultado de grandes fluxos migratórios e deslocamentos humanos forçados e voluntários, mas que se constituem partes integrantes de um novo meio.

1.2 O BRASIL DOS INTELLECTUAIS E A EMERGÊNCIA DO ESTADO NOVO

Ao abordar o assunto dos intelectuais no contexto dos anos 1930-40, devem ser situados alguns aspectos da história política e institucional que se relacionaram com suas obras ou, pelo menos, com alguns dos temas nelas tratados. Trata-se de um momento em que se pretendia definir o ser brasileiro nos principais debates intelectuais. Essa questão era propícia para o momento de transição do Brasil de um modelo arcaico do século XIX para se inserir numa modernidade com a crescente urbanização que o país vinha apresentando. Diversos discursos concorrenciais, que já vinham se desenvolvendo desde o século XIX, foram tomados para tentar definir uma identidade para a nacionalidade brasileira. Foram construídas representações variadas desse tipo brasileiro.

As representações do tipo brasileiro nacional que se pretendia consolidar sob uma identidade da pátria iam desde teorias da mestiçagem⁶ que uniam as culturas do branco português, o negro africano e o índio à ideologia do branqueamento⁷ do Brasil com o incentivo da vinda dos imigrantes europeus a integrarem a sociedade brasileira.

Na primeira metade do século XX, as ideias do período fazem parte de um momento de *renovação* com as relações de integração territorial nacional. As diferentes regiões se apresentavam na sua forma heterogênea e serviram para a problemática dos intelectuais e do Estado que pretendiam definir e integrar as questões de fronteiras e as identidades culturais do Brasil. Nos anos 30, havia uma tentativa de mudança no quadro social brasileiro e de legitimação de uma nova ordem no cenário político que se pretendia nacionalizante. Não tardou para que intelectuais “explicassem” o Brasil sob diversas teorias e ideologias, muitas vezes atreladas a uma ideologia política do Estado. Não que ideias sobre a nação não existissem antes dos anos 30. Havia muitas delas, mas foi somente a partir dos anos 20 e 30 que o Estado começou a consolidar, de modo mais efetivo, essa busca de uma identidade nacional.

Tal ótica pode ser contextualizada pela situação que o Pós I Guerra proporcionou na Europa⁸. Até os primeiros anos do século XX, esta era vista como “modelo” a ser seguido, por meio das ideias que se difundiam e na crença de uma civilização superior sob a perspectiva de

⁶ O intelectual expoente dessa teoria foi Gilberto Freyre na obra clássica *Casa-grande & Senzala* (1933), que recuperava o passado histórico brasileiro sob uma perspectiva integradora e harmoniosa dessas culturas, ainda que se aproxime de tendência que fazem menção à dependência da cultura com o elemento raça.

⁷ Para saber mais consultar: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

⁸ A crença de um modelo liberal no qual os mercados se regulassem e as civilizações atingiriam o progresso passa a ser desacreditada. Com isso há um retorno a ideia a ideias associadas ao nacionalismo patriótico.

colonizador-colonizado. Contudo, a guerra sinalizou para o espaço intelectual brasileiro que era a vez da América se emancipar desses resquícios e valorizar a sua História. A afirmação diante da decadência e importação de ideias e modelos europeus que explicassem o Brasil foi o que reuniu grande parte dos interesses comuns aos intelectuais preocupados com essa questão. O País teria de ser visto sob uma ótica própria. Era chegado o momento de enfrentar os próprios problemas da história social da jovem nação brasileira. Nessa busca de afirmação de um passado que se integrasse a uma identidade nacional, os problemas eram muitos.

Skidmore (1976), em debate sobre raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, escreve sobre o temor dos intelectuais em apresentar um Brasil que se vê frente a frente com seus dilemas: um passado escravocrata, vazios demográficos, amplo território, “quistos de imigrantes”⁹, entre outros. Este era o quadro que denotava a fragilidade da situação brasileira no panorama internacional, ampliando o fantasma da cobiça externa, como a penetração dos Estados Unidos na tentativa de encontrar mercados externos para a crise, tanto quanto a perspectiva da II Guerra em seu contexto, trazia a metáfora da oposição entre “democracia” e “totalitarismo”¹⁰. Tal oposição foi vista, ainda nesse contexto relacional, como ameaça de barbárie à liberdade e à cultura¹¹.

Somou-se a esse quadro da situação social brasileira o “abismo entre a realidade brasileira e os modelos que pensadores do passado tinham, tantas vezes e tão erroneamente, tomado por ela, foi mais geralmente percebido” (SKIDMORE, 1976, p. 164). Para o autor, a desconfiança quanto às teorias que apresentaram o Brasil até o início do século XX passaram a ser contestadas e os intelectuais se engajaram na sensibilidade de estudar a situação brasileira por ela mesma, estimulando o pensamento nacionalista.

Para Skidmore (1993), os intelectuais se sentiram impulsionados e começaram, também, a sentir que podiam mudar o papel que o darwinismo social, herdado da cultura europeia, tentava atribuir ao Brasil. Na perspectiva do autor, o corolário disso era óbvio e ajudado pela reação dos intelectuais à guerra na Europa: a nação brasileira tinha uma identidade e um destino que deviam e podiam ser controlados por brasileiros.

Tais teorias racialistas justificavam o suposto atraso brasileiro em relação à Europa. Não se tinha a pretensão em apresentar uma positividade para o Brasil e criar a ideia de nação com a originalidade brasileira. Qual originalidade seria esta? Trazer o contexto histórico para

⁹ Essa palavra causa certo desconforto para Willems, pois em sua sociologia de perspectiva interacionista esse termo traz uma conotação negativa no âmbito da intercomunicabilidade das culturas.

¹⁰ Consultar: MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977-78.

¹¹ Nesse sentido ver SKIDMORE (1976); FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* (2010). A primeira edição dessa obra foi em 1942.

o debate e cenário intelectual sob um viés culturalista independente da raça representou um momento de originalidade do próprio lugar onde se pensava tais questões. Também o fato das pesquisas científicas apresentarem uma metodologia e temas variados colaborou para a circulação de ideias e cultura de uma sociedade que já não era a mesma num processo de transformação e modernização.

Nesse engajamento, os artistas¹², literatos¹³ e demais intelectuais expressaram e direcionaram suas energias para diversas circunstâncias desse cenário “nacionalista” que se mostrava cada vez mais programático diante do Estado. Os modernistas também estavam no rol que envolvia a palavra de ordem da época: nação. Num tom de urgência sobre o problema da identidade nacional, o papel do intelectual foi concebido de forma radical. Projetos de cultura nacional despontavam de forma inquietante e o território foi sintonizado no tom do debate. Nesse sentido, Velloso (1993, p. 1 – 2) escreveu que os intelectuais brasileiros se auto-elegeram executores da missão de encontrar a identidade nacional e romper com o passado de dependência cultural e direcionando suas reflexões para o destino do País. Nessa vanguarda patriótica, dilemas de como o Brasil seria retratado ou como o era, se homogêneo ou heterogêneo na sua composição, eram recorrentes nos escritos de muitos autores.

A relação nacional-regional foi amplamente discutida no interior do modernismo¹⁴. De certo modo, tal relação trazia o pensar no seu interior esse hífen que integrava as diferenças culturais regionais no cenário nacional. Assim, o regionalismo, visto antes como atraso, passou a ter uma nova concepção, na qual as singularidades e diferenças eram capazes de informar o conjunto. Mário de Andrade¹⁵ foi o intelectual mais representativo desse movimento, defendendo a ideia através da teoria da “desgeografização”, chamando atenção

¹² Alguns artistas, também, expressaram o sentido de vincular as artes ao cenário cultural e político que o período propiciava. Os modernistas também se engajaram num lugar de atuação de suas ideias por meio da arte com conteúdo marcadamente nacionalista. O movimento teve grupos dissidentes conforme as visões que apresentavam do processo e a própria ideia de brasilidade. Era hora de resgatar o Brasil na sua essência e criar essa imagem para a nação. Alguns grupos apresentavam um eixo representativo próximo a uma unidade homogênea, outros uma visão heterogênea enfatizando o regionalismo. Para saber mais consultar Velloso (1993).

¹³ Podemos citar alguns nomes de escritores que escreveram nesse período destacando as regiões, como Érico Veríssimo com a região Sul, Vianna Moog e a aculturação do imigrante germânico.

¹⁴ Não se entende por modernismo (ou movimento modernista) apenas enquanto generalização de um conjunto de movimentos culturais, escolas e estilos que permearam as artes e literatura na primeira metade do século XX. Tampouco, concentra-se em seu marco simbólico na Semana de 1922. Entende-se o modernismo na concepção de Gomes (1993) como um movimento de ideias renovadoras que estabelece fortes conexões com a arte e política e que se caracteriza por uma grande heterogeneidade. Como movimento de ideias, Gomes toma emprestado de Julliard (1988) a concepção de que as ideias “não circulam”, pois estas são portadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados.

¹⁵ Intelectual engajado no movimento modernista do início do século XX.

para as questões temporal e histórica, ao invés de sobrepor o espacial sobre estas¹⁶. Dessa forma, o regionalismo era um meio instrumental para se chegar à nacionalidade como unidade cultural. Contudo, o movimento não apresentava um consenso sobre tal relação. Ainda que a partir das regiões se tentava resgatar as tradições em prol da nacionalidade enquanto unidade cultural, também se excluía as partes ao se tentar homogeneizá-las nessa unidade nacionalizante, o que configura, como se sabe, qualquer discurso da nação. Como atesta Velloso (1993), a polêmica dessa relação era expressiva por registrar os resquícios de uma tradição regionalista de fortes bases locais devido à “postura ambígua assumida por alguns intelectuais frente à questão do nacionalismo. Presos à tradição localista, eles tendem a identificar a sua região de origem como núcleo da nacionalidade” (VELLOSO, 1993, p. 11).

É nesse contexto que São Paulo ganha destaque na elaboração de um projeto de cultura nacional entre a elite intelectual. A geografia desse estado foi destacada e o fator espacial e temporal ganhou atenção com os valores dos bandeirantes paulistas. A brasilidade que se pretendia estava na tríade espaço-território-geografia. Contudo, não é estranho que nessa perspectiva estava incumbida a relação natureza e meio. Velloso (1993, p. 15) aborda essa questão quanto ao grupo modernista que retoma o pensamento romântico e enfatiza o meio expressando a natureza e o homem vinculado a ela. A brasilidade seria o resultado dessa relação e o território nessa concepção nacionalista teria o papel integrador em si. Nisso reside uma polêmica sobre a assimilação que estaria circunscrita na simplificação do processo. A “condição” do *abrasileiramento* estava no contato com essa *natureza*.

Não era estranho nesse contexto de legitimação de uma representação simbólica para a *jovem nação brasileira* vincular o nacionalismo a um espaço geográfico num país rural como o Brasil. Se a perspectiva era extrair do singular os elementos capazes de informar o conjunto, a retórica objetiva de homogeneizar consistia em integrar o território brasileiro. Dessa forma, nenhuma região ficaria de “fora”, pois bastava nacionalizar por meio de uma representação simbólica cabida aos intelectuais ou mesmo o Estado em medidas incisivas com seu programa nacionalizante.

A questão problemática no que dizia respeito à nacionalização dos estrangeiros decorrentes da imigração estaria “resolvida” com o “nacionalismo integrador”, no qual cabia ao imigrante um papel passivo no processo. Ou seja, ele perdia a sua identidade original para

¹⁶ Para saber mais ler artigo VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993..

se integrar no “organismo etnológico nacional”¹⁷. Assim ele não só seria um personagem reificado da modernidade como símbolo do trabalho, como, também, da própria brasilidade.

Muitos intelectuais uniram esforços para pensar a identidade brasileira e a valorização do nacional. A intelectualidade começava a se propor enquanto profissão. Atendendo a temas em prol do nacionalismo, a exemplo da identidade brasileira, outras modalidades também ganhavam importância no campo de ensaios e estudos científicos bem como na literatura. Para Martins (1977-78, p. 128), “se a guerra e as ideologias propunham com agudeza nunca vista o tema da missão do escritor, a volumosa e sempre crescente atividade intelectual começava a propor o da sua profissão”. Não era estranho, nesse momento, criar personagens de “tipos sociais” como “o filho de família tradicional; o descendente empobrecido das boas famílias; o pequeno-burguês, os comunistas e assim por diante” (MARTINS, 1977-78, p. 129-130). Percebe-se que as temáticas são proporcionais à realidade social do período, bem como o negro, o mestiço, o paulista e os “dólicos-louros”. Estas categorias se inseriam não apenas nas realidades demográficas como nos debates teóricos e científicos do momento. Os romances e a literatura também estavam no rol das discussões, assim como a singularidade das regiões estava para com esse debate.¹⁸ O que se tentava expressar no período se aproximava muito do interesse em “descobrir” um “tipo social” para a nação brasileira e que estivesse a contento do contexto nacional na sua forma política e social. Nesse cenário das realidades demográficas, Martins (1977-78) escreveu que

defeituosas quanto sejam, a esse respeito, os nossos recenseamentos, eles fornecem, pelo menos, índices inquestionáveis, isto é, verdades *psicológicas* além das verdades *estatísticas*” e a distribuição pela cor. Alguns livros circunscrevem tal realidade, como é o caso de “O Mundo que o Português Criou” e “Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira” de Gilberto Freyre, que reagia em termos emocionais contra a nova temática anunciada pelo livro “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” de Emílio Willems (MARTINS, p. 144-145).

Destacou que tais temáticas e análises tiveram seu sentido revelado dentro das estatísticas demográficas do período e a “cultura lusa ameaçada” que Freyre denunciava já era pura e simplesmente a cultura brasileira, a qual não podia estar ameaçada, tendo em vista o processo colonizador e sua suposta sedimentação como identidade ideal do Brasil. Ainda que

¹⁷ Para saber mais sobre o “nacionalismo integrador” e “organismo etnológico brasileiro”, consultar VELLOSO (1993).

¹⁸ A sistematização dos assuntos sobre os “tipos sociais” do período são descritas na retórica dos acontecimentos que vem se desenrolando. A situação do negro é discutida em várias obras e intelectuais, a exemplo de Oliveira Viana e Arthur Ramos. O orgulho paulista também era abordado numa perspectiva de superioridade geográfica que vinha a calhar para o momento de uma procura insistente de afirmação de um tipo social brasileiro que expressasse a identidade nacional. Consultar Martins (1977-78).

a urbanização se anunciasse nesse período de modernidade do Brasil, este se apresentava essencialmente rural.

Em locais e momentos em que se abrem portas para o estudo da diversidade social e cultural na composição de um país – ou de uma região íntima a ele – parece conveniente compreender como eram constituídos os sentidos de realidade dos processos de assimilação, permanência, negação, valorização, ambivalência, ressentimentos, representações coletivas ou estereótipos, contatos e conflitos que transparecem nas análises dessa questão tão enigmática e ampla que é a sociedade. Cada geração intelectual que uniu o passado e presente de forma original elaborou uma visão particular do processo histórico. O fator migratório recebeu certa medida de atenção para com a composição da identidade nacional diante da heterogeneidade regional que se apresentava. Ao longo de seu processo histórico, o Brasil foi receptor de várias etnias, o que tornava interessante observar os vínculos fixados por alguns intelectuais nesse contexto, de forma a elencar o que entendiam por *brasilidade* ou ser *brasileiro*. Que noção de identidade queriam dar ao país ou mesmo revesti-lo? Alguns intelectuais deram continuidade às tradições da colonização e conectaram nesse elo identitário a figura do luso-brasileiro. E mais, para dar o tom de integração nacional, incluíram o negro africano sob a perspectiva da mestiçagem, como na obra *Casa-grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. O autor elegeu a tríade – o negro africano, o branco português e o índio – na definição da identidade brasileira. O negro escravo que servira para a base do crescimento econômico brasileiro e da elite branca portuguesa era agora, diante dessa teoria, equilibrada na sua condição de assujeitamento¹⁹ num contexto histórico social.

As teorias de identidade estavam inseridas num novo contexto de ideias no século XX. Ainda que houvesse resquícios da velha teoria racial, esta era rejeitada na concepção cultural. As diferenças culturais e sociais não eram mais explicadas pelo fator biológico racial e sim, pelas peculiaridades das diversas culturas. Chacon (1977) descreve que o racismo exigia um urgente combate. A diversificação de influências com outras presenças intelectuais²⁰ no país proporcionaram um novo panorama para a Sociologia no Brasil.

Para Mendoza (2005), depois das revoluções de 30 e 32, o clima intelectual e político não só mudou como, também gerou transformações, principalmente na educação superior. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil se expressou na fundação de instituições

¹⁹ Refere-se a esse termo como a síntese a que o negro africano foi simplificado no seu processo histórico. De um cenário de submissão a que um regime de escravidão possa implicar, o elemento passa a ser igualmente “visto” ao branco. Isso significa que antagonismos de um passado histórico divergente e conflitante se amenizam ou mesmo se resolvem na mestiçagem, numa perspectiva cultural vinculada à biologia e raça.

²⁰ Alguns exemplos são: Donald Pierson, Emílio Willems, Willard Quine.

que contaram na sua estrutura de ensino com as disciplinas de Sociologia e Antropologia. A criação da Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e da cátedra de Antropologia Social na Universidade do Distrito Federal criada, em 1935, foram iniciativas da "geração precursora" que institucionalizou o ensino superior da Sociologia e da Antropologia no Brasil (MENDOZA, 2005).

A Antropologia colocou seu aparato teórico construído no passado, com possibilidade de, no presente, compreender os intensos movimentos provocados pela imigração: de um lado, os processos homogeneizantes da ordem social patriarcal com resquícios racialistas e, de outro, contrariando tal tendência, a reivindicação das singularidades, apontando para a constituição da humanidade como una e diversa. Ou seja, a heterogeneidade nacional e as particularidades regionais se apresentaram recorrentes no questionamento que afetou as ciências humanas no início do século XX. Ainda que esse movimento tenha se intensificado, de modo geral, na segunda metade do século XX, esse primeiro momento, em particular na Antropologia e Sociologia, emergiu com outras perspectivas teóricas, dentre as quais se destacaram os chamados estudos culturais.

Nesse moderno debate que se seguiu na Sociologia Brasileira, Willems apresentou sua contribuição com os estudos de *sociedade* e de *comunidade* bem como os processos de contatos sociais vinculados à mudança social e cultural. Sua sociologia próxima ao pensamento da Escola de Chicago apresentou um importante tema no cenário das heterogeneidades culturais e sociais brasileiras. O tema da assimilação e marginalização do que se entendia no período foi intensamente trabalhado nos conceitos que apresentou na obra *Assimilação e Populações marginais no Brasil*.

A definição de uma identidade era um processo complicado e ímpar ao imigrante, na qual suas representações e visões do mundo e de si próprio se defrontavam num contexto completamente estranho e novo. Consequentemente, isto o desafiava a buscar semelhanças que identificavam e ao mesmo tempo conflitavam com sua cultura num processo dinâmico de adaptação.

Nesse desafio de busca de semelhanças e diferenças, não houve um consenso entre os intelectuais. Alguns se engajaram na discussão da identidade nacional e atuaram na empreitada da legitimação do Estado e sua identidade. Nesse sentido, Oliveira Vianna não mediu esforços em suas estratégias para atingir ou apropriar-se de um discurso sobre identidade nacional e legitimar o Estado. Diante das novas situações exigentes no período, este tinha de se validar com uma identidade.

O debate que muitos intelectuais inauguraram no início do século XX se insere nessa discussão da identidade nacional e do que viria a ser o *povo brasileiro* nesse conjunto. Criar conexões de união e pertencimento, o que faz do brasileiro se sentir brasileiro, era uma reflexão que estava sempre presente na dinâmica do tempo. Conceituações nacionais na construção da identidade foram incessantemente elaboradas a explicar um Brasil positivo diante de seu passado escravocrata que agora estava perante o progresso na modernidade.

Darcy Ribeiro (1995) coloca bem essa questão do povo brasileiro que, diante de ambiguidades, alteridades e afirmações, se revela um “ser” confuso de se definir. O autor qualifica que o brasileiro estaria condicionado a uma vinculação com o tempo futuro, ou seja, o brasileiro era visto como um povo que se forma num movimento temporal que não se encerra, pois sempre estaria na condição de “vir a ser”, uma espécie de projeto identitário condicional em construção. A modernidade que se anunciava no Brasil através da expansão econômica não podia mais compactuar com os modelos explicativos do século XIX que atribuíam o “atraso” do país à presença do negro. Para Ortiz (2012, p. 38), a escravidão colocava limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da intelectualidade. Foi após o abolicionismo que se possibilitou algumas das transformações na sociedade; é que o negro vai integrar, de forma bastante proposital, por parte de alguns intelectuais, o lugar desse ser sujeito no cenário nacional.

Nesse momento, o Brasil foi concebido positivamente produto da mestiçagem de três raças – o branco português, o negro e o índio. Na primeira metade do século XX, Gilberto Freyre, contemporâneo de Emílio Willems, se apropriou da região do Nordeste e buscou sua própria interpretação do país. Analisou aquela região de modo que a generalizou para o país como um todo. Para Carlos Guilherme Mota (1985), tal tentativa e posterior consolidação reclama uma postura frequente entre os intelectuais. Quer dizer que o tipo de explanação adotada pelos “explicadores do Brasil” não se limitou a um campo específico, porque quando tratavam de uma região específica generalizavam as suas conclusões para o Brasil como um todo (MOTA, 1985, p. 30). Nisso, encontra-se um modelo explicativo que visa integrar as diferenças na homogeneidade cultural e social. A teoria da mestiçagem de Gilberto Freyre concebida através da miscigenação resultou no “equilíbrio de antagonismos”.

Portanto, a continuidade que Freyre pretendeu com sua obra *Casagrande & Senzala* (1933) se soma no contexto da ideologia do patriarcado da família tradicional luso-brasileira. É interessante situar sua obra no momento de deslocamento do eixo econômico do Nordeste – decadente nesse período – para a região Sul e Centro-oeste na expansão econômica capitalista.

O racismo ainda era um resquício encontrado nas atividades políticas, econômicas, sociais e intelectuais. O mito da miscigenação e “democracia racial” é de certa forma, ambíguo na tentativa de integrar o negro.

Os estudos antropológicos e sociológicos de Emílio Willems enfatizaram a teoria da assimilação e marginalização das populações da região Sul do Brasil e seu contato com outras culturas, especialmente a luso-brasileira, a qual Gilberto Freyre seu contemporâneo, considerou a mais positiva e bem-adaptada à realidade nacional. No início da década de 1940, aconteciam os *Congressos de Brasilidade* com a discussão de ideias para a formação da nova sociedade brasileira moderna. Casualmente, coincidiam com as políticas educacionais nacionalizadoras do Estado Novo (1937-1945) em prol do civismo, na tentativa de nacionalização forçada para integrar os grupos culturais a uma só cultura através da homogeneidade nacional das instituições. A indagação concernente seria como situar os descendentes de imigrantes frente à teoria da miscigenação e o luso-tropicalismo desse período. Nesse sentido, algumas teorias culturalistas que se prendiam ao biológico vão buscar sustentação através da adaptação ao meio enquanto agente físico-espacial que transforma o indivíduo em algo “novo” com as características desse novo meio. Em suma, o imigrante, ao se integrar ao novo meio, perdia sua identidade devido à capacidade física dessa *natureza tropical*. No caso da visão de intelectuais paulistas que defendiam o orgulho paulista para elencar o “tipo social” que representa a identidade, o perfil modernista que se difundiu em variados grupos com ideias divergentes quanto à representação de uma identidade sob viés homogeneizante, às vezes anulou as diferenças regionais e o heterogêneo que contemplasse as particularidades.

As teorias sociológicas discutiam as relações mútuas entre sociedade nacional e grupos imigrantes. Segundo Fernando Carneiro (1950), não há como negar a grande leva de imigrantes instalados em território brasileiro e nesse contexto os congressos brasilianistas difundiam ideias estereotipadas sobre os imigrantes e se referiam a eles como “povos europeus, estranhos ao nosso étnico originário (português) são considerados como inassimiláveis” (CARNEIRO, 1950, p. 56). Nota-se que o imigrante alemão era classificado como um “tipo” social “não assimilável” ao meio/ethos brasileiro. Mediante tais ideias difundidas em Congressos Brasilianistas, a figura do imigrante tornou-se emblemática nesse processo do “nacionalismo integrador”.

Já foi mencionado que, em contexto similar ao período, Freyre escreveu Casa-Grande & Senzala (1933) sob a perspectiva da mestiçagem vinculada ao meio. O trópico seria esse meio efervescente que propiciaria a adaptação biológica e a mistura de raças como elemento

integrador. Atento aos seus conceitos do período, Willems compreendeu o processo de assimilação como uma incorporação gradativa dos estrangeiros na cultura do grupo dominante, no caso a sociedade brasileira, cuja matriz lusa não era negada pelo autor. Sua compreensão sociológica do processo de assimilação se aproxima da vertente compreensiva de Max Weber. A metodologia de Willems para o estudo dos fenômenos sociais tratou de separar, de forma bastante útil, a metodologia das ciências humanas ou sociais das ciências naturais.

Assim, a assimilação é, para Willems (1940), um fenômeno de ação social e não poderia ser explicado pelas leis da natureza. A Sociologia e a História encontram um caminho próprio para compreender as ações humanas, pois elas são resultantes de ações impregnadas de subjetividade e não necessariamente orientadas pela objetividade. O indivíduo, nas suas diferentes manifestações sociais, era apresentado sob a ótica da compreensão da Sociologia vigente, um ser conectado com inúmeras causas no sistemas como um todo. Mais que investigar uma(s) causa(s), ele era visto como parte desse sistema causal que não apresentava uma resposta objetiva. A assimilação não poderia, sob essa perspectiva, ser considerada como um processo que ocorresse naturalmente no meio, ou melhor, que o meio, ao integrar o imigrante fosse dotado de uma metafísica que nacionalizasse o estrangeiro apenas pelo contato com a natureza.

Numa perspectiva weberiana, o sentido das ações humanas é compreendido por Willems para dar sentido ao significado dos comportamentos de indivíduos ou de grupos. Os métodos compreensivos seriam capazes de extrair os sentidos dessas ações dos indivíduos e das relações sociais. Logo, esses sentidos seriam subjetivos permeados de valores e emoções. Do mesmo modo, as causas dos fenômenos não seriam objetivas, mas sim variadas, conforme o contexto relacional que as envolvia. Pode-se dizer que no contexto weberiano não cabe ao cientista ou intelectual emitir juízos de valores em sua pesquisa bem como preferências estéticas ou políticas na análise científica. Ou seja, faz-se necessário diferenciar a ação do cientista da ação política. Contudo, no período em questão, já mencionou-se anteriormente a vinculação dos intelectuais ao momento “nacionalista” do Estado. As ações intelectuais e artísticas tomavam partido nessa renovação cultural que se pretendia dar ao Brasil.

2 O MODO DE INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE EM *ASSIMILAÇÃO E POPULAÇÕES MARGINAIS NO BRASIL (1940)*

Neste capítulo, serão analisados os princípios internos da obra de Willems, especialmente sua perspectiva de intencionalidade autoral que conduziu a obra *Assimilação e populações marginais no Brasil*, de modo que se possa chamar a atenção para os principais conceitos que Willems utilizou para construir sua teoria da assimilação. Inicialmente, estudar-se-á a inserção de sua obra em um contexto mais amplo de discussão sobre a teoria antropológica vigente no Brasil dos anos 30-40, especialmente sobre as fronteiras ainda não muito bem demarcadas entre o racial, o étnico, o cultural e o social no pensamento brasileiro e a crítica de Willems às teorias naturalistas. Em um segundo momento, analisa-se sua preocupação em relação às teorias nacionalistas vigentes no período. A seguir, são feitos apontamentos de sua posição divergente em relação ao positivismo e, por fim, as principais ferramentas conceituais usadas pelo autor para legitimar suas ideias, especialmente o conceito de assimilação.

2.1 AS CRÍTICAS ÀS TEORIAS NATURALISTAS

Desde fins do século XIX, o tema da raça foi frequente no pensamento brasileiro (e mesmo americano e europeu). Apesar de críticas provenientes de diversos intelectuais, a categoria raça, nos anos 1920-40, tinha força explicativa e, embora o termo apareça na obra de Emílio Willems, não se podemos deixar de reconhecer que tal consideração aparece muito mais como um conceito a ser refutado do que propriamente utilizado para fins de legitimação de um grupo sobre outro.

Para o autor, todas as sociedades são marcadas por um complexo de relações sociais, econômicas, culturais e políticas que não permitem a sua redução a uma condição biológica. Nesse sentido, a questão da diversidade cultural aparece com força explicativa em sua obra, como pode ser observado em algumas de suas ideias.

Willems, ao analisar uma sociedade com diversidade cultural, enfatizou as mudanças que persistem, pois elas são passíveis de obliteração, substituição e transformação nos hábitos dos indivíduos e grupos como o modo de ser, pensar e agir, que sofrem alterações conforme as atitudes são condicionadas a elementos culturais novos ou diferentes. Esse ritmo de assimilação é determinado pelas diferenças ou semelhanças culturais como também pela frequência dos contatos entre as culturas. Para o autor, os contatos geralmente são

acompanhados de conflitos mentais em razão dos antagonismos que são observados nos padrões de comportamento da sociedade antiga e nova. Enquanto duram esses conflitos, o indivíduo se encontra em situação de marginalização. A assimilação não exige a substituição de todos os hábitos anteriormente adquiridos, pois podem ser “reajustadas” conforme a necessidade do indivíduo ou grupo, na medida em que ela ocorre num ambiente/meio onde há interação dos hábitos com seus semelhantes. Tão logo a assimilação, em uma sociedade, para o autor, nada tem a ver com resquícios biológicos como o nascimento e a ascendência, mas apenas com o meio social em que a pessoa é educada e sociabilizada.

O autor parte da concepção de que os contatos sociais são condicionados por inúmeros fatores em que duas unidades culturais heterogêneas podem apresentar traços distintos, selecionar traços, identificar, conservar, modificar ou ainda refutar alguns dos seus elementos. Esses fatores são pensados em grau e ritmo que variam conforme a distância cultural, frequência e tipo de contato. A assimilação, assim, envolve um processo de criação e reinvenção e não simples abandono de características sociais e culturais.

Para o autor, o processo da assimilação pode ser acelerado ou retardado, dependendo da comunicação e contato dos grupos e que podem, ainda, gerar um conflito mental e posterior sentimento de marginalização do indivíduo ou grupo. A ausência do conflito pressupõe que toda cultura é homogênea e uniforme. Caso assim fosse, não caberia discussão acerca do fenômeno. O que é válido destacar é que podem haver casos de (re) ajustes imediatos entre os grupos em contato, que variam conforme a frequência e fatores de mobilidade social. Willems pensou a questão do meio rural e urbano como determinantes para o estabelecimento sociável da comunicação e inserção na sociedade receptora. Este processo poderia ser mais exitoso naqueles indivíduos que processaram a ideia de emigrar passando pela transição social e psíquica, ou seja, a aceitação do contato com outras culturas sempre que o for possível.

O intelectual parte de uma posição em sua análise sociológica das populações marginais no Brasil que pode-se inferir se tratar de uma superação da perspectiva de naturalização do ser humano ao conceber o indivíduo no grupo e, por sua vez, na sociedade. Além disso, os processos de contato, ainda que possam ter variáveis biológicas, não são determinadas por elas.

A obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” (1940) inclui uma pesquisa cuidadosa no aspecto teórico-metodológico para analisar a questão da assimilação sob um viés cultural e não biológico-racial. Contudo, o debate biológico-racial é anterior ao conceito de assimilação definido por Robert E. Park, da Escola de Chicago, que influenciou o conceito

no Brasil ao final dos anos 1920. Robert Park foi sociólogo estadunidense lido por Emílio Willems, tendo uma parcela de responsabilidade pela elaboração do conceito que serviu de base para o estudo do comportamento humano, trazendo como referencial a posição dos indivíduos no meio social urbano. Seus estudos estavam relacionados ao conceito de “ecologia humana” que questiona se o habitat social (espaço físico e as relações sociais) determina ou influencia o modo de vida dos indivíduos. Os estudos de Emílio Willems se pautavam nessa linha, ou seja, até que ponto os comportamentos e o isolamento são produtos do meio social em que o indivíduo está inserido fazendo uso de métodos empíricos sistemáticos – coleta de dados e informações sobre condições e os modos de vida – imprescindíveis para a compreensão do ser no meio social. Apesar do embasamento teórico de Emílio Willems com Robert Park, em sua tradução, ou melhor, aplicação metodológica, Willems transferiu sua interpretação, sobretudo, para o meio social rural. Embora apareçam considerações na sua obra sobre o meio urbano, seu foco principal se remeteu à população rural, conectando, quando necessário, com o urbano.

Na contramão do que se escrevia sobre questões raciais no Brasil dos anos 30, especialmente contra a obra de Oliveira Vianna, Willems preconizou uma abertura culturalista que pouca margem deixou para determinações. Nesse sentido, é importante contextualizar a discussão de Willems, especialmente em sua crítica a Vianna. Oliveira Viana (1934), em *Raça e Assimilação*, defendeu a tese do caldeamento ou fusão de raças; o autor apresentava a ideia de que o resultado de duas raças, quando postas em contato, seria que a menos fecunda acabaria por ser absorvida pela dominante. Nota-se que essa teoria ainda apresentou marcas de uma hierarquização social e racial, tomando a ideia das características raciais para explicar os problemas sociais do País.

A valorização do contato e da mistura no eixo das representações sociais do Brasil não exclui, entretanto, no interior dessa mesma esfera a separação enunciada pela seleção de dados assimiláveis e seletividade destes.

Como mencionado acima, o fator racial-biológico encontrava respaldo no Brasil com intelectuais que, ao final do século XIX e início do século XX, estavam em torno de uma rede de debates e teorias sobre um “tipo ideal” nacional. Em algumas dessas teorias, se defendiam a superioridade da raça branca, propugnando, desse modo, uma hierarquização e classificação das raças, cujo fundamento teórico se encontrava nas teses do darwinismo social, amplamente difundida até a Primeira Guerra Mundial. Em termos de uma versão científica, a tese do branqueamento da raça era visualizada como um processo seletivo de miscigenação, ao passo que, dentro de certo tempo, a sucessão de gerações geraria uma população com fenótipo

branco, de tal forma que os imigrantes tinham um papel a exercer nesse *obscurantismo* do racismo, em que as instituições se pautavam em contribuir para o branqueamento do povo brasileiro ao passo que iriam submergir na cultura brasileira.

Pode-se observar que alguns *homens brasileiros* eram pensados como racialmente inferiores, encontrando na imigração de brancos europeus o papel de integrar-se e transformar-se em brasileiros numa simples relação de simbiose e miscigenação. Tal processo resultaria em si na dissolução da diversidade racial e cultural e na consequente homogeneização da sociedade brasileira com predominância biológica e cultural branca frente ao desaparecimento dos elementos biológicos não-brancos, por assim dizer. A tese do branqueamento contribuiu e ganhou força com o fluxo de migrações europeias maciças no final e início do século XIX e XX, respectivamente, com incentivo do governo brasileiro. Elaborava-se, dessa maneira, uma diluição, como fora mencionada acima, das características do Brasil: a diversidade cultural e o predomínio daquilo que em tese era desejável.

Aos poucos, esse eixo explicativo deslocou-se para a relação homem-meio tomando a noção do meio como importante fator para o desenvolvimento do homem, bem como a necessidade de educação que fora negligenciada e ausente da vida do trabalhador. O próprio meio condicionava o homem a estar nessa situação; não que ele fosse assim naturalmente por um princípio de raça inferior, mas sim porque as condições do meio o supriam na sua vontade e autenticidade de vir a ser (WILLEMS, 1940). A tentativa de uma “revolução” cultural nos anos 1920-30 também pode ser citada como valorização de uma identidade e cultura nacional brasileira. Alguns intelectuais igualmente se empenharam nessa valorização ao colocar o negro numa reinterpretação otimista do Brasil, destacando-o com positividade para a formação nacional, a partir de um viés cultural, ainda que se destaque a valorização da empreitada do homem branco português.

Ao passo do que se pensava da cultura brasileira, ainda era acentuadamente forte o caráter que se atribuía à raça (FREYRE, 2003) como fator determinante para a análise, consequência, como visto anteriormente, de resquícios mentais de uma cultura intelectual marcada pelo progresso e superioridade dos “povos brancos europeus” frente a um país colonizado que teceu sua história mesclando escravidão, colonização e imigração.

Embora houvesse uma tentativa de abordar a assimilação do povo brasileiro e colocá-lo como grupo homogêneo nacional, havia divergências quanto à caracterização racial dos grupos. Alguns eram mais desejáveis e assimiláveis do que outros. As características físicas,

culturais e externas eram vistas como fator de intransigência para homogeneizar a tão jovem nação brasileira²¹.

A interpretação da recepção de imigrantes, valendo o termo de assimilação, passou a ser de interesse no meio acadêmico. Dessa maneira, aponta-se para Emílio Willems, que tratou dessa questão para explicar os fenômenos sociais e o conceito de assimilação com grande conteúdo teórico-metodológico. Por tal conteúdo, compreende-se uma visão não reducionista da Ciência Social, através de um esforço de compreender a realidade empírica sem recorrer a leis ou a estereótipos do germanismo. O cientista deveria se valer de diversos fatores ligados à realidade da situação encontrada e elaborar instrumentos de pesquisa que auxiliassem a compreensão do objeto para dar sentido às relações sociais. A ampla referência da sociologia que o autor apresenta na obra o difere de alguns ensaístas do período, pois não apenas expõe sua opinião crítica como, também, pretende embasá-las com sustentação num conhecimento científico apoiado na psicologia social e na história.

Valendo-se de um método para interpretar as relações sociais dos indivíduos, Willems refutou parte das ciências naturais, em especial o aspecto da biologia que envolve a adaptação, aclimatação e miscigenação, para interpretar os meios a fim de determinar a validade da informação. O autor parte da ideia de que o ser humano é dotado de cultura, o que permite ao indivíduo criar uma interação com os outros; logo, a cultura é resultado de tudo aquilo que o meio em que o indivíduo é sociabilizado envolve, ou seja, uma troca de experiências bilateral quer seja de crenças, hábitos, costumes, formas de sentir, agir ou mesmo na economia, religião, política etc., que se complementam na interação social do indivíduo. Willems dinamizou o debate da assimilação e seu método através de uma rede de discussão textual com os intelectuais, sociólogos e antropólogos norte-americanos, refletindo sobre um tema que não abrange somente uma preocupação isolada do autor naquele período, permitindo ao leitor ter acesso a uma base da discussão do que estava em consonância numa interlocução de debate sobre a cultura num contexto dos fluxos migratórios, portanto, do elemento estrangeiro, do diferente, que em outras palavras vem a ser o elemento que passa a integrar um novo meio.

O historiador e sociólogo carioca Oliveira Viana (1934, p. 63) pensou a adaptação do indivíduo biologicamente ao meio através da sucessão de gerações que se aperfeiçoavam, progrediam ou entravam em crise no meio, sendo este o agente responsável pelas forças que regiam o indivíduo no mundo. Para Willems, entretanto, “não compreendemos a afirmação de

²¹ Para saber mais consultar Ramos (1996).

Oliveira Viana de que “biologicamente, os descendentes dos imigrantes europeus fixados nos trópicos são também organismos em crise de adaptação, embora mais próximos da *adaptação final* do que os seus ancestrais imigrantes” (WILLEMS, 1940, p. 70). Evidentemente que Viana pensou numa evolução das gerações que se adaptam ou não ao meio, sem nele interferir, enquanto que, para Willems, o ser humano é capaz de intervir e agir no meio que encontra: não é a natureza que domina o homem e sim o contrário, pois ele intervém e dinamiza as relações homem-meio e com outros seres humanos por sua capacidade de se sociabilizar e testemunhar a fusão social e cultural, consumada por vezes desde os tempos mais remotos (WILLEMS, 1940, p. 03).

Baseado em pesquisas de campo, sobretudo de observação direta e participante, levantamento de material impresso – notadamente coleções de jornais – Willems estudou o desenvolvimento de instituições, tipos de conduta e manifestações ideológicas que exprimiam a acomodação dos imigrantes ao novo meio, dando lugar a uma cultura marginal – transitória – amalgamada em parte ao meio abandonado e outra ao novo meio encontrado, refletindo, assim, uma ambivalência que se expressava numa racionalização elaborada e afetiva quanto a essa situação.

Papel fundamental em sua teoria é desempenhado pelo indivíduo. O autor pensou o indivíduo como uma chave fundamental para a compreensão das relações sociais. Contudo, por si só, o indivíduo seria incapaz de modificar as representações que determinam sua mentalidade, uma vez que as mudanças se ligam de forma funcional às atuações do meio ambiente e somente a vida em sociedade explica a existência do indivíduo por duas razões: a primeira por ressaltar a atuação que os contatos exercem sobre a mentalidade do indivíduo que se configura nas representações coletivas; a segunda, que o indivíduo por si só não chegaria a integrar tais representações pelo fato que as mudanças se ligam em função do meio (WILLEMS, 1940, p. 93). Essas representações coletivas podem ter como objeto inúmeras manifestações tais como: organização da família e da vida sexual; organização do trabalho e da produção; justiça e direito; crenças religiosas; organização política e educação familiar e escolar. Como o indivíduo se encontra em um meio social cuja característica essencial é a mudança, sua mobilidade mental atinge o máximo; porém, não pode haver compartimentos estanques na mentalidade individual, porque tudo está funcionalmente ligado a tudo. Esta foi uma importante abordagem da sociologia e psicologia social. Nas palavras do autor, “a estabilidade das representações coletivas é relativa, a mentalidade individual não pode ser fixa” (WILLEMS, 1940, p. 93). Pensar, nesse contexto, uma cultura específica ou uma nacionalidade, implicaria sempre problematizar o que se entendia como nacional. Nesse

sentido, não somente identidades supostamente naturais eram questionadas como também identidades que pretendiam fixar um caráter. Para ele, não havia uma relação natural, causal, direta e idêntica entre o social e o nacional.

A cultura, bem como a assimilação, se estende aos dados transmitidos pelo convívio ou pela educação que, por sua vez compreende um processo bilateral, embora prevaleçam, em geral os padrões de um grupo em detrimento do outro que implica a seleção e eliminação de outros (WILLEMS, 1940, p. 13). Significa dizer: a nacionalidade também não é transmitida dos pais como uma herança e sim adquirida.

A fim de compreender o comportamento humano em função do meio e os processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições, Emílio Willems estudou esses fenômenos sociais sob uma metodologia compreensiva que analisa os indivíduos em suas relações de interdependência, por meio de conceitos – assimilação e marginalização – que ajudam a envolver o conhecimento da significação cultural de complexos históricos e visíveis, recorrendo aos modos de como essas ações sociais se manifestam sob determinadas condições, oferecendo significações às instituições sociais –como a família, religião, educação, política e casamento – e que os indivíduos agem em decorrência da sua ação humana. Esse modo de abordar sociologicamente uma parcela da realidade da sociedade num tempo que é infinito coloca o intelectual numa postura de interpretar a ação do indivíduo, seu modo de agir, sentir e pensar. Ele pressupõe pensar a sociedade como uma construção humana que se interliga por meio das ações que geram comportamentos humanos diversos, que podem se identificar ou repelir conforme as semelhanças e discrepâncias presentes na sociedade.

O método de Willems oferece possibilidades de uma visão de conjunto de diversos aspectos da vida social, além de procurar facilitar a percepção de modos de pensar e sentir individuais ou coletivos nos contatos. Seu método, que almeja a compreensão dos comportamentos humanos, e seu sentido dentro dessas ações se aproxima desses processos com uma objetividade que dá sentido a essa experiência, conectando ideias que dão valor de conhecimento ao empírico. O valor empírico na pesquisa de Willems confere ao seu modo de fazer ciência uma legitimidade à experiência, pois seu contato direto enquanto pesquisador de seu objeto de estudo o afasta de estudos de gabinetes, lançando seu olhar diretamente sobre o indivíduo ou a coletividade, tratando a cultura nos seus próprios termos, como algo funcional entre os indivíduos, o que define a conduta humana.

Ao contrário das explicações filosóficas das relações sociais, as explicações da sociologia não partem simplesmente da especulação de gabinete, baseadas, quando não muito,

em especulações e observações causais de alguns fatos. Fugindo de ideias de juízo e livre de ceticismo, Willems se situa numa rede de contextos que se interligam pelas ideias de um conceito amplo de assimilação. Tal abordagem, originada na Escola de Chicago, no início do século XX, nos Estados Unidos, produziu até os anos 1940 um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais direcionadas à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam no meio urbano. Inaugurou-se um novo campo de pesquisa sociológica centrado exclusivamente nestes fenômenos que surgiam em decorrência do acelerado desenvolvimento urbano e crescimento demográfico, acarretando os ditos “problemas sociais”, a exemplo da imigração e comunidades segregadas. Esses problemas foram convertidos em principal foco de investigação para as pesquisas dos sociólogos dessa Escola e estimularam a elaboração de novas teorias, conceitos e procedimentos metodológicos para compreender os fenômenos sociais que surgiam dos contatos de diferentes grupos, por isso, especialmente relevantes nos estudos de microsociologia e psicologia social. Essa metodologia permite colocar em evidência as principais perspectivas dessa abordagem, pois as pessoas agem em relação às coisas, orientando-se no significado que essas coisas tenham para elas e, conforme dito antes, esses significados são resultantes da sua interação social no meio e modificados por sua interpretação.

Pode-se dizer que sociólogos que seguiram nessa linha pesquisaram um grande apanhado de tópicos, utilizando métodos de investigação variados como as técnicas quantitativas como a estatística para descrever as mudanças sociais, e as técnicas qualitativas que compõem entrevistas dirigidas, discussões em grupo e métodos etnográficos. A técnica que Willems (1940) utilizava era a coleta de dados, leituras e discussões sobre a abordagem textual do tema por parte de outros intelectuais em livros ou periódicos atualizados nessa área, entrevistas dirigidas com alguns imigrantes, apoio na literatura e jornais, enfim, e os meios etnográficos que envolviam a observação participante. Além da técnica qualitativa e seus componentes, Willems apresenta várias estatísticas sobre diferentes aspectos da vida dos assimilados (WILLEMS, 1940, p. 293). Os conceitos interacionistas, seus conhecimentos e ideias incluem em uma definição de situação (assimilação – marginalidade), trabalho emocional (conflitos emocionais – mentais), espelhamento de si (formação do eu do indivíduo ou grupo – identidade) que permitem instrumentos de investigação para a compreensão das relações culturais, sociais em sua significação e re-significações num processo de invenção e recriação cultural.

2.2 CRÍTICAS ÀS TEORIAS NACIONALISTAS

Alguns aspectos da obra de Willems merecem atenção quanto ao questionamento da ideia de nacionalidade ou de uma cultura que pudesse ser pensada em termos de homogeneidade. Isso se refletia não somente no entendimento que o autor tinha do Brasil como também da Alemanha.

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, discutia-se a identidade, de modo a reforçar um tipo “ideal” nacional brasileiro. Essa intenção se tornou evidente durante a década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas e o projeto de nacionalização que buscava uma homogeneidade social e cultural para o País. Pode-se mencionar que, nesse período, tal política de extremo nacionalismo acontecia não só no Brasil mas também na Alemanha (nacional-socialismo), Itália (fascismo), Japão e nos EUA²²

Recorrendo atenciosamente à terminologia dos termos e conceitos nas ciências, Willems questiona a ideia do nacional e social porque a “desnacionalização que ‘deve’ preceder a nacionalização encontra-se (em quase todas) amplamente nas definições do processo assimilador. Mas a dificuldade que se depara àqueles que procuram um sentido atrás das palavras é a conceituação do nacional” (WILLEMS, 1940, p. 02). Assim, tem-se alguns pontos a serem analisados na obra que apontam-se como relevantes como críticas às teorias nacionalistas e que tratam de identidade nacional e fatores de integração para o processo assimilador social e cultural, que não deixam de englobar o nacional.

Partindo do pressuposto que o processo de assimilação social inclui uma desnacionalização que precede a nacionalização, em analogia a assimilação social envolveria o abandono da sociabilidade original pelos imigrantes e a adoção dos costumes de seu novo meio (FAIRCHILD, 1938, p. 105 apud WILLEMS, 1940, p. 02). Esta seria, para o autor, uma maneira mecânica de abordar o processo numa visão fisiológica e o que se pode observar em tais processos ao longo da história da humanidade é que eles se manifestam de formas distintas de uma simples reação orgânica. Segundo o autor, ao abordar a assimilação, estar-se-á falando, num sentido bem provável, de duas culturas diferentes que passam a ter contato ou não. O contato é referente ao convívio social e ao estabelecimento de culturas diversas num mesmo território que, dependendo das condições, se pressupõe que irão ter algum tipo de contato entre si.

²² Ainda no século XX, houve o nacionalismo que surgiu nos países colonizados, após a II Guerra Mundial, que se liga com o que se manifesta nos países explorados perante as formas de neocolonialismo de exploração.

Ao questionar o contato de duas unidades heterogêneas, Willems apresenta, esquemática e criticamente, três aspectos diferentes num caso de assimilação social já consumada das unidades expressas por A e B. Desse processo, o autor examina a hipótese da conservação dos caracteres de A acrescidos de alguns dados de B e o resultado pelo sinal Ab. Uma segunda hipótese é a hegemonia do constituinte mais recente, ou seja, Ba. E a terceira hipótese posta sob crítica nacionalista é a fusão de A e B resultar numa síntese C, ainda que mostre caracteres de A e B. Com tal esquema, Willems se refere à teoria de “melting-pot” que, segundo ele “desfrutou um raro prestígio nos Estados Unidos acabando, por fim, sendo repelida pela maioria dos sociólogos e publicistas norte-americanos”. A razão da teoria seria conceber a cultura americana como que em um “status nascendi” que, tendo recebido por longo tempo elementos de todas as correntes imigratórias produziu, após a eliminação das ditas “impurezas”, um americanismo legítimo. Tal caldeamento de etnias, raças e de seus elementos culturais era considerado como um processo natural que se consumaria sem interferência (BERKSON, 1920, p. 59 apud WILLEMS, 1940, p. 04). Como pode-se depreender da crítica de Willems à teoria do meltingpot, não haveria um momento mais genuíno ou uma história de evolução em que uma cultura nacional chegasse ao seu topo de pureza identitária, pois o contato e o conflito eram partes permanentes dos processos sociais e culturais. Nesse sentido, simplesmente não haveria uma relação de superação dialética para chegar a um estado em que a identidade se encontrasse consigo própria por meio um *ser nacional*.

Percebe-se que o autor recorre a uma discussão do processo de “americanização” dos EUA para dar ênfase e, de certa maneira, apresentar, por meio da abordagem de estudos dos pesquisadores estadunidenses a tese de que uma nacionalização por meio da simples simbiose dos contatos de culturas diferentes ou mesmo sua miscigenação no sentido biológico não constitui uma dita assimilação nem é o caminho apontado para o processo assimilador, tampouco a nacionalização por meio da coerção (observa-se como essa discussão se desenvolve na obra:).

Na hipótese do caldeamento, implícita está a obliteração ou eliminação das características de um dos grupos, geralmente da cultura que vem depois, que é “subjugada” pela ideia do grupo dominante. No caso do Brasil, esse corresponde ao luso-português tido como desbravador do território e elogiado por ter conseguido uma cultura “homogênea” no tripé étnico – negro, português, nativo – por meio da miscigenação, mesmo que em outros aspectos, como o econômico, social e político, a elite lusa se destaque sem a participação dos demais grupos étnicos.

O fator diversidade aparece como constante na obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil”, que entende o Brasil como um país de enorme diversidade cultural, econômica, social e étnica e tem na língua portuguesa um elemento de unificação do país. Logo, o conceito de identidade nacional brasileira é de difícil coesão e também é difícil pensar em uma forte identidade nacional quando existem grandes diferenças econômicas, sociais e políticas. A questão é que no Brasil, com sua extensão territorial vasta, é possível identificar não apenas uma identidade e sim várias identidades regionais com costumes e tradições religiosas muito particulares, conforme o local e a região.

Havendo sempre uma diferença entre o nacional e o social, para o autor a identidade nacional pode ser expressa por um conjunto que indica a condição social e o sentimento de pertencer a uma determinada cultura e, em um indivíduo, o nível de identificação com o nacional vai depender da sua participação ou exclusão relativamente à cultura que o envolve. É um tema relacionado com a identidade cultural, ou seja, o conjunto das características de um povo, oriundas da interação entre os membros da sociedade e da sua forma de interagir com o mundo. O nacionalismo de Vargas consistiu uma ideologia e um movimento político, baseados na consciência de nação, que resumia a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade nacional ou supranacional e o forte desejo de moldá-las politicamente a esse ideal por meio da coerção. Pode-se entender as críticas que o autor concebe a esse modelo nacionalista que vigorou no período. Nesse sentido, também se criou no imaginário nacional um inimigo que deveria ser combatido, eliminado ou, ao menos, “ajustado” ao processo de nacionalização.

Willems aborda o meio abandonado do imigrante, a fim de reforçar sua crítica não somente de uma cultura homogênea do Brasil, como também da própria Alemanha e dos *alemães*. Uma das explicações que o autor faz é que, em sua maioria, os emigrados eram do meio rural. Esse camponês europeu comunga uma vida regional, se não puramente local, que segue a paisagem da natureza, diferente da vida agitada e das trocas de experiências contínuas do meio urbano (WILLEMS, 1940, p. 26-27). O camponês vive uma vida com estilo próprio bastante influenciado nos costumes e tradições longínquas passadas às sucessivas gerações. Nenhuma das manifestações culturais típicas dos grupos rurais seria concebível fora de um determinado meio, a começar pelo próprio linguajar expresso no dialeto que variava de povoado a povoado. As vestes, crenças, hábitos, costumes, superstições, organização de trabalho, direito de sucessão da propriedade, tudo estava afigurado de modo inseparável do meio físico ao qual o grupo estava associado (WILLEMS, 1940, p. 30). Todos esses contrastes e rupturas, associados ao psicológico do indivíduo, se configuram como diferenças

entre os grupos rurais e seus modos de agir, pensar e sentir a vida e contrastam singularmente no novo meio: o próprio camponês é um estranho entre estranhos, isso sem mencionar as, ainda, maiores diferenças com o meio urbano. Como esse estranhamento poderia ser parte de uma identidade nacional, qualquer que fosse tal identidade?

A identificação com esse conjunto de crenças e hábitos configura uma própria identidade. Nesse caso, destacado está o regional tipicamente local, que nos grupos rurais fazem o indivíduo ter uma relação íntima com o meio e, conseqüentemente, uma vida de ordem existencial ligada à natureza, instigando o sentimento de integração à comunidade única que é a comunidade existencial da “terra” (WILLEMS, 1940, p. 31-32). Tal visão de mundo é percebida no controle social exercido pela comunidade rural, que abrange todas as manifestações da individualidade, seguindo um rigor de tradições, inflexibilidade de convenções e um isolamento no espaço, determinando a estreiteza do horizonte cultural. Por sua vez, esses estímulos de trocas de contatos - ou falta deles - interferem nas relações com o meio social determinando suas atitudes (WILLEMS, 1940, p. 32).

As identidades implicam determinado comportamento e sentimento entre os grupos que se identificam. O próprio país pode ter traços que permitam a construção dessas, como a religião, etnias, geografia, etc., e abordar a história do indivíduo imigrante é conhecer e compreender seu comportamento e atitudes próprias.

Entende-se que o autor confere, dessa maneira, considerável importância à explicação do meio originário do imigrante para explicitar a situação deste no Brasil. Se a “estreiteza do horizonte” do meio rural permite ao ser humano se apegar a preconceitos e superstições, isso se devia aos limites sociais em que tais imigrantes viviam. Numa passagem, o autor afirma a falta de instrução escolar e de contatos limitados ao meio que deixam o homem rústico do campo com conhecimento bastante acanhado e preso a valores locais. Permaneceu este indivíduo na periferia do que poderia ser um surto cultural que caracteriza, por exemplo, a sociedade urbana, e o mesmo se pode ser atestado com relação ao desenvolvimento político, conforme observa-se:

A “política” do campônio, se é que merece esse nome, é conservação e defesa de valores locais, contra quem quer que seja. Escapam a sua compreensão acontecimentos de âmbito nacional. Por mais ousado que esta afirmação pareça à primeira vista: o camponês germânico, como o de qualquer outra nação europeia, vivia e vive ainda, em grande parte, pelo menos, fora da comunidade nacional. Ele é, como já dissemos alhures “pré-histórico e superhistórico, ele ultrapassa a existência das nações, não precisa da “civilização”, pois ele não nasce nem morre com ela; o camponês é, por assim, dizer, o “homem eterno”. A nacionalidade do camponês, isto é, a formação de uma consciência nacional e participação ativa dos acontecimentos da política nacional e internacional somente se operou em função da urbanização do

campo ou da politização consciente e proposital das massas rurais como ela se observa nos países denominados “totalitários”. (Rússia, Itália e Alemanha). É precisamente a preocupação desses países, de “despertar” a população rústica, de integrá-la, mediante uma organização política e o exercício de um controle intenso, que atesta a natureza tradicionalmente apolítica das populações rurais (WILLEMS, 1940, p. 35-36).

Essa passagem atesta que a grande discrepância social dos imigrantes como elementos desarraigados do sentimento nacional e a acentuada heterogeneidade são provenientes das flutuações das zonas de fronteiras artificiais e arbitrárias que formavam a Áustria e a Alemanha, pois esta veio a ter sua unificação nacional somente ao final do século XIX. A falta de limites naturais e as consequentes flutuações ocorridas, o cruzamento e a mistura com outros povos fez da Alemanha um conceito menos definido do que a Grã-Bretanha ou a França; portanto “ser alemão” era algo menos definido de que ser inglês, francês, japonês ou espanhol. William MacDougall (1927) escreveu que o mito da unidade racial e superioridade do povo germânico estava sendo cultivado e propagado com acentuado desprezo da realidade pelo programa germanista nas universidades, em um esforço deliberado de remediar artificialmente a falta das divisas naturais e de uma verdadeira homogeneidade nacional (MACDOUGALL, 1927, p. 127-128 apud WILLEMS, 1940, p. 28). A falta de um conceito de pátria nacional definido para esse imigrante é uma circunstância peculiar notada por ele: o indivíduo desnacionalizado e rapidamente assimilado pelo povo que os colonizou, não raro um alemão americanizado, sente, muitas vezes, menos simpatia pela Alemanha do que um estrangeiro (WILLEMS, p. 28). A mensagem política de Willems era clara aos nacionalistas que pretendiam fazer dos *teutos* um *brasileiro*: não haveria qualquer ameaça à identidade nacional brasileira por parte de uma suposta germanidade ou germanismo dos alemães no Brasil. Suas lealdades identitárias estavam presas a outros valores que não eram propriamente o da nação, o que fazia deles, em certo sentido, contemporâneos não-contemporâneos do ideário nacional.

O processo de seleção de elementos culturais em contato destinados à eliminação dos dados indesejáveis é apontado pelo autor como uma definição negativa do processo, para conservação da unidade social (nacional) preestabelecida em relação ao indivíduo que irá se instalar. Assim, o êxito do processo de seleção ou também de seu reverso, a eliminação, depende grandemente da homogeneidade dos valores ou critérios que presidem a realização, de modo que apenas uma uniformidade perfeita dos critérios pode determinar a homogeneidade da seleção e, por fim, sua eliminação. A crítica do autor nesse quesito é que a “sociedade que procura incorporar grupos estranhos já deve ter seus padrões culturais

estabelecidos” (WILLEMS, 1940, p.10). Observado está o conceito de “padrão cultural” que já implica uma uniformidade dos padrões de que se deseja conservar, incorporar e eliminar. Essa afirmação parece indicar uma mensagem negativa às formas como são conduzidas as ideias e processos de nacionalização no Brasil em relação aos imigrantes, não faltando mencionar exemplos das tentativas improfícuas nos EUA por meio do diálogo com estudos de Taft (1936).

Taft traz à tona o modo de vida americano e seus ideais baseados em semelhanças que tendiam homogeneizar todas as crenças e culturas em prol da “americanização” e que apenas transparecem uma suposta “homogeneidade no cenário americano que nunca existiu e que existe hoje menos do que nunca” (TAFT, 1936, p. 225 apud WILLEMS, 1940, p. 10). Prosseguindo na desconstrução de uma suposta homogeneidade, o autor destaca o fato de existir diferenças entre as regiões, caracteres próprios de regiões fronteiriças, diferenças econômicas, contrastes entre a vida rural e urbana, diferenças religiosas, contrastes que colocam a real situação do negro, índio e o imigrante mal assimilado reforçando o pensamento da diversidade cultural em detrimento de uma homogeneidade.

A intenção em normalizar as diferenças e enquadrá-las num “padrão” tenciona ao esmagamento e desaparecimento dos traços culturais do elemento advindo, o que torna curioso para o autor a seleção e eliminação dos elementos culturais trazidos pelo imigrante seguirem critérios heterogêneos – senão opostos – na tentativa de metamorfosear a cultura e hábitos do “outro”, como se a assimilação ocorresse “em si”. Se a assimilação não ocorre em si, o imigrante não tem contato com a nação como tal; daí a importância dos contatos num microcosmos de processos e subprocessos, como a escola, família, repartições públicas, clubes etc., no qual as semelhanças ou diferenças podem ser ajustadas para integração de ambos (WILLEMS, 1940, p. 11-12).

A partir desse apontamento, o autor permite acessar a ideia de que, se não ocorre uma interação entre os grupos, as discrepâncias das culturas tendem a se destacar. A identidade é construída na consciência de unidade e, também, de alteridade que promove a exclusão, ao mesmo tempo que a participação não exclui necessariamente os elementos culturais advindos da cultura do Velho Mundo que, por sua vez, aumenta a heterogeneidade e a expansão cultural. Tais manifestações implicam em identidades locais e regionais que são criações e recriações; por isso, são frágeis, suscetíveis a distorções, simplificações e interpretações variando entre os indivíduos.

Considerando a sociedade americana e europeia raízes de uma mesma cultura ocidental, elas são muito mais próximas e semelhantes e, num contato de traços culturais

podem produzir conflitos parciais, afetando-se mutuamente em determinados aspectos dentro dessa sociedade; embora tenham se distanciado e tendam a se distanciar, as afinidades aparecem numa camada superficial de traços diferenciais (WILLEMS, 1940, p. 20-21). Essa compreensão do autor vai ao encontro de uma crítica que acredita-se ser dirigida provavelmente aos intelectuais e governantes no período dos anos 30 e que aponta para aqueles que se “reportam, levianamente, a ‘quistos’ étnicos de italianos, japoneses e alemães, como se não houvesse a menor diferença entre eles e como se a política de assimilação em face de tais “quistos” devesse ser ditada por pontos de vista idênticos” (WILLEMS, 1940, p. 21). A ideia anterior, sobre a similitude dos traços culturais da sociedade americana e europeia complementa a segunda afirmação crítica do autor sobre a possibilidade de haver sujeitos e populações impossíveis de assimilarem-se: “a suposição de que há representantes da espécie *humana* “inassimiláveis” a um meio *humano*, por mais estranho que seja, é dogmática e envolve, quase sempre, uma ideia preconcebida” (WILLEMS, 1940, p. 21). Nota-se a ênfase com que Willems se refere à “espécie humana” como um elemento que reconhece o outro ser que é semelhantemente “humano”, com caráter de possibilidade da assimilação porque pertence a uma espécie de cultura com raízes comuns que não causam no sistema total dessa sociedade um conflito de máximo grau de estranhamento. Observa-se o trecho abaixo:

Desde que se admita o caráter social de toda espécie de cultura já se afirma, implicitamente, a possibilidade da assimilação, pois não poderia haver transmissão de dados culturais sem a capacidade maior ou menor dos indivíduos de assimilarem esses dados. Por mais que seja a diferença entre esses dados, não é possível negar que todos eles obedecem, no fundo, às mesmas necessidades (WILLEMS, 1940, p. 21).

Identifica-se nessa passagem que o autor sutilmente se refere à defesa de uma identidade “plástica” do ser humano quase que num sentido universal, o que permite também inferir que o processo de assimilação compreende, para o autor, um eterno devir na dinâmica das flutuações de fronteiras culturais.

2.3 CRÍTICAS AO POSITIVISMO

A formação na Universidade de Berlim, nos anos 1920, proporcionou ao autor o contato direto com os principais debates teóricos e metodológicos que delineavam as disciplinas das ciências humanas. Sutilmente, suas observações e traço sociológico na abordagem de seu objeto de estudo permitem algumas colocações que parecem pertinentes

como reação ao positivismo do século XIX, que teve muita força no Brasil no início do XX. Muitos acontecimentos de ordem social e cultural eram explicados a partir de uma perspectiva positivista e, em parte, articulada com o darwinismo social, de modo a aplicar, à sociedade, as teorias ligadas à existência e sobrevivência da espécie a partir de uma hierarquia de raças superiores e inferiores, como se se tratasse dos mesmos critérios de legalidade vigentes nas ciências empírico-formais, sobretudo a biologia.

Nesse sentido, a apropriação do pensamento de Darwin, sobretudo proveniente da “A origem das espécies”, deve ser mencionada. Na referida obra, Darwin desenvolveu a célebre teoria evolutiva com a ideia do progresso como revolução na ciência para explicar a adaptação e sobrevivência das espécies. Em se tratando de uma teoria evolutiva – e no título da obra tem-se que se refere às espécies – ela trabalha a ideia de que a constituição dos seres vivos é fruto de um longo e ininterrupto processo de transformação e adaptação ao ambiente. As espécies que se transformavam a partir de uma seleção das características mais bem adaptadas a um determinado ambiente se tornavam predominantes. De tal modo, aqueles organismos que melhor se adaptavam a um meio poderiam sobreviver através da transmissão de tais mudanças aos seus descendentes, ao passo que os seres vivos que não apresentavam as mesmas capacidades acabavam fadados à extinção. As noções de Darwin foram apropriadas por sociólogos que transferiram diretamente os conceitos de evolução e da adaptação para a compreensão evolutiva das civilizações. A partir de então, o chamado “darwinismo social” floresceu, desenvolvendo a ideia de que algumas sociedades e civilizações eram dotadas de valores que as colocavam em condição superior às demais. Tal teoria era enfatizada pelas nações que alcançavam seu prestígio econômico decorrente das revoluções industriais. A afirmação da ciência positiva e exata encontrava grande eco e desfrutava seu prestígio, pois as noções das áreas da biologia e matemática tinham, afinal de contas, encontrado seu progresso. Não tardou para que os intelectuais teorizassem sobre a superioridade dos países e sociedades ditas “mais avançadas” – geralmente as europeias – para justificar sua ação sobre os demais países e colônias consideradas “menos aptas”, como foi o caso de diversas regiões da Ásia, África e também o Brasil, no que se refere às teorias de branqueamento e escolha dos povos brancos europeus na imigração em massa.

Baumer (1990, p. 111-112) contextualiza a aplicação do darwinismo no pensamento europeu do século XIX e no século XX. De acordo com o autor, a sua base estava na sociedade concebida como organismo social, aliada à luta como principal instrumento do progresso. Por diversas razões, o darwinismo deu um forte incentivo à ideia do imperialismo de que a “guerra” era a lei do universo social. Ainda na mesma obra, Baumer discorre sobre

os darwinianos que reduziam o homem ao mundo animal, um homem irracional e que apresentava diferenças entre os homens e, deste modo, estavam mais inclinados a descobri-las em determinantes biológicos e não ambientais, deslocando o eixo educação-meio para, essencialmente, a natureza, a fim de justificar a desigualdade das nacionalidades e uma suposta raça superior e vigorosa, a exemplo da branca. A desigualdade humana básica, como mostra Baumer, estava diferenciada em três áreas principais no mundo darwiniano: entre as raças humanas, entre as nações e entre os indivíduos, o que acentuava ainda mais a crença em raças superiores e inferiores.

Retomando o que foi mencionado anteriormente sobre o positivismo, no Brasil o seu expoente máximo foi no início do século XX. Calcado nos conceitos de progresso da humanidade, o avanço científico era a única forma de conhecimento verdadeiro. Somente se poderia afirmar que uma teoria era correta se ela fosse passível de comprovação através de métodos científicos válidos, excluindo conhecimentos ligados às crenças e superstições. Uma das ideias básicas dessa corrente é a afirmação da necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo, sendo este conjunto de opções prejuízos, preconceitos ou pré-noções que prejudicam a objetividade das Ciências Sociais, de forma que o pesquisador seria um ser totalmente neutro quanto a seu objeto de estudo e a realidade. Pregava ainda, a cientifização do pensamento e do estudo humano, visando à obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os seguidores desse pensamento acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar ou questionar. Os positivistas creem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas seu estudioso recuperá-lo e colocá-lo à mostra. Fica clara numa proposição de Auguste Comte (1972, p. 82) de que os cientistas deveriam elevar a política à categoria das ciências de observação.

Nada como ir à própria fonte do positivismo a fim de fundamentar essas colocações. Em “Opúsculos de filosofia social”, Augusto Comte afirma: “sem dúvida, hoje incontestável que a observação dos fatos é a única base sólida dos conhecimentos humanos” (COMTE, 1972, p. 142). A filosofia comtista da história é uma filosofia da história do espírito através das ciências e pela natureza do próprio espírito humano que cada ramo dos conhecimentos estaria necessariamente sujeito a passar por três estados teóricos diferentes. O primeiro estado teológico ou “fictício” é a observação dos fatos que são *explicados* pela instrumentalização da

atividade do espírito com pontos de ligação com as ideias sobrenaturais. Este estado fictício evolui para o segundo, o estado metafísico ou abstrato, que seria o estágio de transição para o terceiro, ligando os fatos do sobrenatural ao natural, um enunciado abstrato de uma simples série de fenômenos. Por fim, o terceiro estado é o positivo, modo definitivo de qualquer ciência em que os fatos se ligam segundo ideias ou leis gerais de ordem positiva, sugeridos ou confirmados pelos próprios fatos. Em outras palavras, trata-se de reduzir, mas sem criar hipóteses que não possam ser verificados pela observação (COMTE, 1972, p. 82). Por meio dessa marcha das ciências, acrescenta Comte, os homens podem verificar a exatidão desses fatos e estados em relação às quatro ciências fundamentais, já positivas, como a astronomia, a física, a química e a fisiologia, bem como as ciências que com elas se relacionam (COMTE, 1972, p. 83).

Willems tinha como preocupação fundar suas reflexões sociológicas em bases científicas. Contudo, para ele, nas ciências humanas, a disposição de avaliar o todo e a atenção para com a imprevisibilidade dos comportamentos é fundamental para que o método adotado tenha em vista não apenas explicar mas compreender. A aceitação das mudanças sociais é um ponto que distancia Emílio Willems da sociologia positivista, quando o autor identifica que estas mesmas são resultados de inúmeros processos e fatos sociais que envolvem o indivíduo e a sociedade (WILLEMS, 1940, p.03), acrescentando que o conhecimento não se explica por si mesmo, mas como algo que o pesquisador tenta compreender com dados oriundos de seu método e técnicas para analisar o objeto de estudo.

Em “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” (1940), pode-se inferir que o autor critica o estudo da Sociologia e áreas humanas afins como se fosse ciência pura e exata que contém verdades absolutas em seu próprio conhecimento, dispensando juízos particulares. Em analogia, seria proceder aos fatos sociais como um químico que realiza experimentos no qual as fórmulas obtidas falam por si. O químico, dessa maneira, não coloca seus valores na experiência, apenas comprova e apura. Um sociólogo positivista que observa os fatos sociais age no mesmo sentido, pois apenas observa segundo seus critérios, comprova e nada mais. Percebe-se, na obra, que o autor tem uma preocupação quanto às dificuldades e aplicações metodológicas das ciências humanas. Enquanto as ciências da natureza têm como objeto algo que se encontra fora do sujeito que conhece, as ciências humanas têm como objeto o próprio sujeito que conhece. Daí as dificuldades das áreas humanas, a exemplo da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, da Geografia Humana ou da História para pesquisar com isenção e neutralidade aquilo que diz respeito ao próprio sujeito tão diretamente. Em “Ideologias e Ciência Social” de Michel Löwy (1999), percebe-se claramente esta distinção entre a ciência

social e natural: enquanto a pressuposição fundamental do positivismo está na harmonia natural e a sociedade regida por leis naturais, decorre a hipótese de que os métodos e procedimentos para conhecer a sociedade são exatamente os mesmos utilizadas para conhecer a natureza e, por isso, idênticos. Dessa maneira, as ciências da natureza são objetivas, neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais, etc., e devem funcionar da mesma maneira ao obedecer um modelo de objetividade científica. Esse conjunto de valores ou opções ideológicas, para os positivistas, são formas de ausência de objetividade e verdade (LÖWY, 1999, p. 36). Na mesma obra, Löwy acrescenta o que, para Comte e Durkheim, era chamado de “preconceitos”, ou seja, é aquilo que na sociologia do conhecimento consiste no conjunto de convicções, ideias, atitudes do investigador e de seu grupo social que escapa a qualquer questionamento, a qualquer distancia crítica conhecido como *campo do que é experimentado como evidente* (LÖWY, 1999, p. 43).

Encontra-se na seguinte observação de Willems uma crítica direta ao pensamento positivista: “nunca se deve esquecer que o contato de dois grupos sociais não é comparável, de maneira alguma, com o contato de duas substâncias químicas que, invariavelmente, se atraem ou repelem segundo leis predeterminadas” (1940, p. 03). A complexidade quanto ao método para análise de fenômenos humanos, sejam psíquicos, sociais ou econômicos, resiste às tentativas de simplificação, enquanto que nas ciências naturais e exatas, ao abordar determinadas condições do meio, o pesquisador pode vir a simplificar o fenômeno – a exemplo da física, da matemática, da química e biologia – tornando constante um dos fatores a modo de exemplificar o processo de análise. Já o comportamento humano, entretanto, resulta de múltiplas influências que não podem ser simplificadas ou reduzidas, o que torna as ciências humanas um processo complexo de análise.

Willems utilizou um método bastante empírico, enquanto pesquisador e observador participante, que é válido no pensamento sociológico. Seu modo de pensar em relação à história não se limita a descrevê-la como uma sucessão de fatos e acontecimentos, mas a encara como um conjunto de situações, de normas, de usos, de instituições que apresentam permanências e rupturas no seu processo. Assim, entende-se que o autor enfatiza as transformações que ocorrem no âmbito social como uma interação da ação humana nas esferas da vida, que podem ser economia, religião, política, língua, educação, organização do trabalho ou família.

O autor não recorre à história como ferramenta para dotar essa ciência de conhecimento real para determinado fato, enquanto é passível de perfeita observação para um “positivista” que assim o faria, alegando sua imparcialidade mediante a escolha objetiva dos

fatos em contexto específico. A organização e apuração dos fatos para compreensão da sociedade ou trabalhar a fim de reorganizá-las são feitas a partir da ferramenta básica e “exata” de um observador positivista: a estatística. Ao utilizá-la é quase impossível não mencionar números que implicam medidas exatas e racionais para contabilizar a ocorrência de determinados fatos ou não com a função de orientar a sua ação. Desse fato, pode-se concluir que a ciência será tão rigorosa quanto mais ela for “matematizável”, o que já foi mencionado como sendo um problema com relação às ciências humanas, cujos fenômenos são essencialmente qualitativos.

Emílio Willems, apesar de empregar dados estatísticos, traduzidos em número de nascimentos, óbitos, escolas públicas e particulares, registros de casamento, periódicos de imprensa, entre outros que complementam seu método, entende que estas são técnicas quantitativas que colaboram para elucidar seu estudo sobre a assimilação; mas há de se chamar atenção que em alguns casos, elas não são de todo relevantes para avaliar o grau e ritmo do processo.

O aspecto teórico metodológico de Willems se pauta na análise do indivíduo e o meio social enquanto interação na sociedade permeada de relações sociais que refletem e afetam o indivíduo; daí a necessidade das ciências humanas de compreender não apenas como esses indivíduos agem, pensam e sentem determinadas relações e maneiras reagindo a elas, mas também as diferentes culturas nesse contexto. Apesar de certa similitude com a moderna sociologia de Durkheim, que aborda os fatos sociais para análise do seu objeto de estudo, estes consistem em uma maneira de agir, sentir e pensar exteriores ao indivíduo, por conceber a sociedade não como apenas soma de indivíduos, mas como sistema formado pela associação que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Em “Assimilação e Populações Marginais”, percebe-se certa aproximação com a sociologia durkheimiana. Porém, os pontos de análise diferem desta e se pautam mais próximos de uma sociologia compreensiva e interpretativa, utilizando o indivíduo e a sociedade concebidos em grupos heterogêneos que se agrupam e organizam a vida social e cultural conforme as semelhanças de crenças e hábitos por meio das associações.

Dessa maneira, a sociologia de Willems se aproxima da vertente metodológica de Max Weber, em que o objeto é o sentido da ação humana que deve ser buscado pelo método de compreensão, baseado no estudo da mente humana. Enquanto Max Weber concebe o ser humano como um ser capaz de agir e que não é passivo frente às forças da natureza, é possível identificar, na obra em questão, mais um ponto de crítica à vertente do pensamento positivista anterior no que se refere à adaptação do indivíduo ao meio. Sua aproximação com

a sociologia alemã do final do século XIX e início do XX é notável em algumas passagens e citações de Weber e Simmel, o que representa um conhecimento amplo das obras desses autores, por estes estarem inseridos numa sociologia que se propunha compreender as profundas transformações que se sucediam na sociedade, como a mobilidade e fluxos migratórios intestinos à Europa e fora dela, Emílio Willems faz uso dessas leituras para compreender o seu objeto de estudo: a mobilidade social dos diferentes grupos étnicos. A existência social da maioria dos indivíduos é previsível para o autor, pois recorre ao meio do emigrado – que, aliás, é bem conhecido e familiar ao autor – e como os fatos se afiguram na sequência de situações previsíveis ao homem “mediano” (WILLEMS, 1940, p. 51). A preocupação do sociólogo alemão Georg Simmel para com os tipos sociais, a exemplo do “estrangeiro”, “o pobre”, “o aventureiro”, “o mediano”, “o renegado” e tantos outros mais, concebendo-os, cada um deles, com reações e expectativas próprias, mas pertencentes ao todo, aparece na obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” na busca por se ter compreensão do eterno *desajustado* social abordado por Willems, inserido na categoria de imigrante “aventureiro”, o qual, “de maneira mui geral podemos dizer que a forma de aventura consiste no que excede e rompe a conexão da vida” (SIMMEL, 1919 apud WILLEMS, 1940, p. 51), deparando-se esse imigrante, com um futuro obscuro, e cujos valores do passado consistem em reminiscências na memória, podendo influir nos seus comportamentos.

Outro ponto de crítica ao positivismo refere-se ao sistema de causação no mundo social, ou seja, o todo que acontece num sistema social não demanda uma explicação causal que não constitua uma mudança na totalidade do sistema e nada pode mudar o sistema como um todo que não entre irremediavelmente em conflito com o significado original de seus valores (ZNANIECKI, 1934, p. 297 apud WILLEMS, 1940, p. 18). Essa passagem referente aos contatos de fenômenos culturais heterogêneos expressa o ponto de vista do autor quanto ao método sociológico baseado no fato de não reclamarem esses fenômenos uma explicação causal única, pois isso implica a transformação da totalidade do sistema social, ao passo que esses fenômenos originam conflitos com os valores dominantes do sistema social. Esse modo de pensar a sociedade e os contatos culturais não é válido para o pensamento positivista que preza pela coesão do sistema social livre de conflitos, concebendo a sociedade na perfeita ordem de equilíbrio, não havendo espaço para divergências, sendo necessário restabelecê-la e garantir a ordem, como nas leis das ciências da natureza, supondo o determinismo, segundo o qual, para tudo pode-se procurar uma causa. Entende-se, portanto, que os contatos e conflitos culturais decorrem de “impedimentos axiológicos” traduzidos por uma modificação na

composição de um sistema que leva alguns de seus valores essenciais a conflitos e incompatibilidade mútua. Para um intelectual de vertente positivista, a abordagem da axiologia estaria fora de cogitação, pois se trata de um conjunto de “todas as ideias, crenças, costumes, usos e conhecimentos aprovados e espontaneamente repetidos que representem a base e garantam o funcionamento de um sistema social. São, enfim, os “axiomas” da vida em comum, cuja “verdade” ou “utilidade” está fora de qualquer cogitação” (WILLEMS, 1940, p. 19). Portanto, para entender os problemas sociais e culturais, segundo Willems, é preciso captar da relação de sentido da ação humana, conhecer um fenômeno social, compreendendo-o como fato carregado de sentido que aponta para outros fatos significativos. Isso complementa o objetivo do sociólogo que é o de compreender este processo, desvendando os nexos causais que dão sentido à ação social em determinado contexto, distanciando-se das ciências naturais, em que se prima por descobrir as leis e nas quais é possível, através da observação, do experimento e do método comparativo, reger a vida da sociedade e do indivíduo em si.

Ao contrário das concepções positivistas, Willems descreve a sociologia como originária da perspectiva da ação de um indivíduo ou de indivíduos distintos, corroborando aí a ideia de que a sociedade é, sobretudo, uma construção humana, não estando, certamente, em um patamar de superioridade em relação aos indivíduos. A sociedade existe pela ação dos indivíduos que expressam suas ações na coletividade e imprimem suas marcas nessa, informando para a ideia da totalidade do ser humano no seu conjunto e interligado a tudo aquilo que o define na sua existência.

Os conceitos criados por Willems ajudam a compreender o conhecimento da significação cultural de complexos históricos e concretos. Nesse sentido, central em sua obra é o conceito de assimilação, o qual desenvolve-se na sequência.

2.4 A ASSIMILAÇÃO

Nesse subitem, pretende-se analisar alguns conceitos que Emílio Willems apresenta em sua obra, a fim de compreender, a partir deles, como foi pensada a assimilação dos imigrantes germânicos e seus descendentes no Brasil. O conceito de assimilação, embora central, estava relacionado com uma série de outros conceitos, entre os quais podemos mencionar a ideia de marginalidade, estereótipo, aculturação e ambivalência, bem como sua diferenciação de conceitos biológicos, como adaptação, acomodação e simbiose.

A reflexão teórica do título da obra de Willems “Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes” (1940), remonta ao pensamento de Robert Park, que faz uso do conceito “aculturação” para tratar de culturas diferentes que passam a viver em espaço comum (PARK, 1948, p. 28-31). Este autor apresenta a embrionária questão da grande imigração vinda para a América, de como a justaposição de milhares de seres humanos em contato mútuo originou o conceito de homem marginal.

A questão da interação da sociedade, ou melhor, de grupos sociais num espaço territorial nacional, é analisada por Willems na fronteira da assimilação. No caso do Brasil, a região Sul foi receptora da grande imigração; disso decorre a inquietação do autor e sua ânsia em compreender o processo de assimilação que estes imigrantes sofreram, bem como seus descendentes. É mister salientar que Willems não apresentou um modelo “ideológico” ou caminho a ser seguido, mas analisou o quadro social dessas populações na forma como o encontrou, abordando, de forma científica, mas não traçando estratégias de abasileiramento. O quadro teórico que o intelectual adotou aponta para um conceito amplo de assimilação. Imigrantes e descendentes vivenciam situações em que, de um lado, a sociedade receptora seria o eixo principal – luso-brasileira – e, de outro, os que vieram de fora com intenção de colonizar e ficar – imigrantes – também teriam a oportunidade de passar a integrar a vida nacional, deixando de ser apenas “coadjutores no processo econômico” (WILLEMS, 1940, p. 17).

Entende-se que o conceito de assimilação proposto pelo autor remete a uma interpretação do contexto do conceito e suas variáveis como a diferença de culturas; o contato; o conflito; a marginalização; o ressentimento; acomodação; adaptação; amalgamação; o horizonte cultural e a ambivalência. Tem-se, então, que o processo é pensado pelo autor como uma interação dos indivíduos numa determinada sociedade, pois trata-se de uma interdependência entre os grupos e o comportamento humano destes no meio em que convivem. Nesse processo, ferramentas conceituais são utilizadas para interpretar a dinâmica da interação/mobilidade social.

Os instrumentos básicos para esse entendimento são a assimilação e a aculturação. Embora esses conceitos tenham aspectos distintos, são dinâmicos num mesmo processo, não se podendo separá-los; enquanto o primeiro ocorre na esfera social, o segundo ocorre nas mudanças verificadas na esfera cultural (WILLEMS, 1940, p. 17). Os contatos que se verificam entre os grupos são operantes nos aspectos social e cultural e provêm diretamente do comportamento que ambos têm de si e do outro na fusão cultural que abrange tanto uma

afiliação espiritual como afetiva - sociabilizada através do convívio e da educação. Portanto, não se trata de um processo que interfere ou é afetado pelos aspectos biológicos caracterizados pelos termos aclimatação ou adaptação e amalgamação ou fusão, como ocorreria em processos biológicos. Estes termos são muito bem caracterizados pelo autor na sua ciência e em rigorosa terminologia. Não cabe aqui expô-los ao desenvolvimento exaustivo de como são abordados nas ciências naturais, a não ser na distinção entre eles e conceitos atrelados à ideia de assimilação.

Já se conseguiu compreender, pelos escritos anteriores, que Willems (1940, p. 12) não se pautava nos termos da biologia para sustentar sua tese da assimilação que, segundo ele, tem a ver fundamentalmente com as faculdades adquiridas mediante resultados de atividades grupais e sempre em constante interação e transformação. O autor não se preocupa com a sobrevivência da espécie ou do indivíduo, que são preocupações da biologia e não de sociólogos, antropólogos e historiadores. Estes apresentam outro foco de interesse, como os comportamentos humanos nas relações sociais e culturais e sua manifestação nas demais esferas que envolvem as interações dos indivíduos na sociedade.

Dessa maneira, tem-se claro que a assimilação é o resultado de uma fusão cultural ativa, afastando-se de aspectos biológicos, podendo ser precedida pela aproximação e acomodação dos dados culturais trazidos e os oferecidos no novo meio físico e cultural. As esferas econômica, religiosa e familiar são relevantes para a sociologia do autor, enquanto são desprezadas pela maioria dos estudiosos no assunto, que apresentam acentuado interesse pelos traços raciais, relegando a organização da família, o nível de consumo e a atuação das ideias e convicções religiosas.

Da mesma forma que as volições do indivíduo não têm forçosamente a ver com as manifestações da biologia, elas são parte importante para o estudo da assimilação a serviço de representações coletivas que podem ser reativas e/ou refletidas. As reativas, segundo o autor, se caracterizam pelas representações daquilo que se pretende manter nas manifestações culturais, constituindo elementos estruturais da população que vive no campo. No homem rústico – denominação que o autor usa para designar o camponês que vive “quase” isolado de outros grupos sociais e que é afetado pela falta de contatos e experiências que permitiriam ampliar sua independência em relação ao meio e às tradições em que vive – as volições tendem a ser conservadoras no sentido de manter a ordem existente derivadas de afetos, impulsos e representações tradicionais. Já as ativas ou refletivas são dinamizadas pelo resultado de associações, novas experiências, ideias e do raciocínio ativo dessas relações que

moldam a mentalidade às novas situações vividas que geralmente acontecem com maior incidência no indivíduo citadino (WILLEMS, 1940, p. 36-37).

Até os anos 1960 do século passado, o paradigma da assimilação reinava quase absoluto, influenciado pela Escola de Chicago. Desde Robert Ezra Park (1921) até Milton Gordan (1964), as ideias que se tinha sobre o processo vinham se pondo e sendo descobertas por pesquisadores dentro de um contexto de imigrações e fixação dessas em território estrangeiro. Emílio Willems atendeu estas exigências de sua pesquisa sob o conceito de homem marginal. A marginalidade, numa suposta fase passageira do indivíduo, é considerada como “crise da personalidade” e fase de “desequilíbrio cultural” devido aos fenômenos culturais que se apresentam na vida afetiva, rivalizando com sentimentos e emoções adquiridas no seu meio anterior (WILLEMS, 1940, p.106). Enquanto o indivíduo não experimenta o conflito grupal como problema pessoal, ele não é marginal (STONEQUIST, 1935, p. 140 apud WILLEMS, 1940. p. 107). O alheamento em relação à cultura originária se afigura como atuação tardia de preceitos acumulados pela educação da vida afetiva e se apresenta simultaneamente com a aproximação à cultura adotiva, alternando os sentimentos de prazer em relação os novos e pelo arrependimento de tentativas de conservar os velhos liames culturais para a atração consciente ou inconsciente que o ambiente novo exerce sobre o imigrante.

Caracterizada por uma situação anormal entre duas culturas distintas, esse sentimento produz uma autoconsciência e consciência racial excessiva e sua atenção se dirige para atitudes grupais e suas relações para consigo próprio. Embasado numa rede de discussão sociológica e antropológica em consonância para com Everett V. Stonequist (1935) sobre o ponto da marginalidade, Willems referiu-se à consciência racial como um fenômeno apontado ao respaldo que a autoconsciência manifesta no próprio indivíduo e se projeta perante a visão do outro por pertencer estereotipamente e culturalmente a um grupo racial distinto. A focalização contínua da sua posição racial dirige sua atenção, em um grau excessivo, para si mesmo, uma vez que a posição social deriva da posição racial (WILLEMS, 1940, p. 109-110). É importante frisar que não se trata de consciência de raça em si, mas a consciência associada a uma posição social e cultural incerta e, geralmente inferior, na qual o indivíduo é estigmatizado aos olhos da cultura dominante (STONEQUIST, 1935, p. 148 apud WILLEMS, 1940, p. 107-109), reforçando aspectos “raciais” para identificar o indivíduo vinculado a certo grupo cultural.

Willems (1940, p. 109-110) pontuou que a insistência sobre o fator racial não decorre da preocupação de afirmar hipotéticas qualidades raciais de imigrantes em relação ao povo

brasileiro e que a razão é mais simples por certos imigrantes como o alemão, o sírio ou o japonês revelarem traços que se exibem em certas marcas raciais que os tornam facilmente reconhecíveis e, como tal, servem para àqueles que não pertencem à mesma etnia. O ato de reconhecimento pelas marcas raciais e a subsequente classificação precipitada, mas fácil, pode influir sobre o indivíduo, pois se trata de uma tentativa de classificar as pessoas contribuindo, nesse caso, essencialmente para a formação de ressentimentos e tendo esses termos adquirido sentido pejorativo, pois o indivíduo sente-se constantemente diminuído e em posição inferior à cultura dominante.

Tem-se, assim, que a posição marginal do imigrante faz com que ele se mire em dois espelhos que são os juízos coletivos dos dois grupos opostos e lhe determinam as volições²³, sendo as atitudes passíveis de ambiguidade e frequentemente contraditórias, implicando na sensibilidade e afetividade da autoconsciência que tendem a aumentar (WILLEMS, 1940, p. 113).

A falta de contatos ou mesmo fusão entre os descendentes teuto com os luso-brasileiros, principalmente em áreas rurais, favorece uma cultura autônoma que se prolonga nas gerações, passível de formação de opiniões preconceituosas que associam o estereótipo físico e cultural das culturas distintas a uma diferenciação aguda no que concerne à insistência dos traços físicos serem mais relevantes do que a compreensão das relações sociais e culturais entre os grupos. Assim, os preconceitos raciais (representações coletivas) que só se afiguram como sendo a consequência de uma propaganda organizada, se opõem à fusão dos contatos, sendo que, quando são permanentes, os preconceitos tendem a desaparecer ou mesmo se revelam impotentes (WILLEMS, 1940, p. 219).

Nessa abordagem, é aferível o largo ponto de aproveitamento da facilidade de identificação do indivíduo pelas marcas e traços raciais, a fim de incluí-lo numa homogeneidade exterior, não interessando sua naturalidade, nacionalidade e ascendência étnica. Assim, qualquer pessoa “loira” é caracterizada como alemã, sendo que esta, por exemplo, pode ascender de outra etnia que não a alemã. Ou seja, a tendência de classificar estereótipos e culturas de grupos ou indivíduos como elementos exteriores e diferentes, adquire um sentido pejorativo associado a marcas raciais estendidas aos “alemães”, “turcos”, “japoneses”, “judeus” e “negros”, são pontos de partida que excluem os grupos de uma interação social e cultural ativa, dificultando a assimilação (WILLEMS, 1940, p. 110).

²³ Processo cognitivo pelo qual o indivíduo decide praticar uma ação em particular, um esforço deliberado e uma das principais funções psicológicas humanas. Podem ser aplicados inconscientemente ou automatizados como hábitos no decorrer do tempo.

Tais efeitos tornam as atitudes dos indivíduos ou grupos ambivalentes, dificultando as relações interativas de grupos culturais diferentes, pois há uma íntima relação entre a marginalidade e a ambivalência das atitudes, outro conceito usado por Emílio Willems. Kimball Young (1934, p. 87 apud WILLEMS, 1940, p. 128) observou se tratar de um fenômeno que manifesta atração e repulsa ao mesmo tempo sobre um objeto, pessoa ou ação, no qual os hábitos se orientam por esses mesmos fatores num par dual de aceitação e desaprovação – por outros – de supostas ideias e atitudes que caracterizam como “falsas” e “verdadeiras” traduzidas numa atitude vacilante que resulta em conflitos mentais.

Willems não teve o objetivo de elucidar as causas de um xenofobismo luso-brasileiro frente aos imigrantes que vieram colonizar o Brasil; apenas estava interessado em seus efeitos sobre os que procuraram uma nova pátria no Brasil, a ignorar tais atitudes e seus motivos. Porém, não deixou de abarcar, em sua literatura, as manifestações de xenofobismo para compreendê-las no contexto e como se colocavam contrárias a uma assimilação social e cultural. A xenofobia ao elemento estrangeiro como portador de inferioridade “indesejável” por parte de alguns grupos sociais brasileiros foi explicitada em vários trechos, quando o intelectual abordou as manifestações repulsivas que se constituíram num egoísmo do luso-brasileiro aos elementos estrangeiros, a exemplo de Augusto de Carvalho (1875) e Pedro Calmon (1935; 1937).

No desenvolvimento da autoimagem, os sentimentos e as emoções agradáveis com relação a certas condutas são postas em comparação com os sentimentos desagradáveis, podendo causar um conflito mental que resulta de determinadas situações culturais de aprovação ou desaprovação; não somente a mudança cultural destrói os padrões tradicionais de comportamento, originando conflitos em face do novo, mas também o contato parcial ou totalmente diversa. A simpatia e antipatia pelos modos de agir e pensar são atitudes simultâneas ou alternadas que não deixam de retardar a assimilação e a absorção do elemento marginal, ora se sentindo confuso, ora atraído, ora repelindo nas manifestações espirituais mas rejeitados em outros setores da vida social (WILLEMS, 1940, p. 128-129).

Sua investigação quanto à ambivalência da população teuto-brasileira ou de outros grupos étnicos se assegura nas atitudes de ambivalência de certas classes ou grupos brasileiros de antiga estirpe que, nas palavras do autor, são “atitudes xenófobas que aparecem, ocasionalmente, em campanhas pró ou contra a colonização estrangeira” (WILLEMS, 1940, p. 130); prosseguindo: “a xenofobia parece ser, pelo menos no Brasil atual, um fenômeno da média e pequena burguesia das cidades” (WILLEMS, 1940, p. 138). As opiniões oscilam, geralmente, entre dois polos, do elogio à condenação, produzindo efeitos de atração e repulsa

alternadas sobre os grupos marginais, sendo encarada num duplo sentido de aceitação e desaprovação quanto aos padrões culturais brasileiros como contra os padrões do país de origem. As atitudes de aceitação ou repulsa quanto a esses “padrões” culturais brasileiros ou germânicos aparecem ou transparecem em um grande número de exteriorizações que se costumam objetivar e sedimentar na imprensa e em outras publicações (WILLEMS, 1940, p. 139), tencionando ainda mais o elemento marginal.

As reflexões sobre o fenômeno da marginalização atrelado à ambivalência das atitudes são incompletas, segundo o autor, se não adentrarem no campo dos estereótipos ou representações coletivas que transparecem na assimilação, se manifestando na esfera emocional, conforme já apontado anteriormente nesse subitem. Os estereótipos se caracterizam essencialmente por ideias aceitas por um grupo e geralmente expressas em forma verbal e não se explicam pelas experiências do indivíduo. Elas se constituem de ideias, imagens ou valores que o indivíduo encontra feitas e de que é portador ou divulgador e, ainda, o indivíduo as considera como inseparavelmente ligadas à própria pessoa, como parte integrante do *eu* (WILLEMS, 1940, p. 167-168). Tais representações podem ser classificadas como positivas ou negativas; as primeiras se relacionam com a cultura inteira do grupo na qual se inclui a língua e os costumes, com as crenças e experiências econômicas, com os usos, as artes, com as habilidades e técnicas adquiridas pelas experiências acumuladas de muitas gerações; já as negativas consistem na lembrança de conflitos, decepções e humilhações sofridas, resumindo preceitos, proibições e abstenções nitidamente inibitórias, ditando o comportamento do grupo (WILLEMS, 1940, p. 169). Os estereótipos variam bastante, ora assumindo as feições mais estranhas e afastadas da realidade, ora dissipando-se quando os contatos são mais frequentes e intensos.

O processo de acomodação nas relações que se estabeleciam com o novo meio faz parte da assimilação dessas populações. Esse processo não tem a ver com mecanismos biológicos e sim com a imposição das condições materiais do novo meio. É nesse processo que se afigura quase toda mudança da cultura material do imigrante. Existem as inter-relações que ligam os processos acomodativos materiais aos processos biológicos de adaptação, “mas a adaptação não é apenas biológica, isto é, passiva, mas antes de tudo ativa” (WILLEMS, 1940, p. 69). “O homem adapta-se a seu habitat não tanto pela mutação do que pelo aperfeiçoamento cultural” (HANKINS, 1935 *apud* WILLEMS, 1940, p. 69); assim sendo, ela é fundamentalmente dinâmica. Os ajustamentos no terreno material abrangem vários aspectos que o imigrante teve de realizar, desde os meios de transporte, como a própria organização do trabalho, à construção das casas que, no Brasil, como solução intermediária, se dava com o

uso da madeira; na Alemanha, não se usava tal técnica e arquitetura há décadas. Na maioria dos casos, nem o material nem o estilo nem a divisão interna foram emprestados e transplantados da Alemanha para o Brasil; e, ainda, além das principais estradas, com exceção das regiões interioranas, nos sítios mais prósperos se avistam casas solidamente construídas que se assemelham ao velho meio abandonado e que causam a impressão de nítido conforto que “de tais impressões costuma brotar uma flora de reportagens, descrevendo certas cidades sulinas como “centros puramente germânicos”. Não veem esses viajantes que geralmente desconhecem a feição material das zonas rurais da Europa central” (WILLEMS, 1940, p. 65). Nas diversas regiões interioranas do Brasil, o que se percebe é um ajustamento das técnicas de construção com o material e formas disponíveis no novo meio, o que exigiu uma transformação do meio ambiente.

Esses processos acomodativos se operam muito mais em função do ambiente físico do que com relação ao meio social e tal verificação não exige uma completa separação entre adaptação e assimilação. Muitos núcleos, devido ao seu isolamento em relação a outras populações e contatos raros em virtude do fator espacial, estabeleceram uma espécie de simbiose com predomínio econômico efetuando, ao mesmo tempo, uma transmissão cultural.

Emílio Willems trabalhou o conceito de assimilação para compreender os nexos causais que encadeiam os fenômenos na complexidade indistinta da vida social, destacando fenômenos como foram vistos neste subitem, desde a marginalidade, ambivalência e estereótipos que se interligam diretamente no processo, como destacou a acomodação e a adaptação como aspectos dinâmicos da cultura e trocas sociais, descartando para a última o aspecto biológico, inferindo a sua sociologia apenas às relações culturais dos grupos.

3 A ASSIMILAÇÃO E A QUESTÃO DO SUJEITO *TEUTO-BRASILEIRO*

Neste capítulo, realizar-se-á a compreensão do processo de marginalização presente na obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. Objetiva-se conhecer quem é esse sujeito marginalizado no Brasil e que compõe o principal objeto desse processo de assimilação social. O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil ganham uma denominação especial na obra: o *teuto-brasileiro*. Willems se refere a esse elemento como um sujeito que se analisa numa identidade que não é alemã e nem brasileira. É o elemento hifenizado na cultura, na política, na economia, na religião, na educação e como um todo na sociedade em que se encontra.

Na obra de Willems, pode-se percorrer vários capítulos que partem inicialmente do conceito de assimilação e suas características, abordando os fatores determinantes do processo em curso e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. Nesse processo, o indivíduo se apresenta notoriamente sob os conceitos de marginalidade e aspectos derivados de sua vinculação cultural que se refletem na educação, língua, família, religião, economia, direito e política. Dessa forma, persegue-se o panorama de como se originam e se experimentam, na obra de Willems, os *conflitos* que levam a população a ser considerada ou mesmo se sentir à margem de uma sociedade, de modo a viver segundo seus próprios costumes, hábitos e crenças com tenacidades locais.

Willems interpreta esse sujeito por meio de categorias universais na sociologia divididas em níveis que abrangem a vida social e cultural desses indivíduos. Considera entre essas categorias fundamentalmente três: família, religião e economia, classificando-as como pilares de sustentação para interpretar uma sociedade, pois neles estariam os funcionamentos da estrutura que regem a vida e a mentalidade dos imigrantes e o choque das estruturas psicossociais que facilitam ou dificultam a assimilação. Apesar de considerar esses níveis relevantes, também considera outros aspectos que se somam para a questão do assujeitamento do indivíduo, como a língua, educação, direito e política.

Percebe-se que essas categorias permeiam as relações da cultura dos indivíduos e a relação destes com a natureza enquanto meio físico e histórico a que estão sujeitos. Portanto, a constituição desse sujeito hifenizado está condicionada a um tempo e espaço que se interliga nas relações pessoais e culturais situadas num campo situacional e relacional.

Aqui apresentam-se e pontuam-se algumas observações quanto ao processo de assimilação dos imigrantes e seus descendentes que envolvem alguns fatores de ordem social, econômica, religiosa, familiar e, acima de tudo, cultural. Entender como essas categorias

operam, na obra do autor, enquanto condicionantes do meio cultural em que o indivíduo é sociabilizado, permitem compreender a lógica do processo marginal a que estão sujeitos. As representações coletivas ou estereótipos, ressentimentos, ambivalência de atitudes, conflitos e a noção de mudança cultural estão presentes nas concepções de dinamicidade interferentes nas condições desse assujeitamento do indivíduo ou grupo a uma determinada condição.

A forma com que Willems conduziu sua pesquisa torna evidente a dimensão cultural que ele trouxe para sua interpretação do fenômeno da marginalidade. Suas categorias de análise se vinculam no esquema relacional das culturas no campo dos fenômenos psicossociais que atuam na personalidade do indivíduo e, por conseguinte, no coletivo em que se encontra. A marginalização do indivíduo ou grupo sujeito a condicionamentos do espaço e tempo no qual se encontra em detrimento de outro que não lhe é mais acessível como tal, caracteriza uma ressignificação de sua cultura por uma situação bicultural que torna sua situação de particularidade cultural numa situação ambivalente e sentimento de “inferioridade”. Trata-se, assim, de reinventar sua identidade para lhe dar significados no seu modo de comportamento social e cultural, ainda que esses significados possam ser decorrentes de manifestações e conceitos de representações ou coletividades que podem aproximar ou repulsar atitudes de ressentimento numa ação ambivalente.

Pontuar-se-á essas categorias nos subcapítulos seguintes para uma melhor compreensão desse sujeito *teuto-brasileiro* concebido na obra de Willems. Entre elas, estão as instituições- comportamentos que permitem à sua análise uma visão desse sujeito como ser histórico, cultural e social dinâmico num grupo particular que conflita diante da heterogeneidade.

3.1 A ASSIMILAÇÃO SOCIAL COMO PROCESSO BILATERAL DOS CONTATOS

Primeiramente faz-se necessário destacar que, para o autor, “não existe assimilação em si” (WILLEMS, 1940, p. 11). Nisso, vai uma afirmação de que nenhum indivíduo tem contato direto com a nação em que vive a não ser pelos grupos e subgrupos que estabelecem relações e contatos com seus semelhantes. A assimilação é feita a partir de grupos distintos com bagagens culturais heterogêneas que revelam seus padrões culturais diversos, de forma que podem apresentar possibilidades de suas feições sociais e culturais se tornarem contraditórias. Nesse contexto, os contatos são formas civilizadas e indispensáveis para trocas culturais e favorecem o estabelecimento de uma relação sociável no meio circundante. Estes comportamentos constituem as habilidades categóricas dos grupos humanos e ocorrem em

diversos níveis que permeiam a identidade humana, sejam eles nos campos econômico, político, cultural, educacional e social alcançando, assim, também, os níveis psíquicos e mentais que envolvem as relações e inter-relações.

Pode-se perceber que Willems considera o processo de humanização central na obra, pois como tal, a humanização implica as mesmas necessidades do homem numa perspectiva particularista e autônoma de um processo único e inerente ao homem, além de ser um designador de uma identidade que não se reduz simplesmente à nação ou à região. Ele cria seu ambiente e, para usar expressões de Willems, “aproxima” e “acomoda” suas capacidades através da interação com o seu meio envolvente que precedem a assimilação e aculturação. Para suprir essas atividades, os indivíduos utilizam recursos e técnicas como forma de auxílio a fim de acomodar-se no meio. De certa forma, o homem nasce com tais habilidades para a aprendizagem e comunicação, constituindo esta uma das bases de grande importância no processo de humanização. Porém, o aprender só se processa através da interação com o meio.

Dessa forma, para Willems, o indivíduo não pode apenas ser estudado pelo seu aspecto biológico, pois ele transforma, recria, ressignifica e se (re)ajusta na sua condição humana, de forma que se constitui enquanto próprio protagonista e sujeito de sua cultura. Torna-se importante ressaltar que, na interação do indivíduo com o meio, seus aspectos biológicos não apresentam problemas nem são determinados por ele, porém estão sujeitos aos estímulos que recebem nessa socialização, às quais Willems confere às faculdades adquiridas como resultados de atividades grupais (WILLEMS, p. 12). Segundo Laplantine, “apenas a noção de cultura, ao contrário da de sociedade, é estritamente humana” (LAPLANTINE, 2000, p. 120). Isso vem ao encontro da ideia do indivíduo ativo com qualidades para transformar a natureza de maneira dinâmica, na qual a sociedade seria concebida enquanto produto de suas necessidades de interação e manifestação de comportamentos e valores que criam condições de comunicabilidade e dinamizam a existência de seus semelhantes, ainda que as relações sejam, por vezes, divergentes. A consciência de sua capacidade de criar é o que determina sua dimensão cultural e humana.

Segundo Cuhe (1999, p. 09), a noção de cultura é “inerente à reflexão das ciências sociais. Ela é necessária, de certa maneira, para pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos. Ela parece fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos”. Assim, a cultura “permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio mas também adaptar este meio ao próprio homem e às suas necessidades e projetos. Em suma, “a cultura torna possível a transformação da natureza” (1999, p. 10). A cultura, se torna assim, um instrumento contra as explicações naturalizantes

dos comportamentos humanos e pode-se dizer que "nada é puramente natural no homem" (1999, p. 11), já que mesmo as "funções humanas ligadas às suas necessidades fisiológicas são informadas pela cultura e as sociedades não oferecem exatamente as mesmas respostas a essas necessidades" (1999, p.11).

Cuche, na tentativa de reconstituir a noção de cultura se reporta ao século XVIII francês, época em que a palavra *cultura* adquire seu sentido moderno, referindo-se, naquele contexto, tanto à "educação do espírito" quanto à "civilização". Já no contexto alemão do século XIX, o termo designa tudo o que é autêntico e contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual, inaugurando o conceito relativista da cultura.²⁴ A partir desse momento, o conceito de cultura começou a se afirmar cada vez mais. Com a contribuição de Edward Tylor, a cultura foi concebida como "expressão da totalidade da vida social do homem" (CUCHE, 1999, p. 35) e caracterizada numa dimensão coletiva e adquirida, não pela genética, mas de forma inconsciente, compartilhando os postulados evolucionistas de seu tempo por meio das continuidades, o que "não excluía um certo sentido de relatividade cultural" por sua concepção evolucionista não ser rígida (p. 38-39). Assim, a cultura foi tida sob uma ótica geral e sistemática e, mais tarde, com a contribuição de Franz Boas, foi inserida numa tentativa de pensar a diferença, que, para ele, era de ordem cultural e não racial.

A condição ativa do homem sobre o meio e a influência deste sobre o homem é um debate que Willems insere em sua obra, refutando teorias evolucionistas que competem entre si na questão da assimilação e aculturação. A cultura pode se desenvolver dentro do grupo diante das variações que se apresentam no meio, alterando alguns comportamentos que se recriam num novo meio, mas não considera a evolução numa linearidade progressiva no tempo. O que o autor observa é o indivíduo ativo no meio com suas capacidades de interagir com este e, assim, transformá-lo: "afirmando a igualdade das necessidades e a semelhança das instituições, não pretendemos negar as dificuldades que podem advir da diferenciação nas maneiras de satisfazer tais necessidades e de criar e manter essas instituições" (WILLEMS, 1940, p. 22).

Considera-se que a humanização, enquanto processo cultural máximo de constituição da identidade, se apresenta para o autor por meio da interação das relações sociais com o mundo cultural, na qual a interação e associação se fazem mutuamente. Conforme as experiências que adquire e forma seu conceito de linguagem e significado no mundo, o

²⁴ É com o pensamento de Herder que o conceito de cultura se aproxima com o de "nação" e adquire um sentido de alma e gênio de um povo. Através da cultura própria, cada povo tem um destino específico a realizar e designa um aspecto da humanidade. Ver Cuche (1999).

indivíduo as expressa numa língua, nos modos de agir, sentir e pensar esse mundo e se materializam nas instituições. A função interativa e dinâmica permite a relação entre suas experiências e se expressam no campo racional e emocional no qual a humanização do indivíduo dependerá dos estímulos recebidos pelo meio, mas também do modo como ele reinventa, assimila e ressignifica tais estímulos. Willems entende o humanizar como um processo antropológico que precisa ser constituído no indivíduo para que ele seja realmente ser humano, na verdadeira acepção do termo, e que lhe dê suporte de se reconhecer como sujeito, como um ser sócio-histórico-(a)político-cultural, ou seja, que há uma construção histórica a que ele se relaciona e se integra a um grupo social afim com sua cultura. Ele reconhece que o sujeito é um ser condicionado, mas não determinado, pois seleciona os dados a serem aceitos e assimilados, bem como aqueles que são eliminados pelas suas escolhas e atitudes, ainda que tal seleção e atitudes comportamentais não fiquem claras para esses sujeitos e se manifestem de maneira inconsciente como impulsos a uma determinada reação.

O aspecto afetivo e cognitivo da pessoa, embora sejam aspectos que tenham uma identidade estrutural e funcional diferenciada, estão intimamente integrados e cada um é parte constitutiva dos outros. Com isso Willems, trabalha com noções de nexos causais, através dos quais uma ação do indivíduo ou mudança social e cultural afeta todo o sistema de significados do meio. Uma das consequências dessa interpretação é de que qualquer atividade humana sempre interfere em todos eles; logo, haveria uma relação de dinamismo e um “devir” na sociedade pelas interações dos indivíduos no meio. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo e qualquer atividade nesse sistema causal do meio exerce certa ressonância afetiva e cognitiva. Por isso, Willems as trata como operações nas zonas emocional e mental do indivíduo. E, da mesma ordem recíproca e dinâmica, as manifestações mentais podem tencionar um conflito no sistema como um todo, ainda mais se esse todo inclui a diversidade, na qual “a possibilidade de conflitos de avaliação está em relação direta com a heterogeneidade dos padrões culturais em contato” (WILLEMS, 1940, p.20).

O processo de identidade humana que o autor apresenta faz parte de uma perspectiva teórica do sistema funcional e estrutural do indivíduo como dinâmico em consequência dos contatos culturais. O processo de humanização contínuo insere o indivíduo na sociedade numa relação de transformação enquanto sujeito ativo no meio e age nele conforme suas necessidades e hábitos.

Portador de uma concepção em que a organização social era antes o resultado dinâmico de relações culturais do que determinadas pelo meio físico, a abordagem de Willems, nos anos 1940, rompe com alguns antigos conceitos e rótulos utilizados por alguns

intelectuais no início do século XX, a exemplo de Oliveira Vianna, Oliveira Lima, Paulo Prado, alguns eugenistas, entre outros, que apresentavam os indivíduos com alguma dificuldade de assimilação, em especial a adaptação com referências tocantes ao quesito racial-biológico. Referiam-se às culturas particularistas como portadoras de constante alienação ao mundo em que se situavam. Mas em que medida essa interpretação seria válida aos imigrantes num processo de assimilação-marginalização e inserção numa suposta identidade nacional brasileira? É essa identidade própria e hifenizada que polariza o sujeito teuto-brasileiro que Willems interpreta numa visão global do ser, enquanto processo de devir cultural suscetível a mudanças culturais e sociais, não em um sentido de convergir para a identidade do Brasil, mas no sentido de pensar como parte de um complexo cultural em que “Brasil” é apenas uma parte do processo, pois ele trabalha com a noção de aproximação e não exclusão de um grupo de uma suposta identidade. Aliás, vale lembrar que Willems não adota uma estratégia de traçar uma identidade nacional e nem de pensar os imigrantes dentro de um projeto idealizador e nacionalizante. Analisa este setor dentro da realidade brasileira com pretensões científicas e não julga as atitudes e comportamentos dos indivíduos; pelo contrário, ele avalia as situações de conflitos que podem desencadear estranhamentos, sentimentos ambivalentes, ressentimentos e sintomas de marginalidade. Dessa forma, não pensa o Brasil como uma identidade totalizante na qual há necessidade de anular determinado grupo cultural por meio de um discurso dominante que equilibra alteridades em prol de uma ideologia nacionalizante.

Isso não quer dizer, que a obra de Willems seja qualificada como atraso em relação a uma tradição supostamente colonizada, no sentido de uma linearidade de progresso. Tampouco que é uma análise fora de contexto das ideias porque apresenta o Brasil numa discussão que está no cerne de um debate sobre antropologia e sociologia presente nos chamados centros de reflexão intelectual, como os EUA e a Europa. E, ainda, o Brasil e os EUA se configuram como países de imigração e naquele era muito presente a discussão da assimilação e marginalização de grupos ádvenas que se instalavam no país.

O ponto central para se entender quem é esse sujeito marginalizado parte dos contatos. São estes que o indivíduo estabelece com o seu grupo e com outros grupos culturais diferentes, ou seja, os sujeitos em voga são os imigrantes e seus descendentes em contato com os grupos estabelecidos no país, os nativos ou aquilo que poderíamos caracterizar de sociedade “luso-brasileira”. Tais contatos são indispensáveis para a formação e dinamização de uma sociedade, uma vez que esta se forma nas relações sociais e, consequentemente, culturais, de forma que são intrinsecamente ligados. Segundo o autor, a troca é diretamente

proporcional à frequência e ausência dos contatos. Quanto mais frequentes e intensos, mais facilitadora e gradual é a assimilação do elemento estrangeiro no país receptor, ao passo que, quanto houver menos contato, parcial ou quase nulo, apenas tende a reforçar as características próprias e perpetuá-las dentro do seu grupo de convívio e possivelmente de suas futuras gerações. Isso reforça seu estilo para as diferenças culturais e grupos particulares que se exprimem através da língua, das crenças, dos costumes, mas também, não só dessa forma. Essa caracterização própria dos grupos culturais influi nos comportamentos dos indivíduos e, dessa forma, Willems elucida os vínculos que ligam esse indivíduo à sua cultura.

Todos os hábitos estariam suscetíveis às alterações mediante os contatos sociais no “cosmos” em que esse imigrante se encontra e relaciona os códigos e significados coletivos que se apresentam nesse meio e que podem permanecer ou ser ressignificados e transformados para sua identidade construída no interior de seus contextos sociais e culturais. Assim, há uma conotação na sua sociologia entre a consciência individual e coletiva, em que uma não exclui a outra. A última pode ser inscrita como unidade da sociedade que aproxima as consciências a uma personalidade de condutas.

A vinculação do indivíduo com a cultura e suas condutas mostra, novamente, que a sociologia de Willems não está fora do lugar das ideias e se aproxima da corrente antropológica americana de vertente culturalista. Similarmente a esta, o autor, analisa a cultura e as condutas a partir dos choques e estranhamentos culturais que revelam, por sua vez, as diferenças e suas pluralidades. Cuche (1999, p. 74-75) destaca o caminho que a antropologia americana tomou nos anos 1930-40 na elucidação dos vínculos que os indivíduos estabeleciam com sua cultura. Nessa questão, se colocava a personalidade e a cultura, de forma a compreender como os seres humanos a incorporavam e viviam; para estes, a cultura não existia enquanto realidade “em si”, fora dos indivíduos, mesmo que todas as culturas tenham uma relativa independência em relação aos indivíduos.

Na formulação de Willems, a cultura também, não está “em si” nem o indivíduo “em si” como a assimilação de Willems não estava “em si”. Exemplificar como a cultura estava presente nos indivíduos e como interagiam entre si, seja por meio das instituições, contatos culturais que os aproximavam, acomodavam e, por fim, assimilavam ou distanciavam, supõe um comportamento comum que os identificava a participar e estar em determinado grupo e agir sob certas condutas, ou seja, um compartilhamento de hábitos comuns que dinamizam o meio e as interações.

Já foi mencionado que, para o autor, a assimilação se caracterizava por um fenômeno que se operava nas zonas emocionais e sentimentais, não apenas no campo intelectual e

racional do indivíduo e assumia proporções que organizavam as influências do meio ou mesmo reagem a estas. O processo era, portanto, bilateral com seleção e eliminação de dados que eram transmitidos pelo convívio de uma fusão cultural, ainda que prevalecessem os padrões de um grupo transmitidos pelo convívio ou pela educação (WILLEMS, 1940, p. 12-14). Nesse sentido, Willems não segue uma interpretação de que a ideia de uma identidade cultural seja um problema de integração na assimilação dos imigrantes. Ele procura não se prender a uma concepção imutável dos dados ou mesmo de uma identidade cultural e nacional assim “dada” a determinar a conduta do indivíduo. Pelo contrário, sua concepção é dinâmica, pois permite notar a identidade como um dado relativo e substancial dependente do contexto relacional. De modo geral, o que Willems queria abordar era que, dificilmente, numa sociedade suscetível a mudanças, encontrar-se-ia uma homogeneidade cultural. Se for dada ênfase às esferas sociais, políticas, econômicas, religiosas, educativas e familiares, entre outras, que podem ser as artes e o folclore, encontrar-se-á modos de pensar e agir completamente distintos de um determinado grupo para outro ou mesmo de uma região para outra. Ou seja, existiriam categorias variáveis as quais os indivíduos estariam sujeitos e lhe condicionariam o comportamento. Willems procura expor o fator de forma interessante e uma delas é a relação que o homem estabelece consigo e seu grupo. A outra relação é a sua cultura com a natureza. Ambas as relações cultura-cultura e cultura-natureza são exploradas pelo autor na reflexão coletiva dos grupos e no modo de “integrar o social, cultural e biológico”, sintetizando as relações aos níveis inteligíveis nas quais o indivíduo interage com o coletivo e o meio, de modo que transforma esse para ser o seu lugar de agir e variar de acordo com ele.

O que se insere nessa dicotomia coletivo e meio são as relações funcionais que os grupos estabelecem entre si e que apresentam variáveis diante das estruturas que o meio lhe proporciona. Por isso, a abordagem do meio é uma constante na análise do autor, pois ele permeia as inter-relações dos grupos no processo de assimilação e marginalização. Isso significa que sua abordagem teórica contempla as mudanças e os conflitos e contraria tendências antropológicas que subestimam as mudanças internas em prol de externas nos contatos culturais. Por conseguinte, a cultura e os contatos não estão, para ele, numa ordem de estabilidade harmoniosa. A própria ideia de emigrar e se instalar em outro país trabalha a psique interna do indivíduo e grupo que transforma sua cultura no meio em que se encontra, porque as coisas não estão dadas na sua realidade “em si” e sim são re-criadas. Portanto, sua concepção culturalista é antes dinâmica do que passiva e estática. Pode-se tomar emprestado dos evolucionistas o termo “evoluir” para explicar a dinamicidade do autor, ainda que ele não negue uma concepção evolucionista à cultura, longe de termos biológicos e progressão linear,

mas dentro do seu contexto relacional. Uma vez que a assimilação obviamente não é estática para Willems, a adaptação ativa que a precede não depende apenas de fatores funcionais externos à mudança, mas implicam, também, sobretudo, em mudanças internas nos grupos.

O meio, enquanto agente físico espacial condicionante, é recorrente na obra do autor. Willems estabelece frequentemente a divergência de comportamentos nos contatos dos grupos, na diferença dos ambientes urbanos, semiurbanos e rurais para analisar a forma com que se procede a assimilação diante dessas variáveis, aplicando a variabilidade do trio homem-meio-cultura em sua interação. Quanto mais acentuada a falta de contato nas áreas rurais, mais estas tendiam a manter uma conservação dos hábitos do modo “que sempre foram”; ou seja, não há nisso uma afirmação racional de pensar, pois este era um desejo de perpetuar sua cultura “como sempre foi”, típica mentalidade do campônio que vive num universo em relação direta com a natureza, com a terra. O autor estabelece, para essa situação, uma força e atitude de ordem centrípeta interina ao meio, seja pelo isolamento e falta de contato com grupos diversificados ou desejos de manter sua ordem axiológica nos sistemas sociais que o imigrante recriou num processo de interiorização dos comportamentos culturais. Nas palavras do autor o campônio é o “homem eterno” porque cultiva sua relação imediata com a terra, pois “ele ultrapassa a existência das nações, não precisa da “civilização””, o que o torna um ser “pré-histórico e superhistórico” e se vincula intimamente com o local e a natureza (WILLEMS, 1940, p. 35).

A mentalidade do camponês é caracterizada, pelo autor, por uma relativa ausência de controle racional do meio social e físico e sua organização social responde mais a impulsos do subconsciente. Sua nacionalidade, ou seja, a formação de uma consciência nacional e participação ativa dos acontecimentos da política nacional e internacional se operaram em função da urbanização do campo ou perante a politização consciente e proposital das massas rurais como se observou em países “totalitários”. Esse “despertar” para a população rural é o que atesta para o autor exatamente a natureza apolítica das populações rurais (WILLEMS, 1940, p. 35-36).

Portanto, desconectar esses sujeitos do ambiente em que foram educados e com os quais mantiveram contato responde explicitamente a indagações problemáticas quanto ao lugar em que estão inseridos. No caso dos imigrantes inseridos num novo ambiente, o autor considera crucial conhecer o “velho meio” abandonado para entender o porquê desse indivíduo agir sob determinada conduta e não de outra e que muitas vezes é esperada pela

sociedade social dominante²⁵, o que pode ser confundido com resistência ou “ameaça” é um sintoma de que a cultura de cada grupo depende, também, do lugar onde se encontra. Portanto, o seu contexto social e cultural deve ser levado em conta e não se deve simplesmente abstrair o antigo meio e suas implicações nos comportamentos e reações desses indivíduos, generalizando os comportamentos aos imigrantes em sua totalidade. As resistências em cultivar antigos costumes do meio originário são próprias do indivíduo e da cultura e não se apagam simplesmente ao transplantar o homem de um meio a outro. Nesse fundo cultural, estão as riquezas da heterogeneidade. Interpretar a influência da natureza e cultura sob o indivíduo consiste em compreender o seu modo de viver, seu funcionamento estrutural coletivo e, assim, as representações coletivas que se têm de si no grupo que compartilha e participa ativamente, ou melhor, varia nesse meio.

Nesse sentido, entram em cena as representações coletivas ou estereótipos que se criaram dos grupos culturais apenas embasados em marcas raciais. Estas são abordadas por Willems como peças-chave para interpretar o processo de marginalização dos indivíduos, pois resultam em ambiguidades e ressentimentos que exercem influência negativa sobre a assimilação. Esses fenômenos atuam sobre o terreno da psicologia social e se manifestam inconscientemente pelas diferenças nos padrões culturais que se encontram, podendo ser a variável de inúmeros conflitos. A marginalidade atua nesse limite dos conflitos, de modo que confronta o consciente e o subconsciente para dar impulso a determinados valores em detrimento de outros e, sobretudo, avaliar. Esse processo é típico da situação bicultural ou multicultural e exerce sua parcela no assujeitamento do indivíduo, que não se sente parte de nenhuma das culturas. O indivíduo à margem de duas culturas se distingue na sua forma funcional e estrutural e desencadeia o conflito que antes se apresentava inconsciente na sua situação de marginalidade. Tal assujeitamento do indivíduo marginal transita entre a aceitação e desaprovação das atitudes que o autor considera situações culturais e raciais ambíguas e que produzem ressentimentos resultantes da quase nítida consciência de inferioridade de um grupo cultural particular em relação ao grupo dominante. Ou seja, os contatos culturais levam a uma avaliação ou comparação recíproca das infinitas diferenças no modo de organização. O conflito psíquico se manifesta, sobremaneira, no indivíduo que se sente à margem dos comportamentos da cultura receptora.

²⁵ Ao se referir a palavra “dominante”, não se enfatiza, em nenhum momento, relações de força no sentido biológico de superioridade ou inferioridade, mas apenas que existem características sociais e culturais que podem ser dominantes num determinado aspecto, podendo influir ou não nos demais ou formar intersecções.

A personalidade marginal se insinua ao indivíduo que é iniciado em duas culturas, ainda que, inconscientemente, essas tradições históricas e culturais, com seus códigos, sua língua, suas relações políticas, suas religiões, seus modelos educativos familiares, entre outros fatores condicionantes das atitudes, se colocam em condição de ajustamento e assimilação. Willems não afirma que esta seja uma condição que se estenda para toda a existência do indivíduo, pois considera a marginalidade como crise da personalidade, uma fase de desequilíbrio cultural e, portanto, de caráter passageiro (p. 106). O alheamento em relação à cultura originária se afigura, para o autor, em manifestações de arrependimentos, inalcançável como tal e atuam na vida afetiva no momento da aproximação da cultura adotiva a mesclar com as resistências de conservar velhos hábitos. Um despertar da própria personalidade e identidade condicionam o indivíduo a “julgar-se” sob dois pontos de vista: o da cultura originária e da adotiva. Nessa tensão mediante o contato e choque cultural, reside o conflito do homem marginal. Na consideração do autor:

Não resta dúvida de que a marginalidade é uma crise da vida afetiva. Não o fato de conhecer uma cultura alheia produz o homem marginal. O mero conhecimento de uma língua, ciência ou arte estrangeira não afasta o indivíduo da língua, ciência ou arte originária. A marginalidade começa no momento em que esses fenômenos culturais se insinuam à vida afetiva do modo a rivalizar com os sentimentos e emoções anteriores. Se, antigamente, colonos teuto-brasileiros enviavam, por ocasião do aniversário do imperador alemão, telegramas de felicitações ao presidente da República, essa manifestação deve ser qualificada como atitude tipicamente marginal. Eu mesmo encontrei, na sede de uma cooperativa agrícola, no município de Hamônia (Santa Catarina) uma bandeira que ostentava num lado as cores nacionais e no outro lado as cores do antigo império alemão. Disseram-me pessoas fidedignas que não era raro encontrarem bandeiras nas colônias rio-grandenses. O que pode aparecer a muitos hipocrisia, ingenuidade ou falta de sentimento pátrio, é simplesmente sintoma de marginalidade cultural (p.108).

O homem marginal, nesse caso, é o sujeito teuto-brasileiro que não se integra em nenhum “lado” da “cultura”, seja pelo fator visível que é o imigrante na sua feição racial ou pelos modos culturais a que foi condicionado pelo antigo meio cultural, como a educação, religião, casamento entre outros; por fim, uma má assimilação ou não-assimilação. Willems usa o termo *teuto-brasileiro* exclusivamente para designar a marginalidade cultural a que o indivíduo está sujeito e que se opera no campo social e biológico, o qual enfatiza os estereótipos ou representações coletivas de um grupo. O imigrante se encontraria na divisa de duas culturas na fase aguda do conflito mental, de modo a não se encontrar e ficar alheio a ambas, como no caso do mestiço. Este é tomado como exemplo paralelo ao caso da marginalidade do imigrante, pois estaria, também, na divisa de duas culturas – negra africana e branca portuguesa – sem pertencer a nenhuma delas (p. 105). Os conflitos e estranhamentos

gerados nesses campos contribuem para a formação de ressentimentos nos quais o indivíduo se sente inferiorizado ou não aceito, porque suas características físicas se tornam pejorativas ao outro grupo, conforme as palavras do autor: “a defeituosidade existe primeiro aos olhos da raça dominante” (WILLEMS, p. 108).

Nesse sentido, tal hífen do termo teuto-brasileiro indica, ao contrário da “democracia racial”, um conflito que não se resolve pelo simples “equilíbrio de antagonismos”. Há mais a considerar nesse ponto: ressentimentos, transbordamentos e marginalidade. Nem tudo podia ser resolvido por meio de um equilíbrio que configuraria a identidade. Estaria Willems escrevendo uma pesquisa embasada na crítica a esse “equilíbrio de antagonismos” que forjou um mito de identidade ao Brasil? Se forem consideradas, de modo propositivo, suas investigações, constatar-se-ia que as categorias básicas e fundamentais para sua sociologia se baseiam na religião, economia e família e as profundas formas divergentes, tanto na sua função estrutural, como funcional revelam um país brasileiro com heterogeneidades sociais e culturais que não se resolvem em uma síntese. Além do mais, nessa heterogeneidade estaria todo um estigma racial que se sobrepõe ao social. Em sua interpretação, a personalidade individual ou de grupo não se aplica por seus caracteres biológicos, mas pela orientação ou modelo cultural particular a uma dada sociedade.

O equilíbrio de antagonismos surgido com Gilberto Freyre consistiu no mito da “democracia racial”, ainda que não intencionalmente construída pelo autor, que considerou a distância social como fruto da enorme diferença social de classe e que não levou em conta os preconceitos de cor ou raça. Ao contrário dessa linha de pensamento sociológico, Willems afirmou: “o fator cor penetra com uma insistência desconcertante na esfera das relações sociais e pessoais íntimas” (p. 105). Willems apresenta na obra esse contraponto sobre um falso equilíbrio das diferenças culturais, pois o fato é que os antagonismos existem e são reconhecidos, porém não equilibrados como um “todo”, o que contraria, mais uma vez, a premissa de um padrão cultural nacional homogêneo que caldeou as diferenças sociais e culturais. Aliás, o Brasil é, para Willems, uma circunstância de sua investigação, não uma totalidade que define o ser nacional. Enquanto país de imigração, a identidade que visa eleger um “tipo nacional” seria um tanto complexa se não fosse pensada a hifenização dos componentes imigratórios como ítalo-brasileiros, polono-brasileiros, nipo-brasileiros, teuto-brasileiros, afro-brasileiros, etc., pois estes trazem uma bagagem cultural e social que não se apaga facilmente da vida desses imigrantes. Esse pensamento aparece na sua abordagem teórica culturalista com certa autonomia relativa às culturas particulares. Segundo Cuche (1999, p. 66), há certa relação da vinculação do indivíduo à nação paralelamente a uma

participação em uma comunidade particular, caracterizando a continuidade de sua cultura originária com a adotiva.

Nesse sentido, Emílio Willems apresenta, através da abordagem interacionista das relações, que a assimilação se constitui na cultura de um conjunto de significação que é comunicado pelos indivíduos de um grupo por meio das interações. É um complexo processo assimilatório do devir da cultura a partir dessas interações. Elas seriam construídas e elaboradas a orientar as relações do grupo às faculdades adquiridas resultantes das atividades grupais (WILLEMS, 1940, p. 12). Assim, o autor investiga na pluralidade dos contextos de interação, a explicação do caráter plural e instável das culturas – aparentemente contraditórias – as particularidades dos grupos culturais e como os indivíduos reagem a elas. A atenção se volta para pensar a heterogeneidade de uma cultura, ao invés de se esforçar para encontrar uma homogeneidade que seria falseada mediante evidências e contexto histórico relacional imigratório e composição étnica do Brasil. Willems não ousa, assim, traçar um perfil psicológico nacional brasileiro. Concebe a identidade à cultura inerente ao indivíduo e ao grupo, ao local, enfim, aos contatos e interesses imediatos de uns com outros, através de suas identificações com atividades e comportamentos semelhantes e não a uma interação com a cultura global da coletividade dominante.

Para Willems, são os sistemas de valores sociais e culturais dos grupos particulares a quem o indivíduo se vincula e compreende que funcionam de modo conjunto. Estes abrangem os comportamentos, os quais permitem ao indivíduo se identificar e agir em um espaço que lhe é solidário, semelhante, portanto, não hostil às suas representações e valores comuns. Em outras palavras, é o espaço do microcosmo em contato ou mesmo inserido no macrocosmo que é enaltecido na teoria de Willems. O lugar que ocupa neste espaço, por sua vez, abrange uma hierarquia sob os indivíduos e a cultura, materializados nos seus comportamentos inscritos em instituições. Através delas, o indivíduo é sociabilizado no meio e a primeira instituição que ele tem contato é a família. Esta apresenta o primeiro modo de educação e horizonte cultural do homem que permeia suas ações seguidas de outras como a religião, economia e trabalho, que posteriormente é assimilado ao seu mundo. Observa-se, desse modo, que há uma conceituação desse sujeito teuto-brasileiro nas suas ações enquanto sujeito à sua própria cultura e história que o torna um sujeito histórico que cria suas condições de acomodação e assimilação ao meio; por isso, o uso do conceito de adaptação ativa ao invés de passiva. Isso permite a sua abordagem da relação dinâmica da cultura com a análise da situação sociohistórica desse sujeito, a qual consegue apreender os elementos condicionantes

que produzem a personalidade dos comportamentos de pensar, agir e sentir sob determinadas formas e não de outras.

A assimilação opera-se, segundo as observações do autor, principalmente nas esferas econômica, religiosa e estrutura familiar. Assim, as ideias e convicções de um grupo e outro são para ele fundamentais para o estudo e não os estereótipos em si, ou seja, o que interessa é a aparência, o estigma da identidade para produzir o estranhamento, não o conhecimento que organiza tais ideias e convicções do grupo a agir de tais maneiras. Pode-se considerar que esse ponto de vista é crucial para sua análise da leitura sobre assimilação dos imigrantes e sua indagação sobre o que se apresenta nacional e social nos seus modos operantes, como observa-se em uma passagem do autor (WILLEMS, 1940, p. 18):

A verdadeira assimilação opera-se, segundo as nossas observações, na esfera econômica, na esfera religiosa e na esfera da estrutura familiar. É um fato singular que precisamente esses três setores não despertam nem sequer a atenção dos poucos estudiosos do assunto. Interessam, sobretudo, as marcas raciais, o cabelo loiro, as formas cefálicas, a alimentação, a cerveja e as lendárias salsichas do alemão, a polenta e o vinho do italiano, os trajes e as artes populares, a propaganda pangermanista ou fascista, a cruz gamada em escolas “germânicas”, a refratariedade dos colonos à língua portuguesa e outros inúmeros fatos, mas não se estudam os fatos fundamentais: a organização da família, a posição social dos sexos e dos filhos, a organização do trabalho, o nível do consumo e, enfim... a grande incógnita entre nós: a atuação das ideias e convicções religiosas!

É interessante essa colocação inicial de sua obra para a compreensão do que seria o elemento assimilado e marginalizado bem como a atenção que os estudiosos têm dado para esse processo e o olhar dos estereótipos marcadamente superficiais da cultura que não seja a luso-brasileira. Percebe-se, no autor, a inquietação quanto a certo “padrão” cultural que insinue homogeneidade, que não existe para ele em nível nacional, ainda mais em um país que recebe imigrantes, pois uma ideia de homogeneidade e identificação nacional passa necessariamente por uma adoção de práticas de condutas que condizem com seu horizonte cultural. Nos estereótipos, se tencionam os contatos culturais que produzem conflitos e sintomas de marginalização. Conceber os conflitos nas interações não significa, para Willems, reduzir demais a interpretação nem supor que o mais forte está sempre em condições de impor pura e simplesmente sua ordem cultural e social ao mais fraco, nem que este esteja em situação de fragilidade em relação à cultura dominante, uma vez que a cultura é produzida por indivíduos ou grupos que ocupam posições desiguais nas esferas sociais, culturais, econômicas, políticas, etc. Ela se situa nos diferentes grupos com uma variação maior ou menor da posição de influência de uma em relação à outra.

Se os grupos imigrantes que chegam ao Brasil são acentuados por suas marcas raciais visíveis e, ainda, estigmatizados por suas representações coletivas, a cultura adotiva também se coloca em posição de oferecer apenas um nível superficial cultural àqueles. Um nivelamento baseado na homogeneidade dos imigrantes perante uma uniformidade de critérios que podem determinar a seleção e eliminação dos dados aceitos conjectura para uma conduta de intelectuais²⁶ e do Estado desse período, preocupados em manipular uma identidade nacional que uniformiza, mas que, ao mesmo tempo, exclui. O indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, o que acentua a polaridade das relações mediante um estranhamento, o choque e o estigma do “nós” e “eles”. A identidade nacional que visa integrar esses elementos já é um determinante, senão condicionante de uma posição autoritária e hierárquica que, em um objetivo consciente, gera o conflito e sinaliza os traços diferenciados da identidade de um grupo que preconiza a distância cultural e remete o indivíduo ou grupo a uma posição marginal.

Já na citação do autor está explícita que não existe uma homogeneidade, pois assim facilmente se engana quem interpreta uma identidade baseada no que as representações prontas manifestam no ideário nacional e cultural. Já explicitou-se, anteriormente, que Willems analisa o meio originário dos imigrantes e conclui que a maioria eram campônios desarraigados de sentimento de nacionalidade prendendo-se a elementos puramente locais inerentes a eles.

Se há na assimilação, uma enumeração de dados visíveis que se afiguram de um ponto de vista sobre o outro, o autor não nega que há uma enumeração de dados indesejáveis e destinados à eliminação para conservar uma unidade social e, porque não dizer, nacional, que se encontra pré-estabelecida quanto ao sujeito advindo, Willems a procura na situação histórica de alguns grupos de classe da velha estirpe brasileira com disposições xenófobas ao elemento estrangeiro. Isso representa entraves quanto ao processo assimilatório e uma limitação na seleção do que se deseja conservar e manter como nacional, sem acréscimos de dados que o elemento estrangeiro pode trazer. Para tanto, conhecer o que se deseja e o que deve ser repellido na sociedade é o ponto de partida do autor para colocar em questão o processo de marginalização e nisso torna-se indispensável recorrer aos *contatos* de diferentes culturas e vertentes de hábitos que podem reclamar conflitos para si, no seu grupo e nos demais, perante valores que se apresentam dominantes no sistema social. É através dos hábitos, crenças, costumes, usos e conhecimentos em que se baseiam a vida e o

²⁶ Ver Renato Ortiz (2012); Já foi citado Gilberto Freyre e outra obra do autor é *Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira*.

funcionamento dos sistemas que Willems analisa as possibilidades de conflitos oriundos da heterogeneidade dos padrões culturais em contato. Sua região de análise empírica é o sul do Brasil e constata que apenas nesse fragmento territorial brasileiro as diversidades culturais são acentuadas, o que reforça seu pensamento de que é inviável manter ou forjar uma identidade nacional baseada num “padrão” cultural homogêneo e que o homem é, acima de tudo, dinâmico e variável com sua cultura em relação ao meio.

A igualdade e necessidades do ser humano lhe conferem a identidade que pode ser variável conforme os contatos e o ambiente em que se encontra formando modos, crenças e formas de agir com algumas particularidades, mas a essência é sempre a mesma porque lhe é humana e varia com elas. Haveria, portanto, um movimento universal de formação identitária, porque se constrói numa relação sociohistórica. Nesse sentido, os contatos são fundamentais, porque o são historicamente imanescentes ao ser humano e o que importa para Willems, antes de qualquer identidade nacional, é a identidade que humaniza o homem. É mais ou menos nesse sentido que se formam as culturas e, devido à capacidade do ser humano em se comunicar através dos tempos, essa identidade que humaniza se mantém, se ressignifica e sofre alterações por inúmeros fatores aos quais a humanidade está sujeita, por viver em um mundo dinâmico e permeado de instituições sociáveis, como na concepção de Cuche (1999), o homem é uma produção histórica. Contudo, para Willems, as necessidades e as semelhanças das instituições não pretendem negar as dificuldades que podem advir da diferenciação nas maneiras de satisfazer tais necessidades e de criar e manter as instituições. Referencia, ainda, o autor, a plasticidade social do homem europeu que, no passado e em tempos atuais, aproximou bastante os tipos culturais anteriormente diferenciados aumentados por uma série de reajustamentos sociais inconcebíveis em épocas anteriores (WILLEMS 1940, p. 22-23). Quer dizer que, ao passo que, em vários níveis sociais, é possível aperceber-se mudanças que aproximam e distanciam grupos com culturas diferentes nas interações sociais, já não são possíveis no quesito das marcas raciais aparentes, como a cor da pele e demais traços físicos exclusivos de um fenótipo e meio. Estes aspectos se apresentam como verdadeiro entrave para a assimilação e uma porta de entrada para o processo da marginalização.

Como se pode perceber, para o autor o aspecto social e cultural é intrinsecamente íntimo e dinâmico e tem-se perpetuado ao longo dos tempos e da história dos povos e se relacionam ao seu *habitus* e meio. Entre os fatores determinantes da assimilação, Willems recorre ao meio originário do emigrado com aspectos sociais e culturais diversificados. Esse apanhado vem ao encontro da defesa da identidade humana que traceja os modos de agir,

pensar, viver e sentir dos imigrantes e como se adaptam e se acomodam com a bagagem do velho e abandonado meio em contraste com o novo.

O meio abandonado seria o acionador para a compreensão dos indivíduos marginalizados, porque o comportamento dos indivíduos num grupo e sociedade estaria sujeito a condicionamentos da natureza do tipo biológico, histórico, sociais e culturais. Para o autor interessam, sobretudo, os condicionantes sociais, históricos, culturais e psicológicos que se inserem nessa interação, a visão de mundo de uma cultura que organiza o mundo material e humano em sua totalidade significativa. Sua expressão humana explicita e interioriza os hábitos e estes se manifestam culturalmente, pois no modo como se dão as interações está o dinamismo das relações culturais e sociais de tal mundo. Nesse sentido, entende-se que, para Willems, o ser humano é produto não somente da natureza mas também da cultura de modo interligado, no qual a vivência, o lugar de nascimento, crescimento e demais experiências vividas representam seu meio de origem. Isso faz do indivíduo um herdeiro da cultura concreta da natureza e também mental, porque está inserido num tempo-espaco sujeito à diversidade e às trocas. Assim, o sujeito não está isento de viver um num anacronismo no tempo, pois se relaciona de forma imediatista com o meio natural e está preso a uma tradição “campônia”.

Nesse sentido, Willems considera a ideia de tempo desse sujeito a partir do conjunto de fatores históricos e socioculturais que condicionaram as atitudes comportamentais do indivíduo, seja no antigo e no novo meio. O mundo e a cultura que o ser humano percebe não são, simplesmente, o mundo “em si”. Ou seja, que é estruturado e classificado pela ação culturalmente adquirida e sociabilizada nas interações sociais. Nessa recíproca do ambiente social em que o indivíduo está inserido e pratica sua ação, já está sujeito a se condicionar às regras sociais que orientam o relacionamento com os demais membros da sociedade, geralmente através das instituições. O erro cronológico consiste em atribuir a esse sujeito as ideias, sentimentos, costumes de uma época que não lhe pertencem mais como aqueles do antigo meio. Eles jamais estão acumulados “em si” no indivíduo como o eram, mas este pode se ressentir e viver, ainda que inconscientemente, determinados costumes que um dia o foram assim, ou seja, o estreito controle racional é falho e se prende a mentalidades que tendem a se reproduzir porque “sempre fizeram assim”.

Convém, dessa maneira, expor ao estudo as fronteiras artificiais²⁷ que a Alemanha teve por muito tempo e o fato dos imigrantes terem, em sua maioria, emigrado antes mesmo

²⁷ O próprio autor busca referências quanto a esse termo na obra *The Group Mind*, do psicólogo inglês William McDougall. As fronteiras seriam arbitrarias e artificiais devido à falta de divisas naturais e às consequentes

da unificação. O que se observa é que as terras que formavam a Germânia eram praticamente rurais, formando o meio rural da Europa central e daí sobrevém o fato da maioria deles serem campônios e, assim, se identificarem com sua ordem existencial nas relações com o meio local em que se encontravam (WILLEMS, 1940, p. 27). Nessa afirmação, seguem-se observações quanto ao modo de vida desses imigrantes e a estabilidade da sociedade rural, estabilidade esta que provém dos ciclos e permanência com a natureza. Esta se integra às relações do homem e a sua vida, o que o faz esse indivíduo sentir e se identificar com forte afinho e interesse pelo local. Para o autor, tudo na sua vida se afigura ao seu ambiente físico e somam-se algumas características a esse estilo rural de viver como a rigidez dos costumes dosada com certa irracionalidade, controle racional, impulsos do subconsciente e um fidedigno horizonte cultural estreito. O indivíduo responde e age ao meio na mesma via em que percebe, sente e pensa os estímulos que lhe são próprios e intrincados na sua relação cultura-cultura-natureza. Observa-se que, com isso, Willems se aproxima de uma abordagem sobre a personalidade básica do indivíduo que permite analisar a evolução interna da cultura. Neste caso do ambiente rural ela é lenta, mas existe.

Portanto, entre os fatores históricos condicionantes do indivíduo está a questão desse ser emigrado da Europa flutuar entre fronteiras artificiais, de modo que não está ligado nacionalmente a uma pátria. O sentimento nacional alemão é forjado após a unificação alemã e, até esse momento, as circunstâncias a que o indivíduo estava identificado não eram nacionais e sim puramente regionais e locais por intermédio da sua expressão de vivência no mundo. Tão logo, para o autor, esse ser é compreendido dentro do seu próprio signo e os significantes que se colocavam a ele eram, antes de tudo, a sua identidade cultural humana ligada aos subníveis institucionais com os quais estava em contato por meio da Igreja, da religião, da economia, do trabalho, da escola, da língua, etc.

O meio rural do emigrado se constituía basicamente de um microcosmo – sítio, animais, vegetação, paisagem, ciclos naturais, família – bem diferente da situação do meio urbano formado por um macrocosmo espiritual acompanhado pelo aumento considerável de trocas e fluxos frequentes de contatos com diferentes pessoas, culturas e convergência de atividades e interesses. Além de esses emigrados serem campônios, os motivos que os fazem deixar seu meio original são vários, os quais variam desde o econômico ao administrativo político, não faltando, é claro, a figura dos elementos desintegrados ou desarraigados,

flutuações ocorridas e o cruzamento e a mistura com outros povos. A Alemanha é um conceito menos definido do que a Grã-Bretanha ou França. Seus limites se fizeram pela condição antropogeográfica, por sua falta de limites naturais.

heterogêneos e aventureiros. Willems considerou que as propagandas intensivas das companhias de emigração reforçavam o interesse desses elementos em deixar seu país e contribuir para uma crescente mobilidade das populações com possibilidades ilimitadas na América. Isso se explica pelo fato de que a mobilidade incipiente na Alemanha contribuía com o desejo de emigrar por vários motivos de ordem jurídica-administrativa a econômica, além de ter se estabelecido em alguns lugares a “tradição em emigrar” e famílias com propriedades vendiam suas terras pelo fascínio das propagandas. Daí, a plasticidade e sentido de aventura que se firmava nas expectativas em relação ao novo meio (WILLEMS, 1940, p. 42-51).

Na leitura de Willems (1940, p. 40), até pelo menos a primeira metade do século XIX o campônio foi o elemento que emigrou em massa e vivia separado do meio urbano e, ao menos em parte, sua educação familiar e escolar era apenas rudimentar, senão inexistente. Estes indivíduos se apegaram ao torrão natal e seu estreito horizonte cultural coincidia com o natural, de forma a convergir com suas volições para o microcosmo da sociedade rural. Essa identidade se apresenta fundamental para o autor, pois traça um perfil psicossocial desse indivíduo que expressa nitidamente uma identidade humana voltada às suas necessidades imediatistas com o meio natural no qual exerce atividades repetitivas ligadas à natureza. Dessa maneira, Willems consegue chegar no condicionante psicológico que molda a personalidade do indivíduo rústico que transplanta seu meio e conduta para o novo espaço territorial e age neste, de acordo com seus comportamentos adquiridos mediante tal condicionantes.

Desgostosos com diversas circunstâncias problemáticas que se apresentavam na terra natal e, conforme mencionado acima, o desejo voluntário e incentivo das propagandas em emigrar, constitui o panorama desses elementos transplantados para o Brasil e outras partes da América com o anseio de trocar a velha ordem econômica e política por uma que se adaptasse às aspirações culturais individuais e coletivas numa expectativa futura, da qual poderiam apenas intervir com sua experiência humana.

Tal concepção sobre a personalidade que molda as condutas converge para a concepção das personalidades formuladas por Linton e Kardiner, que apontam para o modo como a personalidade básica reage sobre a cultura do grupo produzida por uma série de projeções que compensam as frustrações provocadas, de modo que causam a evolução da cultura. Nessa abordagem teórica, não se reduz a cultura ou o indivíduo a um determinado comportamento, mas a vários valores que podem coexistir. Cuche ainda descreve: “é preciso levar em conta a diversidade de status no interior de uma mesma sociedade. Nenhum

indivíduo pode sintetizar em si o conjunto de sua cultura de origem“ (CUCHE, 1999, p. 84). Isso significa que cada indivíduo toma para si o empréstimo da sua cultura, de modo a conformar o meio de acordo com sua ação e necessidade de intervenção, o que tornaria a assimilação dinâmica.

Nesse novo meio, os imigrantes estabeleceram três processos diferentes: biológicos, acomodativos e a assimilação propriamente dita. No entanto, para o autor, o estudo dos processos biológicos que a transplantação provocava no organismo do imigrante não podia fazer parte de um trabalho sociológico, mas as diferenças de alimentação a que estavam acostumados e a nova dieta que o meio proporcionou trouxe alguns desequilíbrios que não poderiam ser generalizados por serem casos transitórios ou mesmo isolados.

As dificuldades de aclimação com a alimentação, deficiência de recursos de higiene da época, desconhecimento de profilaxia, epidemias, falta de médicos, de medicamentos e a carência de gêneros de primeira necessidade compreendiam os recursos de adaptação ativa que se mostraram inferiores em comparação aos períodos posteriores dos imigrantes que vinham com maior instrução e melhor aparelhamento e encontraram condições materiais superiores à época das primeiras levas de colonização. Nesse caso, observa-se o direcionamento cultural que Willems deu ao processo de aclimação, distanciando seu pensamento sociológico de uma linha evolutiva que progride em função do tempo e das gerações. Para ele, quanto maiores os contatos e trocas de experiências, maior o horizonte cultural que tal indivíduo teria para sua adaptação. Isso vem a constituir uma aptidão para a criação e inovação, na qual o indivíduo contribui para modificar sua cultura, mesmo que de maneira imperceptível para ele. Assim, Willems consegue empreender, em sua análise, de maneira bastante prudente, a nítida evolução da cultura no seu interior.²⁸

Para o autor, os processos acomodativos se organizam nas condições materiais do novo meio e à mudança da cultura material do imigrante. Willems considera essa mudança a mais profunda que o imigrante poderia ter, pois se estende desde os hábitos alimentícios a que estavam acostumados à construção de habitações que nem o material, o estilo e divisão foram emprestados do antigo meio, sem mencionar, ainda, a enorme distância que separava o estilo de viver das comunidades rurais da Alemanha e o que encontraram no Brasil. Naquela, os contatos eram ininterruptos e as relações vicinais desempenhavam um papel importante. As relações sociais eram frequentes na vida da comunidade, ao passo que no Brasil se observou

²⁸ Lembra-se que para o autor é imprescindível pensar essa dinamização das relações sob a ótica interacionista do meio rural e urbano diretamente proporcional aos contatos e trocas culturais diversificadas regem o movimento em grau lento ou rápido.

um controle social intermitente e uma reduzida intensidade da vida social. Tal mudança decorreu em função do isolamento dos sítios em relação ao centro urbano conduzido por um acomodamento que, por sua vez, ocorreu em virtude de fatores sociais e que contrariaram os inúmeros hábitos costumeiros do imigrante.

Os ajustamentos permeavam a acomodação do imigrante no terreno material e se interligavam aos processos biológicos de adaptação que, aliás, para o autor era uma questão de sobrevivência e processo instintivo ao ser humano. Esta noção é bem fundamentada por ele a fim de dar entendimento de que não compactua com uma ideia de adaptação passiva e sim ativa. Quer dizer, uma adaptação é, para Willems, um processo que não deixa de ser assimilatório; logo, é ativo, porque é dinâmico, ou seja, resulta também de um aperfeiçoamento cultural, ao contraponto que uma adaptação meramente passiva estaria atrelada apenas ao campo biológico. Portanto, é um processo mais complexo que envolveria a ação cultural, de modo que não estaria reduzido na sua totalidade. Para ele, mudanças biológicas tem a ver com necessidades de adaptação ligadas à sobrevivência, enquanto os aspectos e processos acomodativos com mudança material, econômica e cultural são inerentes às necessidades de ação nesse meio e na cultura do indivíduo.

Ao prosseguir nessa noção sobre a acomodação e adaptação, o autor concebe ao indivíduo uma posição de dinamicidade no mundo, um ser dinâmico que intervém no mundo por meio de suas ações que, por conseguinte, transformam sua cultura e o meio, por isso a consideração de que “toda adaptação é essencialmente dinâmica” (WILLEMS, p. 70). Nesse sentido, Willems direciona declaradamente uma crítica ao intelectual brasileiro Oliveira Vianna que, em *Raça e Assimilação* (1934), escreveu que biologicamente os imigrantes europeus fixados nos trópicos seriam organismos em crise de adaptação, ainda que mais perto da “adaptação final” que seus ancestrais imigrantes (WILLEMS, p. 70). Willems não condiz com tal afirmação, pois na sua abordagem não concebe a adaptação relacionada exclusivamente a noções biológicas e raciais, muito menos que tal processo seguiria progredindo numa linha evolutiva linear ou ainda que ele utilize certas expressões linguísticas derivadas de teorias culturalistas da evolução conforme se sucederiam as gerações. Para ele, Vianna estaria condicionado a uma ideia passiva do processo adaptativo no sentido biológico-racial.

Tão logo, a adaptação revela-se dinâmica e proporcional aos contatos que os imigrantes conseguem estabelecer e evitar, dessa forma, uma depauperação material. Esses processos de acomodação e adaptação se ligariam bastante em função do ambiente físico, mas não quer dizer que haveria uma separação entre a adaptação e a assimilação, uma vez que

convergem para o terreno cultural. Willems ressalta que mesmo os núcleos que estavam isolados conseguiram manter uma relação de simbiose social-econômica na qual predominou o aspecto econômico, mas sem ausência de uma transmissão cultural e espiritual, como ocorreu com grande parte dos termos portugueses que foram introduzidos para sempre nos dialetos alemães (WILLEMS, p. 73-74). Ou seja, embora tenha variações na língua, a linguagem não deixa de estar inserida num mundo no qual os signos representam uma linguagem universal.

No Brasil, a assimilação e a segregação originária dos imigrantes ocorreram exclusivamente em virtude do fator espacial. Se não houve aproximação, essa razão devia ser analisada e Willems a fez cuidadosamente. Perante o estudo das condições da assimilação estaria o fator espacial que alocou muitos núcleos afastados de grandes centros e com restritos contatos sociais. Ou seja, o fator espacial é, para Willems, um propulsor condicionante que opera os comportamentos do indivíduo num movimento centrípeto. O indivíduo acabaria se identificando com seu local e seus valores sem maiores abstrações sociais e culturais, pois o mundo se afigura segundo seus hábitos que lhe eram base para a medida de valores universais. O isolamento sujeitaria esses elementos a manter uma vida própria e, ao mesmo tempo, os condicionava a uma situação marginal dupla. À sua condição de campônio com uma visão imediatista de seu meio associada com estreito horizonte cultural, agrega-se a carência dos contatos sociais.

O bilinguismo que misturou diferentes dialetos nas famílias e a designação do termo “teuto-brasileiro” não deixam de ser confusos, pois abrangem a descendência étnica e a marginalidade cultural. O uso restrito da língua portuguesa revela um traço de marginalidade, de não-assimilado, daquele indivíduo, família ou grupo que não estabeleceu vínculos e trocas frequentes com a população nativa e que apresentou uma diferença pronunciada do seu horizonte cultural. Prendia-se ao local, à sua região e costume que foi interpretado, muitas vezes, como resistência ou um suposto “perigo” quando residem “imagens” do imigrante e mais acentuada quando este é inculto. Ou seja, não é a nação o horizonte ou o fundamento de sua identidade.

As regiões onde se estabeleceram os núcleos coloniais apresentavam suas diversidades. Tal heterogeneidade dessas populações representou, antes de tudo, uma falta de unidade para compor uma nação. Para Willems, ainda que se falasse em hábitos comuns e pouco variáveis, sempre está explícita, em sua análise, a heterogeneidade/pluralidade desses grupos coloniais, pois os alemães provenientes de regiões diferentes, do norte ao sul na sua composição de núcleos coloniais no Brasil, eram portadores e fornecedores exclusivamente da

matéria-prima humana. Atesta-se isso na afirmação do autor: "só quem conhece as diferenças regionais entre camponeses europeus pode avaliar o alcance desses caldeamentos" (WILLEMS, 1940, p. 86). O isolamento que esses elementos viveram nos núcleos coloniais sulinos foi de ordem dupla, ou seja, houve privação de contatos e relações com a sociedade de origem e a ausência de relações com a sociedade adotiva. Para Willems ((1940), todos os prós e contras quanto à capacidade de assimilação do imigrante alemão são inteiramente falhos enquanto não for considerado o fator isolamento e, sobretudo, a penetração social e cultural lenta. A pessoa só pode mudar em função do meio em que ela se encontra e a mentalidade do imigrante se mostra móvel nesse quesito. A mudança de um fator cultural implica a mudança direta ou indireta de outros como a mentalidade e esta não é estacionária "em si", pois sofre influência do meio social e cultural que o indivíduo cria. Dessa maneira, o contato dos grupos de cultura diferentes leva à comparação e avaliação recíproca de seus valores sociais usando a sua cultura como padrão. Todo grupo se alimenta de uma atitude axiológica de aprovação espontânea e geralmente inacessível à autocrítica com relação a seus valores sociais. A consequência dessas atitudes se traduz no etnocentrismo desses grupos a que Willems denomina tendência de insinuar os padrões da cultura própria como medida universal de valor.

3.2. A TEORIA E APLICAÇÃO DO MÉTODO NA INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE A ASSIMILAÇÃO, A CULTURA, A IMIGRAÇÃO E O "HOMEM MARGINAL"

A obra de Willems (1940, p. 15), como se viu, passa pela compreensão da assimilação que "é, portanto, fusão cultural e, como tal, afiliação espiritual e afetiva", da cultura – ainda que esta não seja explorada sistematicamente na obra, mas encontra-se intimamente relacionada à definição de assimilação –, do processo imigratório, da relação entre as duas ou mais culturas em contato e da transmissão do conteúdo cultural e seu papel dentro da sociedade. O sociólogo direcionou seus esforços intelectuais para entender o papel do meio – que consistia no antigo meio abandonado e o novo no sentido das zonas de contato e a relação urbana e rural – como espaço capaz de concentrar inúmeras manifestações culturais caracterizando a heterogeneidade das sociedades; portanto, profícua a análise desse processo tão complexo em países e zonas de deslocamento humano.

A cultura, para Willems, se aproximava bastante da teoria de R. Park, que consistia na observação dos hábitos em indivíduos que se tornavam costumeiros e convencionais, sendo aceitos nas comunidades. A isso, Willems (1940, p. 40) interpretou ser de uma ordem

centrípeta nas comunidades rurais e centrífugas nas comunidades urbanas, devido ao cosmopolitismo das relações. Os contatos se tornaram uma categoria indispensável para entender o ambiente e o sentido das ações e volições dos indivíduos no grupo, bem como as reações sociopsíquicas. Considerou, também, a transmissão outro fator cogente à cultura, uma vez que os hábitos individuais se consolidam como cultura não quando são apenas aceitos, mas também quando passam a ser transmitidos pelas gerações. Quanto à transmissão, o autor entendia que a cultura não seria possível numa concepção de “transplantação”²⁹, mas apenas “difundível”. Embora o autor não tenha utilizado necessariamente o termo difusão, foi possível interpretá-lo pelo fenômeno da assimilação que a transmissão implicaria na quebra do todo significante cultural. Uma vez que o que seria absorvido durante o processo, haveriam traços culturais que seriam selecionados, eliminados ou somados conforme o contexto relacional no qual se encontrava a sociedade. Assim, a difusão não poderia ser mera transmissão porque o traço transmitido seria necessariamente transformado e recriado. Willems concebeu, a partir de essas observações, informar o quanto a cultura e sua transmissão estavam diretamente ligadas à interação e os dados culturais trazidos pelos imigrantes. Pressupôs que, na cultura original, tais traços culturais estiveram sob um determinado contexto histórico de existência e, conseqüentemente, na sociedade que os acolhe outros traços se somaram ao processo dialético, revelando uma relação de interdependência entre eles que seria incompatível com uma ideia de transmissão “pura”. Assim, entende-se que o indivíduo não é concebido pelo autor como um mero depositário e herdeiro de uma cultura estática e cumulativa, porque aquele adquire sua cultura no meio, pelo convívio, trocas de experiência e pela necessidade de satisfazer reajustamentos na sua cultura, quer pela recriação³⁰ e manutenção de instituições ou categorias que informam a sua particularidade por meio da linguagem e seus significados. Tão logo, refuta nessa teoria qualquer possibilidade de transplantação de culturas e sociedades. Nas palavras de Willems, “a migração foi, ao mesmo tempo, dispersão. Não houve, como já foi dito, transplantação de comunidades

²⁹ A ideia de transplantação cultural é refutada na obra inteira, pois o autor trabalha com uma concepção dinâmica da cultura. Este termo também é refutado no sentido dos processos biológicos, como atesta na seguinte passagem: “O estudo dos processos biológicos que a transplantação provoca no organismo do imigrante não pode fazer parte de um trabalho sociológico.” (WILLEMS, 1940, p. 62).

³⁰ Nesse processo, pode-se identificar os fenômenos com os quais o autor trabalhou de modo a serem concernentes nas relações com o novo meio e que foram abordados no segundo capítulo. Trata-se dos processos que precedem a assimilação: adaptação (no que se refere aos processos biológicos como mudanças alimentares, hábitos de higiene e sobrevivência), acomodação (mudanças impostas pelas condições materiais do novo meio) e a simbiose (estabelecida no campo socioeconômico como forma de coexistência de populações de origem diversa)

inteiras. Quase todas as colônias fundadas por imigrantes germânicos se compõem de elementos étnicos diversos” (WILLEMS, 1940, p. 86).

O autor também aborda a noção de mobilidade como meio de lidar com a ordem socioeconômica vigente. Explica que o fato do imigrante processar a ideia de emigrar gera expectativas quanto ao novo mundo em que irá se inserir e configura a mentalidade de sua forma organizacional de família, de trabalho e economia. Nesse sentido, o meio está na discussão da obra, no qual a cidade estaria inserida no centro de mudanças sociais que se efetivam mais rapidamente do que em zonas rurais. Tão logo, em uma sociedade marcada pela lenta mobilidade, seria normal haver maior consolidação de hábitos costumeiros³¹, conservando a estrutura funcional de costumes.

Também pode-se inferir ao pensamento de Willems (1940) que este considera as sociedades com culturas singulares próprias de um grupo que compartilha crenças e valores comuns. Estes grupos particulares se inserem numa rede nacional enquanto aquela sociedade dominante que consistiria numa referência às ideias de territorialidade (nação) e de união remetente a trocas e comércio. Nessa perspectiva, os imigrantes e descendentes conseguiram manter uma relação simbiótica de comércio e trocas; contudo, as particularidades culturais se mantiveram reservadas (WILLEMS, 1940, p. 63). A sociedade nacional se apresentava complexa na composição e absorção de grupos étnicos estrangeiros e “estranhos” ao seu ethos, através da dominação/subordinação destes e da secularização de suas crenças e religiões que fazem parte dos axiomas da vida humana, impondo, assim, um domínio de uma ordem econômica que nem sempre se estendeu à vida social e cultural propriamente dita. Assim se expressou o autor (1940, p. 73):

No caso brasileiro, porém, a segregação originária dos imigrantes ocorreu exclusivamente em virtude do fator espacial. Se o imigrante não se aproxima das famílias, escolas e igrejas do elemento nativo, a razão deve ser procurada, principalmente, no isolamento das populações adventícias e na inexistência de meios de comunicação. Nas relações simbióticas predominava o intercâmbio econômico.

Dessa forma, Willems destacou, também, que a organização econômica seria de ordem interna ao grupo coletivo se ajustando ao macro território nacional; portanto o teuto-brasileiro conseguiu integrar-se a esse nível econômico, ainda que sob condições difíceis, muitas vezes,

³¹ O autor, em entrevistas com colonos, descreve que as respostas dadas pelos mesmos quanto a costumes e formas de organizar determinadas atividades iam no sentido de congelar costumes no tempo e responder “que sempre se fez assim”. O sentido de tais ações é compreensível ao autor, pois se situam numa esfera rural, na qual a ordem das atividades cotidianas obedece muito mais às transformações da natureza pela afinidade desse indivíduo para com o solo na sua ordem existencial.

em virtude do isolamento relativo em que viviam e pelas mentalidades³² divergentes quanto a orientação econômica da sociedade lusa e alemã, sobretudo aos imigrantes protestantes. Nada obstante afirmar que o predomínio do intercâmbio econômico não implicou determinismos na teoria culturalista de Willems, pois sua percepção relativista concedeu lugar à análise e observação de que “tais contatos não se efetuavam sem nenhuma transmissão cultural [...] Não faltam, também, exemplos de transmissão espiritual: grande parte dos termos portugueses [...] se introduziram para sempre, nos dialetos alemães falados pelos colonos” (1940, p. 73-74). O sociólogo também toma a mentalidade capitalista como fator de progresso para o imigrante. Contudo, fez a ressalva de que as formas de organização funcional das culturas advindas da imigração podem gerar conflitos culturais decorrentes de trocas e de imposição de valores. Assim, não defende a estabilidade do grupo que a sofre, pois ele se re-ajusta na nova condição de acordo com suas exigências e o conflito faria parte mesma do processo social e cultural dos indivíduos e grupos no sentido de preceder a assimilação. Mais uma vez nota-se, nesse sentido, que o autor demonstrou interdependência cultural nas categorias institucionais e que a cultura varia sensivelmente ao meio em que o indivíduo se encontra.

Destarte, numa imigração é rompida a estabilidade que o indivíduo mantinha em relação ao antigo meio. Decorre que, nesse processo migratório, a emancipação do indivíduo têm de ser re-criada. Assim, livre dos laços que o prendiam à estrutura das antigas tradições e costumes até ser reintegrado a nova ordem e meio, o indivíduo sofre os efeitos da assimilação e a secularização de relações anteriormente constituídas. O meio urbano teria, assim, papel essencial devido à sua concentração de movimentos migratórios e de relações de comércio, inter-raciais e interculturais, um efeito cosmopolita sobre o *horizonte cultural* do indivíduo. Nela, a cultura tornar-se-ia mais dinâmica, ao passo que nas zonas rurais a estabilidade das relações encontraria no meio físico a estabilidade da vida, em que, sem muitas experiências e trocas com outras etnias produziriam uma mentalidade estreita em relação ao outro grupo étnico que não compartilhasse seus valores.

São esses aspectos que Willems (1940, p. 79) analisou no fenômeno da assimilação, uma vez que seu propósito era mais modesto e uma compreensão ampla do processo para com a população de origem germânica ultrapassaria a capacidade de trabalho para um só indivíduo, sendo necessário o estudo de cada núcleo de imigração. É no sentido da

³² Na compreensão do processo de assimilação, Willems insistiu no conceito de mentalidades no seu aspecto social, ou seja, compreendida assim ela constitui o conjunto de atitudes decorrentes de determinadas representações coletivas. Isso porque a sociedade explica a existência dos indivíduos e estes, por si só, não se afiguram com força o suficiente para mudar as representações, portanto, estas se ligam funcionalmente às mudanças ao/do meio ambiente.

emancipação do indivíduo que imigrou que o autor concebe a pessoa do *homem marginal*, o indivíduo emancipado de uma cultura e não totalmente integrado em outra. Oscila e suspende entre duas culturas, dois modos de vida diferentes que levariam o homem marginal a um estado de angústia moral gerado por um conflito com perturbações internas. Desse modo, o próprio termo teuto-brasileiro estaria para com uma definição confusa e marginal para o autor, pois abrangia “indistintamente a descendência étnica e a marginalidade cultural, fatos esses que, em inúmeros casos não coincidem” (WILLEMS, 1940, p. 78).

Os problemas de assimilação convergem, portanto, para os aspectos sociais e culturais que, muitas vezes, não se orientam no mesmo caminho. O que se percebe, então, é que a cultura e os contatos merecem uma atenção cuidadosa ao se tratar dos problemas de assimilação, uma vez que, no Brasil, estes se revelaram muito mais em face aos aspectos raciais enquanto marcas físicas de uma etnia a que o autor apontou como o perigo que reside nas imagens desiderativas do imigrante, principalmente ao “inculto”, que seria o campônio (WILLEMS, 1940, p. 79). Aquele que residia nas zonas rurais e mantém sua organização social voltada para a cultura originária, a qual soma traços culturais da sociedade adotiva conforme convém para satisfazer as suas necessidades, permitindo, assim, uma assimilação lenta. Pois a cultura evoluía para este indivíduo conforme as necessidades do meio no seu ambiente; este seria o principal alvo dessas imagens e estereótipos difundidos na sociedade, a quem se caracterizou como um “perigo” e “inassimiláveis” ao novo meio.

Tem-se, assim, que, sociologicamente, o hífen que liga esses sujeitos ou mesmo lhes denomina, apresentando o vínculo que relaciona tais sujeitos à cultura originária, ou melhor, a que Willems chama de conservação de certos traços culturais (1940, p. 78). Além da conservação desses traços e marcas raciais, seriam brasileiros como os demais. Logo, a designação *teuto-brasileiro* seria tão inexpressiva como o luso-brasileiro, por serem obviamente brasileiros nascidos no Brasil. Fora isso, formam uma unidade nacional, porém a cultura orienta os indivíduos a se agrupar e compartilhar dos mesmos significados, que são inteligíveis no interior do grupo ao qual pertencem. Portanto, a obra de Willems pode ser situada num modo de compreender, através do interacionismo simbólico, as diversidades que compõem a nação brasileira e como tais culturas particulares se organizaram nesse novo espaço que passaram a integrar, espaço este que, para alguns indivíduos, representou a continuidade de alguns dos muitos traços de uma cultura em que o imigrante não teve mais contato como tal. Uma vez abandonada ao antigo meio, apenas poderia ser reajustada no local em que se encontrava. Em se tratando de uma comunhão no campo afetivo e espiritual, a

nação estava neles através da cultura e na re-criação das instituições. Nesse ponto, as variações de uma cultura a outra puderam apresentar dificuldades de assimilação.

Ainda sobre a vinculação cultural e racial, os estereótipos ou representações coletivas puderam exercer funções negativas ou positivas para a assimilação dos imigrantes. Se para o autor as ideias inerentes à religião, economia e família são capazes de informar um conjunto de significados, estes devem ser interpretados nesse processo e, ainda, somadas às dificuldades advindas ao problema da assimilação nos anos 1930, quando se almejava a criação de sentimento nacionalista no Brasil sob uma integração efetiva. Diante de tal perspectiva, realmente o assunto assimilação se tornava um problema racial para Willems. Não que compactuasse com teorias racialistas, mas reconheceu que a função dos estereótipos exerceu uma força desconcertante ao processo de assimilação dos estrangeiros que, somados aos obstáculos imediatos do isolamento e privação de contatos, contribuiu bastante para a conservação de alguns traços que os vinculavam ao antigo meio. Quando não muito, desencadeavam conflitos como manifestação de ressentimentos. Esse conjunto de aspectos e reações representou, para o autor, uma penetração social e cultural lenta num contexto político efervescente que manifestou na obra “na confusão atualmente reinante, tão ao agrado de certas pessoas que se referem vagamente às vantagens ou ao perigo que os 500.000 “alemães” do Rio Grande do Sul constituem para o Brasil, não nos parece supérfluo lembrar tais diferenças fundamentais” (WILLEMS, 1940, p. 78-79). Essas diferenças fundamentais representam, na sua sociologia, o parcial divórcio cultural do imigrante em relação ao velho meio. Notadamente, ao colono germânico que ao se instalar no Brasil e privar-se de uma série de contatos sociais do antigo e novo meio somados a decepções e frustrações neste, não demorou a desencadear reações sociopsíquicas que, muitas vezes, o levou a conflitos mentais “comuns entre imigrantes, mormente os “incultos” e rústicos que mais apegados vivem aos costumes e às tradições da sua terra” (WILLEMS, 1940, p. 83).

Mais do que definir, Emílio Willems compreendeu a hifenização do sujeito imigrante e descendente de alemães no contexto do nacionalismo em que o Brasil estava mergulhado. Entende-se que ele conseguiu interpretar, por meio da teoria interacionista, o que informavam aquelas relações estabelecidas numa rede de significados comuns a uma comunidade, na qual o teuto-brasileiro representou aquele ser que estava divorciado do antigo meio e costumes. O modo como os sujeitos reagiam diferentemente frente a contatos e culturas heterogêneas, as combinações diversas eram possíveis num mundo permeado de ações e sentidos humanos. Não havia uma regra para a assimilação, já que esta era sentida e se apresentava de formas diferentes pelos indivíduos e grupo devido a um conjunto social relativo ao contexto

imigratório e da assimilação. A cultura, na sua transmissão e dinâmica no tempo, informou, para o autor, diferenças quanto ao lugar espacial e geográfico no qual os indivíduos se encontravam. O meio apresentou as variáveis formas em que os grupos se organizam.

O tema das relações raciais foi extremamente relevante dentro do trabalho de Willems, tendo como referência teórica o homem marginal de Robert Park, um dos principais expoentes da Escola de Chicago e da sociologia norte-americana. Para o autor, as relações raciais tendiam a ficar evidentes quando havia o entendimento do próprio ser humano como *racialmente* diferente. Em outras palavras, as relações raciais seriam aquelas não entre seres de raças diferentes, mas entre seres que se enxergavam como de *raças* diferentes. Para tanto, Willems se baseou na teoria da consciência “dupla” e dos estereótipos que se sedimentavam na psique dos indivíduos. Com os conflitos e os ressentimentos, a pessoa se sentia inferior à outra cultura. Em impulsos do subconsciente, o indivíduo reagiria emocionalmente a defender suas atitudes, atitudes estas que o autor considerou sintomas de marginalidade cultural. Logo, quanto mais as relações sociais explicitassem tais diferenças “raciais”, maior era a probabilidade de existir uma “relação racial” e, muito provavelmente, um problema racial. E como tal, contornava um problema no processo de assimilação.

Para Willems, a imigração tinha como efeito óbvio o contato entre diferentes culturas e raças. Esse contato seria problemático a depender do nível de reconhecimento de diferenças entre os próprios indivíduos. Segundo ele, as relações raciais passariam por fases como aproximação, contato, acomodação, adaptação e (ocasional) assimilação. No caso de essas fases não ocorrerem gradualmente, devido a fatores que dificultassem a aproximação, como tal a assimilação seria mal sucedida. Na análise de tais entraves perante à assimilação, considerou importante a ordem do isolamento em que viviam muitos núcleos de imigração até aquele momento da política nacional. A ausência ou raras vias de comunicação “reforçava os efeitos isolantes da localização geográfica dos núcleos” (WILLEMS, 1940, p. 85). Esse ciclo de fases para a assimilação, embora pudesse ser obstaculizado com restrições ao processo, não poderia ser contido e seria irreversível uma vez consolidado o contato com um novo meio. É de ordem plausível lembrar que o fator isolamento, ainda que fosse relevante na análise do autor, não seja determinante, pois ele é uma variável que se apresenta na forma de transmitir e comunicar a cultura. Como já visto em capítulo anterior e re-afirmado acima, a cultura era concebida de natureza dinâmica na obra de Willems, de tal modo que ele permite a condição desta de se re-criar em novo meio, permitindo ao indivíduo criar seu ambiente. Tais permanências de traços que se mantinham costumeiros no tempo geralmente estavam presentes nas comunidades de colonos.

Para o autor, o homem do campo ultrapassava qualquer ideia de horizonte nacional, pois estava antes preso a terra, ou seja, a um lugar comum, aos costumes locais. A sua consciência se limitava naquele mundo existencial, no qual as condições favoreciam a mudança da cultura no seu interior. A re-significação de novos hábitos no novo meio e que admite em sua teoria que a cultura sofre mudanças de ordem externa e interna pode ser atestada na seguinte passagem:

O ressentimento que vai formando, desta maneira, no colono, deposita não raro, sedimentos até na estrutura psíquica dos filhos. Verdade é que os conflitos eram antes mentais do que sociais, pois o colono germânico poucos contatos tinha com o meio social. O isolamento dos núcleos rurais e também urbanos era quase completo. [...] A falta de contatos sociais com a população nativa deve ser considerada como uma das características mais acentuadas das colônias germânicas do Brasil meridional. Se as condições eram, sem dúvida, inteiramente desfavoráveis à assimilação, elas eram propícias, no entanto, à formação de uma sociedade nova e perfeitamente distinta do meio social “metropolitano” (WILLEMS, 1940, p. 85).

A sociologia de Willems fornece uma teoria a fim de descrever o conjunto de pessoas que, por razões sociais, raciais, étnicas ou culturais, se encontravam à margem de um grupo social dominante. Sua cultura, embora com raízes do antigo meio, não é para eles como o era antes. A cultura e seu significado simbólico não foram transplantados como tal “em si” e, sim, “para si”. Por isso, tal mundo de representações estaria no centro de uma difusão de novos traços num novo meio que apresenta condicionantes para estrutura psíquica ou mentalidade desses indivíduos. Para ele, nesse sentido,

Somente ao observador superficial as colônias teuto-brasileiras parecem aldeias transplantadas da longínqua Germânia para estas paragens sul-americanas. Não podemos deixar de apontar o erro crasso que vai nessas constatações peremptórias e grosseiras. Além dos fatores materiais, geográficos e demográficos, há outros de ordem sociopsíquica que contribuíram para a elaboração de algo que não pode ser confundido com uma sociedade europeia. A migração foi, ao mesmo tempo, dispersão (WILLEMS, 1940, p. 86).

A dispersão se associa a teoria do autor pela interpretação das sociedades com culturas particulares, bem como tais heterogeneidades das populações imigrantes alocadas no interior do Brasil se somam precárias vias de comunicação; este foi, para ele, mais do que outros fatores, “o próprio isolamento, a forma de nucleação ou colonização que influiu sobre a mentalidade das populações ádvenas. Tanto o indivíduo ou a família como também os próprios núcleos sofriam os efeitos do isolamento que era geográfico e social a um tempo” (WILLEMS, 1940, p. 86). Lentamente, após décadas sentidas de um isolamento “duplo”, segundo Willems, por privação do contato tanto da sociedade de origem como com a sociedade adotiva, tais núcleos eram penetrados por contatos de diversas naturezas, como: a

vinda de intelectuais alemães radicados das revoluções do final do século XIX, os quais exerceram a função de aproximar as populações interioranas para a política nacional; a expansão econômica de alguns núcleos teuto-brasileiros ia rompendo aos poucos o inicial isolamento e conhecendo o contato com a língua nacional; entre outros, a ação educacional desenvolvida pelos governos, pelas ordens religiosas e pelas iniciativas particulares (WILLEMS, 1940, p. 89-92).

A ressalva de Willems quanto a esse último aspecto foi no sentido que muito pouco se deveu a existência de políticas públicas na ação educacional na função de integrar esses imigrantes, uma vez que uma política pública de maior envergadura apenas teria se iniciado há poucos anos antes de sua pesquisa (WILLEMS, 1940, p. 92).

Para Willems, em função dos contatos exerceu-se uma atuação na mentalidade dos imigrantes interessando, sobretudo, o seu aspecto social. A sua teoria vincula essas atitudes decorrentes de representações coletivas porque a vida em sociedade permitia tais representações a influir na mentalidade. Logo, as mudanças que o indivíduo sofria se ligavam funcionalmente ao meio ambiente; daí as descobertas fundamentais da sociologia e psicologia de aculturação: “é sempre a pessoa inteira que muda em função das mudanças do mundo circundante” (WILLEMS, 1940, p. 94).

A *mudança* era uma categoria a que o autor considerou importante na alteração da mentalidade dos indivíduos; portanto, esta era móvel e poderia transformar a personalidade. Os contatos e as mudanças desempenhavam sua parcela nos conflitos culturais e mentais, pois das mudanças e choques culturais³³ estava situada a noção de homem marginal, emprestada, em parte de Stonequist (1935), e também, como visto acima, de R. Park. O homem marginal é um indivíduo cuja existência e vínculos são tais que ele toca duas ou muitas sociedades interpenetráveis, mas nas quais certas incompatibilidades tornariam difícil sua própria adaptação à uma ou a outra destas sociedades. Ele não pertencia, na verdade, a nenhum destes grupos e nem se sentia à vontade. Esta impressão de exclusão e de isolamento não era ressentida igualmente, nem da mesma maneira, nem pelas mesmas razões, por cada indivíduo, e nem se reproduzia necessariamente de maneira idêntica numa dada situação. Para ele, era uma questão de assimilação cultural incompleta numa destas sociedades ou nas duas, enquanto que outros intelectuais do País legitimavam a nacionalização envergada pelo Estado, para os quais se tratava menos de incompatibilidade cultural do que inassimiláveis. E que, em outros casos ainda, Willems dizia que atribuíam um estranhamento à existência de barreiras

³³ Na obra, o autor defende e sustenta a ideia de que houve um choque cultural brando no Brasil. Uma vez que este era basicamente rural, estas zonas amenizavam o estranhamento social e cultural.

externas denominados de “quistos étnicos”, aos quais a persistência de determinados lealismos e de certas atitudes inibidoras dessas populações representariam o perigo de não-integração bastante propícia ao momento efervescente da vida política no cenário brasileiro.

Ora, se a marginalidade não era sentida da mesma forma por todos os indivíduos, Willems dava abertura em sua teoria para as inúmeras possibilidades de comportamento. Para cada comportamento ou efeito, havia uma série de combinações possíveis para a reação de determinadas atitudes. Mais uma vez, o autor refuta qualquer possibilidade de enquadramento de um tipo social, nem nacional nem “teuto-brasileiro”, já que este era bastante heterogêneo nos núcleos de colonização da região sul.

Dessa forma, evidencia-se que o fator determinante que criava a personalidade marginal era o grau de diferença cultural, racial ou social que produzia um sentimento excessivo de inferioridade e de comparação recíproca, sentida de forma diferente pelos indivíduos. Conforme as situações, os “marginais” poderiam resolver seus problemas de diferentes maneiras: pela assimilação ao grupo dominante ou por uma identificação mais ou menos completa ao grupo que se encontravam. No primeiro caso, o problema poderia ser resolvido ao fim de certo tempo. No segundo caso, a identificação do indivíduo marginal ao grupo dependente poderia conduzir a um papel intermediário ou ainda a uma decisão nítida de se fechar num estreito grupo particular.

Não raro, estas duas últimas atitudes coexistiam e criavam um conflito numa oscilação possível entre o ressentimento e recalques diante de um ou outro grupo – tais sintomas eram sentidos tanto em relação ao grupo dominante que os acolhia, como a si mesmo. Para livrar-se desses sentimentos negativos, o caminho que seguiram foi, muitas vezes, o de se fechar em seu grupo de identificação como resposta a determinação dos juízos de valor coletivos que era um dos fatos fundamentais da vida social, bem como o caráter coercitivo dos juízos coletivos se patenteava no fato deles determinarem inclusive, a posição social daqueles que não os aceitavam (WILLEMS, 1940, p. 112). Sobre o poder coercitivo, ele escreveu: “Se um indivíduo continua a ser classificado de “alemão” embora não seja alemão, nem se considere como tal, somente em virtude de certas marcas raciais ou de um nome “arrevizado”, o fato ilustra o poder coercitivo da opinião coletiva” (WILLEMS, 1940, p. 112-113).

Na obra, ao que parece, Willems discute a questão da ambivalência das atitudes dessas populações. Daí a importância em abordar o perigo que ele considerou estar nas ideias que se formavam e eram emitidas sobre um grupo social cultural que não era situado no “equilíbrio de antagonismos” muito discutido e aceito no período. Willems trabalha no campo da sociologia a noção do homem marginal ao qual atribui o teuto-brasileiro. A questão a que

muitos partidários e membros executivos do Governo Vargas chamavam de “quistos étnicos” foi rebatida pelo autor na sua análise. Tratava-se de situar esse sintoma de marginalidade – que a princípio seria passageiro – desses indivíduos em relação ao restante do Brasil, já que as diferenças de colonização e tantas outras eram enfaticamente visíveis frente a campanha nacionalista que desejava criar um sentimento de nação.

Parece que, para o autor, tal sentimento aguçou ainda mais as diferenças culturais. Se no século XIX o termo era usado apenas para designar alguns alemães e descendentes que viviam no Brasil, no início do século XX o mesmo apresentou um caráter partidário, que o próprio Gilberto Freyre (2010) criticou por se tratar de um símbolo de lutas e resistência política que afrontava a cidadania brasileira. Em torno de uma manutenção de uma identidade cultural alemã que agravava a situação marginal dessas populações, alguns políticos e a imprensa teuto-brasileira difundiam esse sentimento, sobretudo nas comunidades rurais e centros semiurbanos, mais sensíveis à questão da assimilação.

No campo da representação das ideias e como coincidiam com a marginalidade cultural, o ressentimento e os estereótipos tiveram relevância na sua sociologia, pois tais representações ficaram nas ideias e nas imagens que eram incutidas dos imigrantes, ou mesmo de estrangeiros; no geral, pode ser observada pelo autor que, em determinados grupos sociais, a estigmatização fazia parte da mentalidade “lusa”. O autor abordou que o problema da assimilação existia e o campo próprio dessas observações se dava nos centros semiurbanos do Brasil meridional, porque naquele entre-lugar de vinculação à vida nacional se dava, antes de tudo, à vinculação com o local. O autor explica que a industrialização desses pequenos centros atraía profissionais e liberais de cidades vizinhas e basicamente uma migração de pessoas da roça à cidade, e apesar da “vida política tornar-se mais intensa e a necessidade de compreender a organização social e o funcionamento das instituições nacionais mais premente” (WILLEMS, 1940, p. 118), os contatos mais frequentes denotam as avaliações recíprocas dos padrões culturais que assim descreveu:

O etnocentrismo com seus preceitos radicados no subconsciente das populações influi, poderosamente, sobre a natureza das relações sociais que se vão estabelecendo. A reação natural, instintiva do indivíduo que se encontra em frente de um estranho de aspectos e costumes diferentes, que fala uma língua incompreensível, é de desconfiança. O outro não é somente estranho mas, ao mesmo tempo, suspeito e, não raro, inimigo. Em nosso caso, acresce mais isto: o brasileiro de descendência portuguesa se considera naturalmente “em casa”. Para ele, é uma verificação dolorosa encontrar “intrusos” que desenvolveram, despercebidos, uma vida social própria. Ele não está inclinado a reconhecê-los como “patrícios”. Essa atitude é natural e corresponde inteiramente ao que pode acontecer em outras sociedades e outros tempos. Posteriormente, é incrivelmente difícil alterar essa atitude. Blumenau, por exemplo, conservará, por muito tempo ainda, sua fama de cidade “alemã”, e o blumenauense, cujos antepassados imigraram no Brasil há cem

anos, continua sendo “alemão”. O não-reconhecimento, que parece derivar dessa atitude diferencial, não costuma afetar o indivíduo realmente assimilado (WILLEMS, 1940, p. 119).

Nesse sentido o autor faz uma citação referente a uma pessoa bem instruída e que integrava um cargo público, em que o caso acima era típico:

L. M., descendente de alemães, funcionário federal que havia residido em diversos Estados e não revelava mais traços germânicos, costumava gabar-se de seu puro “sangue alemão”. Não mostrava rancor a outras etnias apreciando e criticando-lhes o que considerava qualidades e defeitos. A mesma atitude, isenta de qualquer ressentimento, encontrei em numerosos indivíduos de descendência germânica mas completamente assimilados. Não pode deixar de ser assim, pois o ressentimento nasce de um estado psíquico do indivíduo, determinado pela marginalidade. Não me parece demais frisar, com insistência, que as observações subsequentes *não podem ser generalizadas indistintamente*. Não é a população de descendência germânica em sua totalidade, mas apenas certo número de indivíduos e grupos só parcialmente ajustados ao meio social, e *tipicamente aqueles em que a marginalidade social e cultural atingiu a fase aguda*. Onde a marginalidade aparece como situação coletiva, isto é, em certos núcleos de colonização teuta, as atitudes individuais são orientadas por um determinado estado da consciência coletiva. Esses grupos marginais desaprovados pela opinião pública que os critica, esporadicamente, sobretudo na imprensa e nas campanhas eleitorais, mantêm um atitude de oposição velada. O sentimento de inferioridade provém, de um lado, da impossibilidade de eles compreenderem certas atitudes típicas da sociedade brasileira, de outro lado, das críticas feitas por essa mesma sociedade. Mas, na sua própria situação social-econômica, os núcleos teuto-brasileiros encontram, quase sempre, uma compensação. Daí um ardente “patriotismo local”, uma superestimação muito acentuada do “progresso” realizado, uma espécie de bairrismo cultural com tendências manifestas de desprezar tudo quanto não conseguiu elevar-se ao mesmo nível. O ressentimento contra o “luso” aparece nas formas mais diversas” (1940, p. 119-121).

As aspas referentes ao termo luso no trecho acima apresentam no livro uma nota de rodapé, a qual o autor acrescenta que, nos estados sulinos, a população costumava a dividir-se a si mesma pela origem em lusos, teuto, ítalos etc. e que tal classificação não era compreendida por ele, o autor, a causar estranheza no resto do Brasil. Era evidente, assim, o sinal da distância que em zonas marginais separava os “teutos” e “lusos” e que carregadas de atitudes de um misto de desânimo, desconfianças, oposição e justificação em relação às exigências da assimilação (WILLEMS, 1940, p. 121).

Entende-se que fica claro, em sua teoria, que a marginalidade e consequentes atitudes de ambivalência³⁴ e ressentimentos não eram sentidas igualmente por todos indivíduos e nem exatamente em todos os centros de imigração e contato; portanto, o problema da assimilação existia, mas não atingia a todos da mesma forma, sendo que as ideias que se formavam a

³⁴ Esse termo foi emprestado de Kimball Young (1934), que destacou a ambivalência de ser simultânea a atração e a repulsão de um objeto, pessoa ou ação. Os hábitos seriam orientados por esses mesmos fatores e a ambivalência consiste num ódio e amor, de aceitação e desaprovação por outros, de ideias tidas como “verdadeiras” ou “falsas”.

respeito do “outro”, entendido como o imigrante ou o estrangeiro em terras brasileiras, desempenhavam um papel fundamental na dificuldade de aproximação de tipos “estranhos” que eles mesmos criavam mediante representações coletivas. A fase passageira da transitoriedade marginal dessas comunidades não se deu de forma igual.³⁵

³⁵ As ideias sobre as representações coletivas e /ou estereótipos, e os representantes desta é buscada por Willems para entender o processo de ambivalência das atitudes tanto dos imigrantes e descendentes como da população nativa, os “lusos” que na literatura consegue identificar que há resquícios de um comportamento xenófobo por trás da “hospitalidade do brasileiro”. Considerou que a xenofobia diminuía “para cima” e “para baixo”. Na classe mais culta considerada elite intelectual, a xenofobia era fraca, mesma constatação teve das classes rurais mais baixas no sul do Brasil. Assim, a xenofobia para Willems era um fenômeno visível da média e pequena burguesia das cidades. E a ideia que se tinha da imigração oscilavam entre dois pólos: ou se elogiava ou se condenava a imigração de determinadas etnias. Nessas atitudes de aceitação e repulsa aos padrões culturais brasileiros e germânicos apareciam em um grande número de exteriorizações que se costumavam objetivar e sedimentar na imprensa e em publicações (1940, p. 135-139).

CONCLUSÃO

Quando se toma contato com as fontes e a temática delimitada, sem dúvida, os textos permitem uma interpretação e exploração na qual, muitas vezes, a imaginação ultrapassa a prática da escrita. Daí é necessário delimitar esses pensamentos no espaço concedido ao desenvolvimento da prática. Nas fontes, o historiador se depara com um mundo a ser desvendado, mundo esse que também já fez parte de um tempo histórico de uma dada sociedade sob a luz da interpretação de um intelectual que tomou a palavra e rumou em sentido da busca de um conhecimento próprio para aquela. Assim se tecem as experiências humanas que norteiam o trabalho intelectual, sendo este indissociável do meio ao qual foi produzido.

Nesse sentido, nos contextos abarcados nos capítulos acima apresentados, pode-se inferir os subsídios metodológicos oferecidos por LaCapra (2012) como importantes ferramentas na compreensão do pensamento de Emílio Willems na obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940). Assim, sob a perspectiva dos contextos das teorias culturalistas que conseguiu-se relacionar com sua obra, não se observou um “atraso” no aprofundamento cultural da teoria sociológica e antropológica na sua leitura da assimilação dos imigrantes alemães no Brasil. O triunfo da teoria cultural nos anos 1930-40 estava para com os debates culturalistas que se apresentavam tanto na antropologia americana como na europeia. Emílio Willems, em sua “aventura” intelectual no Brasil, pensou a condição do assujeitamento desses imigrantes num novo meio, sem, com isso, traçar um objetivo político e ideológico para o país, tampouco traçar um perfil de identidade. Seu objetivo consistiu em pensar uma determinada situação num contexto amplo da assimilação que fez uso. Suas ideias transitaram naquilo que definiu com bastante teor teórico-metodológico que, por sua vez, não exprimiu rigidez aos conceitos, mas expressou a cautela mesma para com os conceitos utilizados no período na compreensão dos indivíduos pelas suas ações e sentidos. Como estes se relacionavam num conjunto de representação de grupos através das relações sociais e culturais, refutando resquícios raciais em suas teorias, conferiu a sensibilidade com que tratou do tema sob o viés do interacionismo dessas relações.

Esse tato sensível para com os comportamentos e ajustes de personalidade, típicas do imigrante, o revela aqui em seu pensamento sobre uma sociedade que foi por ele abordada em sua singularidade. Conseguiu compreender como se formavam e moviam as particularidades de uma dada sociedade. Elas foram compreendidas dentro do seu contexto histórico e eram pela transmissão da cultura pelos indivíduos, ou seja, como estes a internalizavam, assim

como há uma infinidade de diferenças sociais e culturais na sociedade – além de políticos, econômicos etc., - estas estavam imersas no sistema causal tão próximas da multiplicidade de comportamentos como estavam para as diferenças e divergências de grupos culturais. A cultura e sua transmissão por meio das categorias sociológicas – instituições do tipo: família, economia, trabalho, religião, educação entre outras – permitiram mais que explicar, mas interpretar as diferenças que se formavam nos grupos e na cultura, sobretudo, quando estavam suscetíveis a mudanças. Esta veio a ser um fator preponderante para pensar sua teoria da assimilação, pois assim como os indivíduos a sofrem, a cultura também, pois é parte dessa interação. O ser humano, na teoria de Willems, era apto para a criação e inovação do meio, fazendo deste, por meio da cultura, o seu ambiente. O seu lugar de pertencimento ao e no mundo refutou a estabilidade da cultura por meio da mudança e estímulos culturais bem como os contatos.

Willems abordou o imigrante alemão no tema assimilação, explorando as particularidades dos grupos culturais e concebendo a identidade humana enquanto filosofia humanista, não como um engajamento político e nacional que visava uma homogeneidade. No período abordado, o Estado se revestia de um nacionalismo e continha a ideologia de fundar uma nação e nela “fixar” ou “afirmar” uma identidade nacional numa comunhão de valores universais. Nesse sentido, os argumentos das principais teorias assimilacionistas nos anos 1930-40 apresentavam maior aceitação por estarem ligados a um “tipo” nacional. Nelas, muitas vezes, os estrangeiros eram vistos ou bem quistos desde que se integrassem a esses preceitos ideológicos nacionais. Afirma, com isso, que o estrangeiro e sua cultura ou aqueles a quem Willems chamou de *ádvénas* era considerado “integrado” ao meio nacional brasileiro se “renunciasse” às velhas tradições e costumes, ignorando uma série de condicionantes ao processo verdadeiramente assimilatório. As atitudes que se mostravam divergentes, quer seja pelos valores transmitidos e sociabilizados nas instituições dos indivíduos, eram vistos como “problema” de ajustamento ou de indivíduos “inassimiláveis”, sem levar em consideração nessas formas de sociação o importante desempenho da cultura.

Pode-se concluir que, para Willems, a interação, é também, sociabilização. E esta conferia uma identidade ao indivíduo e grupo, pois suas ações e comportamentos eram orientadas nessa sociação, a qual teve estímulos. Assim, proferiu seu conceito de assimilação e marginalização. A variável nessa condição da socialização e consequente assimilação, eram os contatos que podiam condicionar o indivíduo à sociedade ou este podia revisar seus modelos com capacidade de tirar proveito de novas situações, uma vez que o sujeito é uma construção histórica e, assim, está suscetível às mudanças. Assim, os seres humanos vivem

em sociedade devido à cultura. Além disso, pode-se dizer que toda sociedade humana possui cultura. Dessa forma, a função da cultura consiste em, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. Por meio da herança cultural, os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem os modos de agir das outras porque conhecem as normas culturais de comportamento de seu grupo.

Tão logo as representações estigmatizadas ou estereótipos se apresentavam negativamente à assimilação, devido à série de variáveis que se apresentavam ao meio, a assimilação pode ser mal concebida e se fundou o “homem marginal”. Portanto, re-conhecer uma determinada sociedade ou grupo na sua exterioridade, isto é, negligenciar o funcionamento interno das inter-relações foi, para Willems, o indício de uma estigmatização. Ou seja, significou atribuir barreiras no sentido de uma fronteira que, antes de integrar e assimilar, indicou exclusão. Assim, a fronteira na obra do autor não se configurou apenas por espaços diferentes – meios – que separavam regiões ou mesmo dois países – Alemanha e Brasil, mas caracterizou-se como um espaço socialmente construído no qual interagiam os indivíduos que, por sua vez, transmitiram ideias e cultura no tempo e espaço.

Foi desse modo que Willems lançou, na sua teoria da assimilação, o homem marginal, que, por motivos de sofrer uma assimilação lenta, mas nunca estática no tempo e espaço, seria uma crise passageira. O que entende-se é que essa crise pode se perdurar em um determinado tempo com a lenta assimilação e falta de estímulos e contatos com as demais populações num mundo rural. Assim, o imigrante alemão conservou muito da sua cultura localista. Antes de se prender a uma identidade nacional e assim se sentir e afirmar, o homem do campo, que foi maioria na imigração, se prendeu aos seus costumes antes locais e regionais que ultrapassavam as dimensões de tempo e nacionalidade. Este se liga ao indivíduo na sua configuração natural, enquanto espaço existencial.

Com isso, afirma-se que o teuto-brasileiro era, para Willems, um sujeito que não apresentava ameaças para uma suposta identidade nacional ou mesmo sentia necessidade de afirmá-la, porque sua preocupação identitária era, sobretudo, humana.

REFERÊNCIAS

Obra do autor – fonte:

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*: um estudo sociológico sobre os imigrantes de alemães no sul do Brasil. São Paulo. Companhia Editora nacional, 1940.

Bibliografia Geral:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

AXT, Günter; SHULER, Fernando Luiz. *Intérpretes do Brasil*: cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004;

BASTOS, Elide Rugai. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. Lourenço Dantas Mota (org.). 4 ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*: séculos XVII e XVIII. Lisboa: ED. 70, 1977.

BERKSON, Isaac B. *Theories of americanization*. New York, 1920.

BÔAS, Gláucia Villas. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville - a sociologia de Emílio Willems entre fronteiras. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 12, n. 2, p. 171-188, nov. 2000.

CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade colonial*. São Paulo, 1935.

_____. *Espírito da sociedade imperial*. São Paulo, 1937.

CARNEIRO, Fernando J. *Imigração e colonização no Brasil*. Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de geografia do Brasil. Rio de Janeiro. Publ. Avulsa n. 2, 1950.

CARVALHO, Augusto de. *O Brasil*. Porto, 1875.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

COMTE, Auguste. *Opúsculos de filosofia social*: 1819-1828. Tradução: Ivan Lins e João Francisco de Souza; introdução, Sofia Beatriz Lins Peixoto. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo; Editorial Grijalbo Ltda, 1977.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

FAIRCHILD, Henry P. *Immigration*. New York, 1936

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. São Paulo: É Realizações Editora. 2010.

GORDAN, Milton M. *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press, 1964

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HERPIN, N. *Les sociologues américains et le siècle*. Paris : PUF. 1973.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

JULLIARD, Jacques. Citado por Jean-François Sirinelli em "Les intellectuels", in: RÉMOND, René. *Pour une histoire politique*. Paris: Ed. du Seuil, 1988.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell UP, 1983.

_____. História intelectual. In: PALTÍ, José Elías. *Giro linguístico e história intelectual*. Bernal: República Argentina: Universidade Nacional de Quilmes Editorial, 2012. p. 237-294.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACDOUGALL, William. *The group mind*. Cambridge, 1927.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira: 1933-1960*. São Paulo: Cultrix; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977-78. v. VII.

MENDOZA, Edgar S.G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). *Sociologias*, n.14, p.440-470, dez. 2005.

MORAES FILHOS, Evaristo de (org.). *George Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. 5. ed. Dão Paulo, Ática, 1985.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PARK, Robert E. *Old world traits transplanted: the early sociology of culture*. New York, Harper Brothers, 1921.

PARK, Robert E. Migração humana e o “homem marginal”. In: STONEQUIST, Everet, V. *O homem marginal: estudo de personalidade e conflito cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1948.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

RAMOS, Jair Sousa. Dos males que vêm como sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R.V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil I: De Varnhagen a FHC*. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

_____. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. In: ZARUR, G. de C. Leite (Org.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington DC, 1997.p.17-36. v. II. Disponível em: <http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45html/Zar45_Seyf.htm>. Acesso em 15 mai.2016.

SIMMEL, Georg. *Cultura filosófica*. Leipzig, 1919.

_____. *CulturaafFemenina y outros ensaios*. Madrid, 1934.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOMBART, Werner. *Der modern kapitalismus*. 6. ed. München, 1924.

STONEQUIST, Everret V. *The marginal man*. New York, 1935

TAFT, Donald. *Human migration*. New York, 1936.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VIANA, Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo. 1934.

VOIGT, André Fabiano. Emílio Willems e a invenção do teuto-brasileiro, entre a aculturação e a assimilação (1940-1946). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 46, p. 189-201, 2007. Editora UFPR.

YOUNG, Kimball. *An introductory sociology*. New York, 1934.

ZNANIECKI, Florian. *The method of sociology*. New York, 1934.